

# **BNB** Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

# 40

jan - jun / 2014

**BNB**Conjuntura  
Econômica  
Periódico elaborado pelo Escritório Técnico  
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Número 40

**Periódico elaborado pelo  
Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste/Etene,  
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2014**

**Obra publicada pelo**



**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

**DIRETORES**

Manoel Lucena dos Santos  
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro  
Luiz Carlos Everton de Farias  
Romildo Carneiro Rolim  
Francisco das Chagas Soares  
Isaías Matos Dantas

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE**

Francisco José Araújo Bezerra  
*Superintendente*

**Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação**

Tibério Rômulo Romão Bernardo  
*Gerente de Ambiente*

Luciano J. F. Ximenes

*Gerente Executivo E. E.– Célula de Estudos e Pesquisas*

Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas

**Corpo Editorial**

**Editor-Chefe**  
Francisco José Araújo Bezerra

**Editor-Executivo**  
Allisson David de Oliveira Martins

**Editor-Científico**  
Airton Saboya Valente Júnior

**Secretário**  
Wellington Santos Damasceno

**Equipe Técnica**

**Produto Interno Bruto**  
Jacqueline Nogueira Cambota

**Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste**

Wellington Santos Damasceno  
**Produção Agropecuária**  
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão  
Jackson Dantas Coêlho  
Maria de Fátima Vidal  
Maria Simone de Castro Pereira Brainer

**Emprego e Rendimento**

Fernando Luiz Emerenciano Viana

**Finanças Públicas**

Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Síntese de Expectativas**

Airton Saboya Valente Júnior

**Turismo**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Comércio Exterior**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Moeda e crédito**

Allisson David de Oliveira Martins  
Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Estagiários**

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

**Preparação e Tabulação de Dados**

Hamilton Reis de Oliveira  
Leonardo Dias Lima

**Revisão**

Hermano José Pinho

**Diagramação**

Gustavo Bezerra Carvalho

**Banco do Nordeste do Brasil S/A  
Escritório Técnico de Estudos Econômicos  
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré -  
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta: 0800 728 3030

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.*

*É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 40 (janeiro - junho. 2014). – Fortaleza:  
Banco do Nordeste do Brasil, 2014 -

86 p.

Semestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

**BNB CONJUNTURA ECONÔMICA  
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE  
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Fortaleza-CE, n. 40

Janeiro-Junho de 2014

**1 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS ..... 5**

A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NA  
DEMANDA POR ENERGIA ELÉTRICA: BRASIL E NORDESTE ..... 5

**2 SÍNTSE DE EXPECTATIVAS ..... 15**

2.1 SÍNTSE ..... 15  
2.2 EXPECTATIVAS ..... 17

**3 NÍVEL DE ATIVIDADE ..... 19**

3.1 PIB ..... 19  
3.2 AGROPECUÁRIA ..... 21  
    3.2.1 AGRICULTURA ..... 21  
    3.2.2 PECUÁRIA ..... 30  
    3.2.3 AGRONEGÓCIO ..... 31  
        3.2.3.1 DESEMPENHO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E DO FATURAMENTO ..... 31  
        3.2.3.2 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO ..... 32  
3.3 PRODUÇÃO INDUSTRIAL ..... 38  
    3.3.1 PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL ..... 38  
    3.3.2 PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO NORDESTE ..... 40  
3.4 COMÉRCIO SERVIÇO NO BRASIL ..... 43  
    3.4.1 COMÉRCIO VAREJISTA ..... 43  
    3.4.2 SERVIÇOS ..... 44  
3.5 TURISMO ..... 46

**4 EMPREGO E RENDIMENTO ..... 51**

MERCADO DE TRABALHO ..... 51

**5 SETOR EXTERNO ..... 55**

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E NORDESTINA ..... 55

**6 FINANÇAS PÚBLICAS ..... 62**

6.1 ARRECADAÇÃO DE ICMS ..... 62  
6.2 FUNDOS CONSTITUCIONAIS ..... 64  
6.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS ..... 65

**7 INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA ..... 67**

7.1 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ..... 67  
7.3 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DEPÓSITOS DO SISTEMA FINANCEIRO NORDESTINO ..... 69  
7.5 BNB: TAXAS DE JUROS, SALDO DOS DEPÓSITOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO ..... 70

**SUMÁRIO**



# 1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

## A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DEMANDA POR ENERGIA ELÉTRICA: BRASIL E NORDESTE

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista. Mestrado em Economia. Técnico do ETENE/Banco do Nordeste

Iara Amaral Lourenço

Graduanda em Economia. Bolsista de nível superior do ETENE/BNB/Banco do Nordeste

### 1 Introdução

O setor energético é sem dúvida peça fundamental para o progresso da humanidade, pois influencia diretamente tanto na qualidade de vida das pessoas quanto no crescimento econômico de um país.

No Brasil, o processo de industrialização concentrou-se inicialmente na Região Sudeste a partir da década de 1930, o que sem dúvida contribuiu para o crescimento econômico do País. Contudo, as mudanças mais profundas que passaram tanto a economia quanto a sociedade brasileira se consolidaram de fato com o acelerado desenvolvimento urbano-industrial ocorrido a partir dos investimentos do Plano de Metas<sup>1</sup>, nos setores de energia, de transporte, da alimentação, dos sistemas de comunicações, educação e indústria de base que têm início na segunda metade da década de 1950 (BRITO; PINHO, 2012).

Dada a nova realidade social e econômica, com crescimento vigoroso da economia e da população em idade ativa, a trajetória da oferta de energia foi determinante para consolidar todo esse processo de modernização e, indiretamente, para a melhora dos indicadores sociais<sup>2</sup> (MARICATO, 2002).

Segundo Tolmasquim et al. (2007), a demanda de energia é estimulada principalmente por dois eixos: i) o crescimento econômico - impulsionado tanto pelo processo de industrialização, quanto com a construção de infraestruturas de diversos modais de transportes de características energo-intensivo; ii) o crescimento expressivo demográfico - a partir de uma urbanização acelerada ocorrida nas últimas três décadas.

<sup>1</sup>Subdividido em setores, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) era marcado por investimentos em estradas, em siderúrgicas, em usinas hidrelétricas, na marinha mercante e pela construção de Brasília e baseava-se em “30 metas”, divididas em: Setores da energia (1 a 5), Setores do transporte (6 a 12), Setores da alimentação (13 a 18), Setor da indústria de base (19 a 29), Setor da educação (30).

<sup>2</sup>Redução tanto da taxa de mortalidade infantil quanto da taxa de natalidade. E com reflexos positivos com o aumento na expectativa de vida e melhora no nível de escolaridade da população brasileira.

Tanto as transformações demográficas quanto os indicadores econômicos possuem grande importância para explicar o consumo de energia, em especial o consumo de energia elétrica. A população brasileira vem apresentando uma rápida e significativa transformação demográfica (ARBACHE, 2011). Nesse sentido, é fundamental o planejamento estratégico do setor elétrico para longo prazo no que se refere aos condicionantes dos indicadores demográficos e macroeconômicos.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivos descrever os principais indicadores demográficos que possam interferir na trajetória do crescimento econômico do Brasil. E, também, mostrar as relações do crescimento do consumo de energia elétrica numa perspectiva de crescimento econômico.

Para tanto, o trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção aborda alguns desafios a serem enfrentados no curso das transformações da estrutura demográfica brasileira que possam influenciar o crescimento econômico do País e consequentemente em termos do consumo de energia elétrica no longo prazo. Nas segunda e terceira seções, trata-se da evolução da demanda por energia elétrica com os possíveis desdobramentos nas principais variáveis macroeconômicas tanto no panorama nacional quanto no regional, em especial o Nordeste brasileiro. A última seção consolida as principais observações do trabalho em suas considerações finais.

### 2 Indicadores demográficos do Brasil

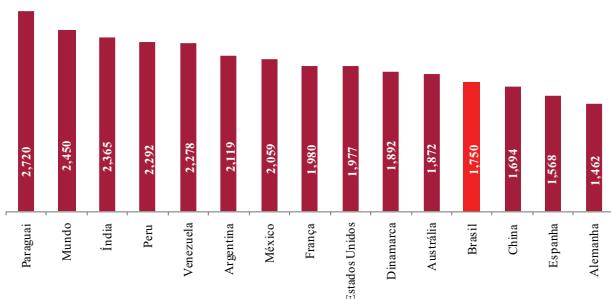
Em conformidade com a prospectiva que se pode formular para a estrutura demográfica brasileira, os dados de longo prazo disponibilizados por IBGE (2014)<sup>3</sup> revelam um acentuado processo de transformação. Entre 1980 e 2010, a taxa de fecundidade registrou uma queda de 56,8%, ao passar de 4,4 filhos por mulher em 1980 para 1,9 em 2010. As projeções sugerem que a taxa de fecundidade continuará caindo, com estimativa

<sup>3</sup>Censos do IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

de 1,75 filhos por mulher no ano de 2020.

A convergência da taxa de fecundidade para um nível mais baixo indica que o Brasil estará entre as menores taxas do mundo. O caso brasileiro chama a atenção por dois aspectos. O primeiro pela rapidez da transformação da estrutura demográfica, tendo em vista que a taxa de fecundidade caiu de 2,38 para 1,9 por mulher em apenas 10 anos (2000 a 2010). A segunda questão refere-se à convergência de indicadores demográficos brasileiros para estágios típicos de países desenvolvidos no período dos anos de 2015 a 2020 (Gráfico 1).

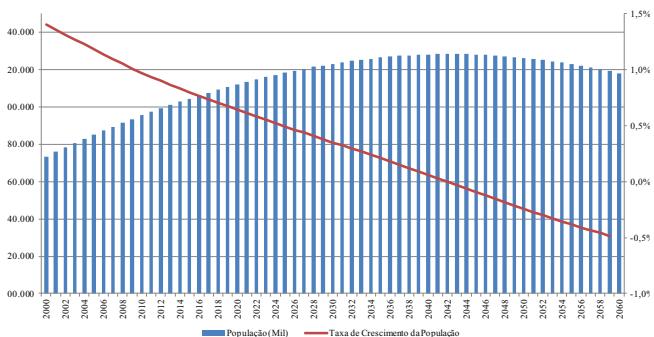
**Gráfico 1 – Projeção da taxa de fecundidade mundial - 2015-2020**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2012.

Segundo as projeções divulgadas pelo IBGE (2014), a população crescerá a um ritmo cada vez menor e começará a declinar a partir da década de 2040, sendo que o crescimento demográfico atingirá seu ápice no ano de 2042, com 228 milhões de brasileiros, conforme descrito no Gráfico 2. Com a queda da taxa de crescimento populacional<sup>4</sup>, em virtude da redução da taxa de fecundidade, o número de brasileiros em 2060 poderá chegar em 218 milhões de habitantes.

**Gráfico 2 – Projeção da população do Brasil entre 2000 e 2060**



Fonte: IBGE, 2014, Diretoria de Pesquisas<sup>5</sup>.

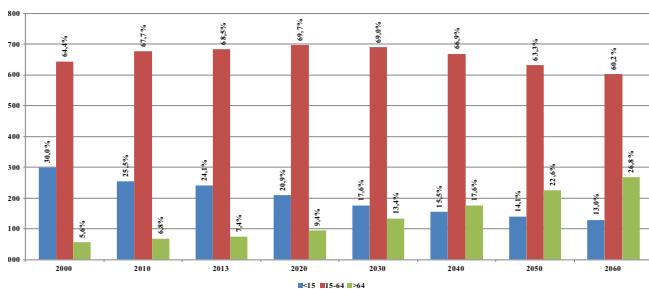
4De acordo com United Nations (2012), observa-se que o ritmo da queda na taxa de crescimento populacional é maior que o registrado em países considerados desenvolvidos.

5Coord. de Pop. e Ind. Sociais. Ger. de Est. e Análises da Din. Demográfica.

Tendo em vista as menores taxas de crescimento demográfico, surgiu um novo perfil da faixa etária, com aumento da População em Idade Ativa (PIA)<sup>6</sup>. Assim, a transformação da estrutura etária também se deu de forma rápida. Nas décadas de 1990 e 2000, a população em idade ativa representava 60,2% e 64,4% da população brasileira, respectivamente. Na década de 2010, este grupo já se encontrava com 67,4%.

A nova estrutura etária da população com mais de 15 anos de idade e menos de 64 anos de idade, atingirá os maiores picos entre as décadas de 2020 e 2030. Percebe-se também maior envelhecimento da população brasileira de acordo com as projeções do IBGE para o período dos anos de 2000 a 2060. No ano 2000, a população na faixa de 65 ou mais de idade era de 4,8% da população total brasileira, passando a representar 6,7% da população total em 2010. Segundo as projeções, a população na faixa de 65 ou mais de idade deverá superar a população jovem (faixa de 0 a 14 anos de idade) entre as décadas 2030 e 2040 (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Projeção da população do Brasil por grupo de idade no Brasil entre 2000 e 2060**



Fonte: IBGE, 2014, Diretoria de Pesquisas.

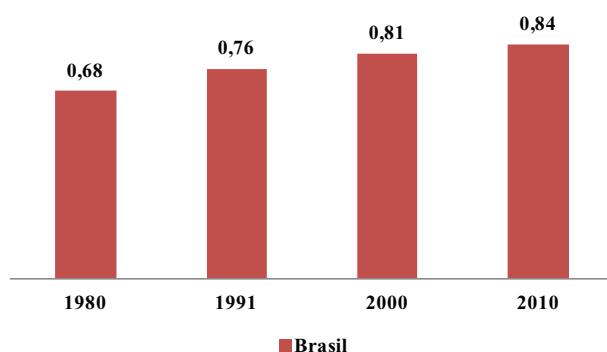
Essa trajetória demográfica é desafiante para o crescimento econômico do País. Mesmo com o aumento do grupo da faixa etária maior que 65, a população em idade ativa vem crescendo, podendo gerar impactos positivos<sup>7</sup> para as próximas duas décadas no que tange ao crescimento econômico, mas devem ser considerados os custos previdenciários. Atualmente, o Brasil passa pelo período conhecido como “Bônus Demográfico” que se caracteriza quando há um grande contingente da população em idade ativa (ou produtiva) e um menor número de idosos (pessoas com mais de 65 anos de idade) e crianças (pessoas com menos de 14 anos de idade). É este o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico (ARBACHE, 2011).

6Representado pela faixa etária da população com mais de 15 anos de idade e menos de 64 anos de idade.

7O aumento da parcela da população em idade ativa (PIA) está positivamente relacionado com o aumento da poupança e da produtividade (CVM, 2013).

De acordo com o Censo do IBGE<sup>8</sup>, percebe-se que o processo de urbanização foi mais intenso a partir da década de 1990. Na década de 1980, a taxa de urbanização<sup>9</sup> era de 67,6%. Já o Censo 2010 apontava a taxa de urbanização em torno de 84,4% (Gráfico 4). Essa constatação é feita por Brito e Pinho (2012), e revelam que não é somente o território físico que acelera o processo de urbanização, mas também a própria sociedade brasileira que vem se transformando cada vez mais em urbana. Então, o meio urbano passa a ser o lócus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes.

**Gráfico 4 – Taxa de urbanização brasileira - Censos de 1980 a 2010**



Fonte: IBGE, 2014/Diretoria de Pesquisas.

Os Censos do IBGE, além de mostrar que a população aumentou 12,5% no período de 2000 a 2010, informa que o número de domicílios também cresceu para o mesmo período em 25%.

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2014) elaborou o documento Cenário Econômico 2050<sup>10</sup>, onde mostra o crescimento do número de residências. Cada domicílio registrava em média 3,3 habitantes no ano de 2010. A expectativa é que essa média chegue a 2,3 habitantes por domicílio em 2050, relação próxima aos países desenvolvidos. Estes indicadores são reflexos do aumento da renda da população que permite que haja um número maior de pessoas morando sozinhas, consequentemente, este cenário requer maior necessidade de gastos em urbanização, saúde e previdência social.

## 2.1 Indicadores macroeconômicos e de energia do Brasil

A economia brasileira registrou sucessivos aumentos em seu Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2002 a 2008, em função do aumento na renda da população e da maior produção industrial, dado aos investimentos em infraestrutura<sup>11</sup>. O elevado consumo de bens e serviços que se observou neste período forçou a indústria a chegar próximo à plena capacidade de produção, o que demandou maior consumo de energia. As famílias passaram também a consumir mais energia elétrica, já que adquiriram novos bens duráveis (IRFFI et al., 2009).

A estrutura demográfica apresenta-se como variável significativa nas estimativas do consumo de energia elétrica, pois a depender do número total de domicílios, obtém-se a estimativa de consumo residencial. A Tabela 1 apresenta a evolução do consumo per capita de energia elétrica brasileira que cresceu a uma taxa média de 4,24% ao ano. Em 2004, o consumo per capita brasileiro saiu de 35,8 KWh/mês e passou para 51,8 KWh/mês em 2013.

**Tabela 1 – Evolução do consumo residencial per capita de energia elétrica na rede. Brasil, 2004 - 2013**

Ano	Consumo final (Kwh/mês/hab.)
2004	35,8
2005	37,2
2006	38,2
2007	39,5
2008	41,2
2009	43,4
2010	45,7
2011	47,3
2012	49,2
2013	51,8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE (2014) e IBGE<sup>12</sup> (2014).

Conforme Gráfico 5, observa-se que a taxa de crescimento do consumo de energia elétrica aumenta nas mesmas proporções da taxa de crescimento do PIB brasileiro, indicando a importância da energia elétrica no crescimento econômico do País.

<sup>8</sup>Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, IBGE.

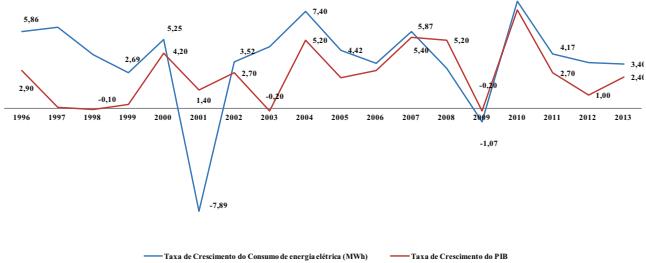
<sup>9</sup>Taxa de urbanização é a percentagem da população da área urbana em relação à população total.

<sup>10</sup>Centro Econômico 2050 é o primeiro documento de uma série de cinco que compõem os estudos do Plano Nacional de Energia 2050 - PNE 2050, EPE 2014.

<sup>11</sup>Investimentos do PAC 1 (BRASIL, 2014).

<sup>12</sup>Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. IBGE, 2014.

## Gráfico 5 – Evolução da taxa de crescimento do PIB e do consumo de energia elétrica na rede no Brasil entre 1996 e 2013



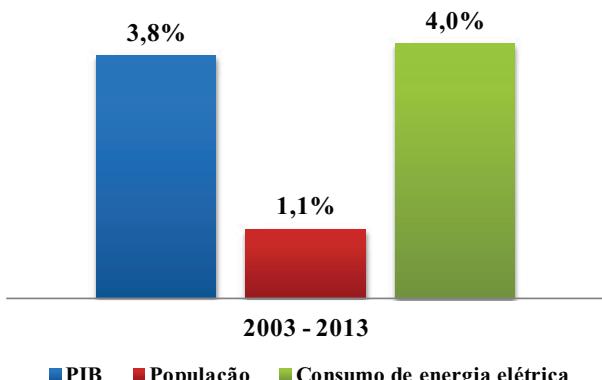
Fonte: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

No cenário macroeconômico, a taxa de crescimento médio do PIB brasileiro foi de 3,8% ao ano no período compreendido entre os anos de 2003 e 2013. Enquanto a taxa de crescimento do consumo de energia elétrica correspondeu a 4,0% ao ano, com expressiva expansão deste consumo em 156.348 GWh, ou seja, aumento da demanda de energia elétrica em 50,9% (Gráficos 6 e 7). Em relação à evolução da oferta de energia elétrica, sua geração atingiu taxa média de crescimento de 4,26% a.a. no período analisado, aumento em 208.868 GWh. Grande parte desse crescimento deve-se à ampliação da geração hidrelétrica (na Projeção da demanda de energia elétrica 2014 a 2023, segundo dados de EPE (2013), aproximadamente 60% do potencial total de energia hidroelétrica concentra-se na Bacia Amazônica).

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2014), o consumo de energia elétrica na rede alcançou 463.335 GWh em 2013, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. A demanda de energia no

período de 2003 a 2013 registrou taxa média de crescimento de 4,0% ao ano, expansão impulsionada pela atividade econômica brasileira, mas que requer cuidados na segurança energética.

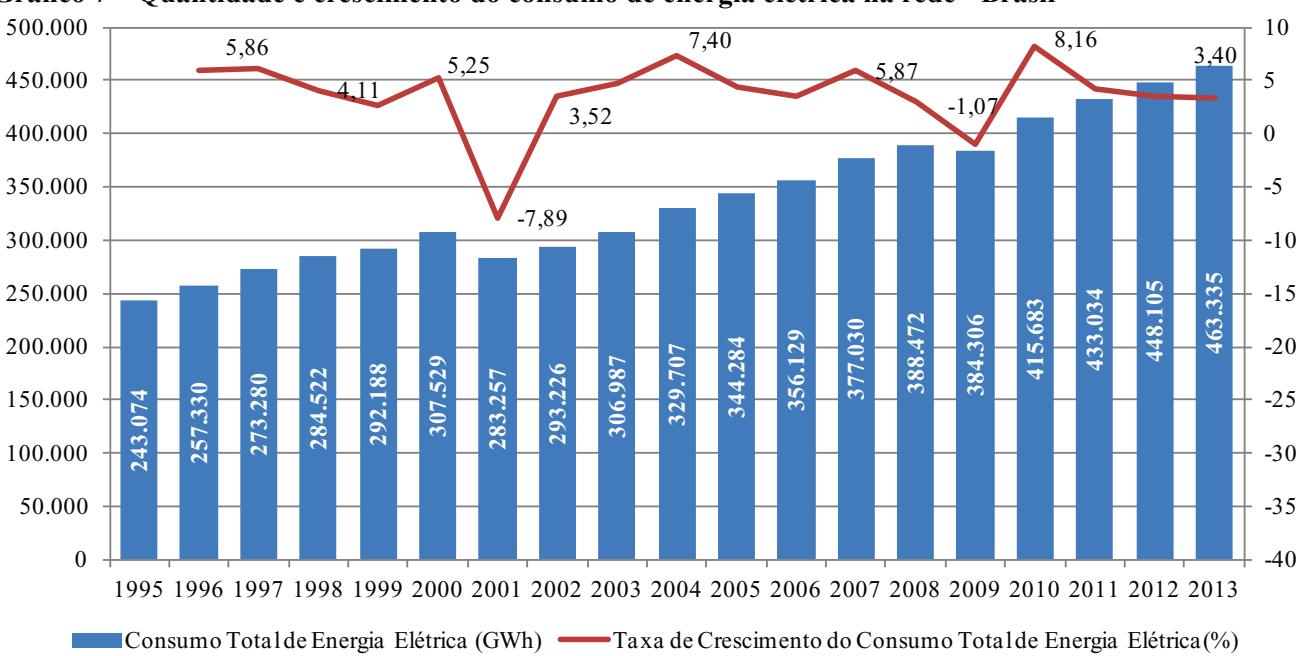
## Gráfico 6 – Taxa média de crescimento do PIB, da população e do consumo de energia elétrica na rede no Brasil entre 2003 e 2013



Fonte: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Percebe-se que o crescimento da taxa média do consumo de energia elétrica total foi interrompido em dois momentos. Na primeira fase, compreendida nos anos de 2001 e 2002, devido ao baixo crescimento econômico, em função da existência de gargalos em infraestrutura e pelo reduzido investimento no setor elétrico que culminou em desabastecimento de energia elétrica para todos os setores econômicos. No segundo, ocorrido no ano de 2009, registrou-se uma pequena redução do consumo de energia elétrica em decorrência da crise

## Gráfico 7 – Quantidade e crescimento do consumo de energia elétrica na rede - Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE, 2013.

internacional de setembro de 2008 (Gráficos 5 e 7). Os gargalos de infraestrutura constituem um dos principais fatores limitadores do crescimento econômico brasileiro, visto que estes reduzem a produtividade e a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo.

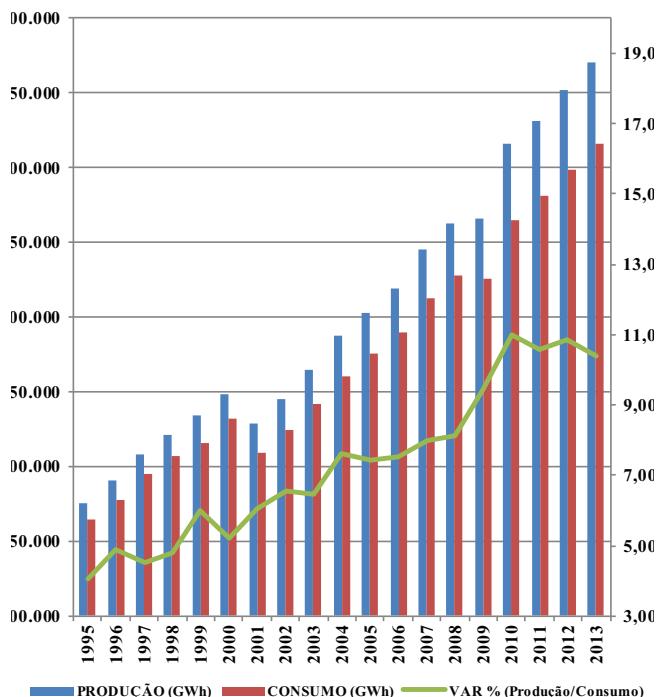
De fato, nas décadas de 1980 a 2000, devido aos baixos investimentos no setor energético (necessários para sua expansão) e ao fraco desempenho econômico brasileiro, os sinais de crise no setor elétrico tornaram-se mais evidentes (IRFFI et al., 2009). E no período entre 2000 e 2001, o parque gerador de eletricidade não acompanhou o crescimento econômico gerando, portanto, um déficit entre a geração e o consumo de energia elétrica no Brasil.

Com a redução do consumo em energia elétrica de 7,8% entre 2000 e 2001, o período ficou conhecido como “apagão”, ocasionando um verdadeiro divisor de águas para o setor elétrico (Gráfico 7). Logo em seguida, nos anos de 2001 e 2002 (mas, especificamente entre junho de 2001 a fevereiro de 2002), este incidente culminou no maior racionamento de energia elétrica da história brasileira (déficit energético entre geração e o consumo de energia elétrica) que impactou<sup>13</sup> direta e indiretamente em todos os setores da economia do País. (BARDELIN, 2004).

No Gráfico 8 e Tabela 1, percebe-se que foi só a partir do ano de 2005 que o setor elétrico começa a produzir 7% a mais da energia elétrica demandada. Entre os anos de 2010 e 2013, o setor elétrico supriu a demanda por energia elétrica de forma confortável.

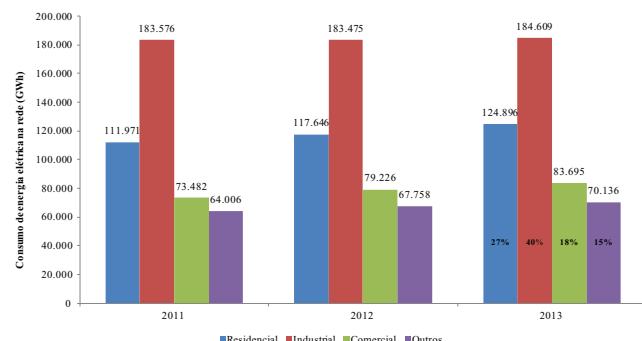
O setor industrial responde por importante parcela do consumo de eletricidade, conforme se observa no Gráfico 9. Para o próximo decênio, espera-se que a economia brasileira continue a crescer vigorosamente, o que demandará maior quantidade de energia, haja vista relação direta entre consumo final de energia elétrica e PIB. De acordo com a Projeção de demanda por energia elétrica 2013-2023 (EPE, 2013), o consumo da classe industrial apresentará taxa média de crescimento de 3,4% ao ano<sup>14</sup>.

**Gráfico 8 – Evolução da produção e consumo de energia elétrica no Brasil de 1995 a 2013**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE, 2013.

**Gráfico 9 – Evolução do consumo de energia elétrica na rede, por classe no Brasil nos anos de 2011 a 2013**



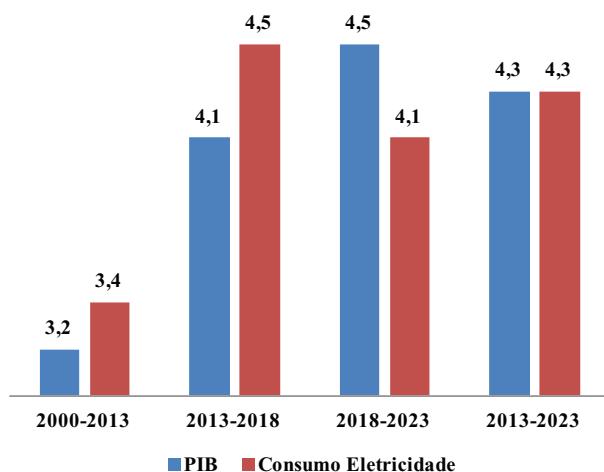
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE, 2013.

Considerando as projeções da EPE (2014–2023), a partir das análises dos cenários macroeconômicos, espera-se que a taxa média de crescimento da economia brasileira seja de 4,3% no período de 2013 a 2023, enquanto que a taxa média de crescimento do consumo de energia elétrica deverá registrar uma variação da mesma ordem, 4,3% para o mesmo período (Gráfico 10). Calcula-se que o consumo de energia elétrica deve chegar a 782 TWh em 2023, com variação anual de 4,1% no período 2018 a 2013.

13Segundo o Tribunal de Contas da União, “(...) os custos indiretos, incorridos em sua consequência, como redução de atividade econômica, registrada pela diminuição do PIB, aumento de desemprego, perda de competitividade em razão do aumento de custo de energia elétrica, diminuição do ritmo de arrecadação de tributos, desestímulo ao investimento, imagem do Brasil no exterior, entre outras consequências negativas, chega-se a um prejuízo superior aos R\$ 45,2 bilhões registrados” (TCU, 2009).

14Conforme as Projeções da demanda por energia 2013-2023, estima-se que enquanto o consumo industrial na rede deverá crescer em média 3,4% ao ano, porém, o consumo industrial total de eletricidade deverá crescer em média 4,0% ao ano devido ao aumento do ritmo da autoprodução de energia elétrica, que aumentará em 6,0% ao ano (EPE, 2013).

**Gráfico 10 – Estimativas das taxas de crescimento do consumo de eletricidade e do PIB no Brasil de 2000 a 2023**



Fonte: EPE, 2013.

Dada a importância desses segmentos para o consumo de eletricidade, é importante realizar uma análise mais aprofundada dos possíveis cenários de expansão na economia. Para tanto, diferentes estudos<sup>15</sup> da oferta e demanda de energia foram realizados com o objetivo de construir bases para previsões de consumo e produção de energia. Do lado da oferta, é imprescindível manter a segurança energética e incumbir-se de fontes de energia de baixo custo e de baixo impacto ambiental assegurando a sustentabilidade, eixos norteadores para garantir a competitividade econômica e a qualidade de vida do cidadão.

Os leilões de concessões em infraestrutura aumentaram em 2013, estimulando os investimentos no setor e o crescimento da produtividade brasileira. Desse forma, a eliminação gradual dos gargalos melhora as expectativas com relação ao crescimento econômico do País. Para os próximos dez anos, estima-se que a taxa média de crescimento do PIB brasileiro seja de 4,3% ao ano, resultado acima da média mundial (3,8% ao ano para o mesmo período) (EPE, 2014).

## 2.2 Indicadores macroeconômicos e de energia do Nordeste

A evolução demográfica na Região Nordeste determina não só o tamanho como também a própria estrutura da demanda por energia, seja de forma direta (crescimento natural<sup>16</sup>), seja pelos os desdobramentos positivos decorrentes ou associados ao desenvolvimen-

<sup>15</sup>Além desta comparação, são referências de alguns estudos sobre a demanda e oferta de energia, bem como o balanço da matriz energética brasileira: Modiano (1984), Andrade e Lobão (1997), Schmidt e Lima (2004), Bronzatti e Neto (2008) e Irfii et al. (2009).

<sup>16</sup>Crescimento natural (ou vegetativo) é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

to econômico da Região.

O consumo residencial per capita de energia elétrica no Nordeste tem sido em média 38,5% menor que a média do consumo per capita brasileiro. Mas, mesmo em proporção menor, o consumo de energia per capita no Nordeste saiu de 20,3 KWh/mês em 2004 e passou para 35,8 KWh/mês em 2013, registrando taxa média de crescimento de 6,49% ao ano, enquanto para o Brasil, a mesma taxa ficou registrada em 4,24% ao ano (Tabela 2).

**Tabela 2 – Evolução do consumo residencial per capita de energia elétrica na rede no Nordeste entre 2004 e 2013**

Ano	Consumo final (Kwh/mês/hab.)	Participação % consumo residencial (NE/BR)
2004	20,3	56,7
2005	21,5	57,8
2006	22,2	58,1
2007	23,1	58,3
2008	24,6	59,6
2009	26,6	61,2
2010	29,5	64,5
2011	30,6	64,7
2012	32,2	65,4
2013	35,8	69,1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE (2014) e IBGE (2014).

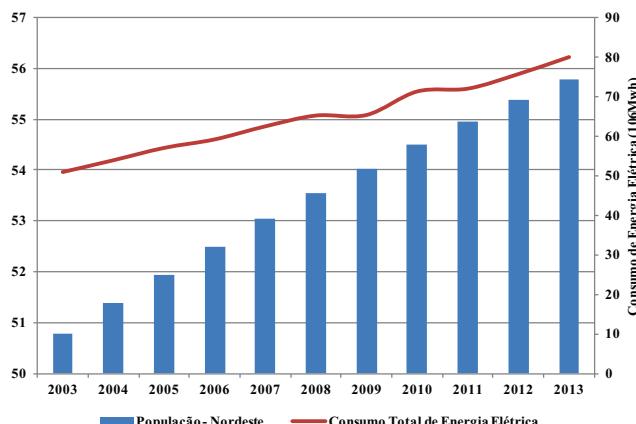
No ano de 2003, o consumo de energia elétrica era de 50.798.998 MWh, com população de cerca de 50,7 milhões habitantes. Em 2013, com uma população de 55,7 milhões de habitantes, esse consumo já se aproximava de 79.907.220 MWh., de modo que o crescimento da demanda total por energia (4,4% a.a.) foi superior ao crescimento populacional, com taxa de 0,9% ao ano. No cenário macroeconômico, o PIB regional registrou crescimento médio de 3,8% ao ano no mesmo período (Gráficos 11 e 12).

O consumo de energia elétrica<sup>17</sup> no Nordeste vem crescendo a um ritmo próximo ao da economia regional, conforme se observa nos Gráficos 12 e 13. Na série histórica analisada (2004 – 2013), o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste registrou taxa média de crescimento de 4,6% a.a., em função dos novos investimentos em infraestrutura<sup>18</sup> e tendo em vista a dinâmica regional, enquanto o consumo total de energia elétrica regional cresceu, em média, 4,4% no período estudado.

<sup>17</sup>Consumo de energia elétrica total na rede que contabiliza as classes residencial, industrial, comercial, e outros (rural, iluminação pública, serviço público, poder público, consumo próprio).

<sup>18</sup>Investimentos do PAC 2 (BRASIL, 2014).

**Gráfico 11 – Evolução do consumo de energia elétrica e da população do Nordeste de 1995 a 2013**

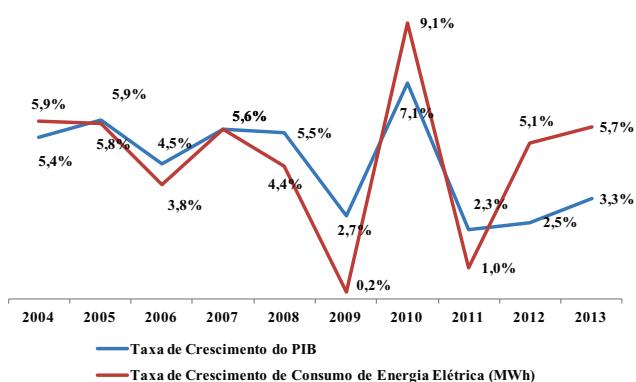


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE, 2013.

Diante desse crescimento econômico mais acelerado, percebe-se a necessidade dos investimentos no setor de energia (geração, transmissão e distribuição) em patamar proporcionalmente superior ao crescimento do PIB regional, como forma de garantir a segurança energética para o longo prazo.

O aumento do consumo per capita de energia elétrica tende a refletir o bom desempenho da economia regional, aquecida pelos setores econômicos de comércio e serviços, além dos investimentos públicos e privados. Estes elementos têm possibilitado uma ampliação da renda média da população ocupada<sup>19</sup> e que podem estimular as vendas de eletrodomésticos e eletrônicos, estimulando, dessa forma, o consumo de energia elétrica no Brasil, em especial, no Nordeste (BEZERRA, 2008).

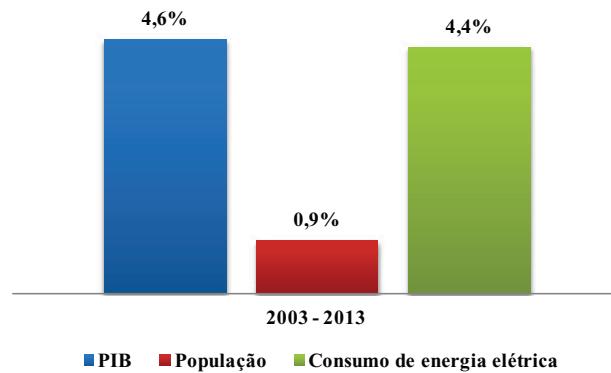
**Gráfico 12 – Evolução da taxa de crescimento do PIB e do consumo de energia elétrica na Rede do Nordeste de 2004 a 2013**



Fonte: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

<sup>19</sup>Além da diminuição da taxa de desocupação a nível nacional. De acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), a taxa de desemprego atingiu 4,9% em setembro de 2014.

**Gráfico 13 – Taxa média de crescimento do PIB, da população e do consumo de energia elétrica na rede do Nordeste de 2003 a 2013**

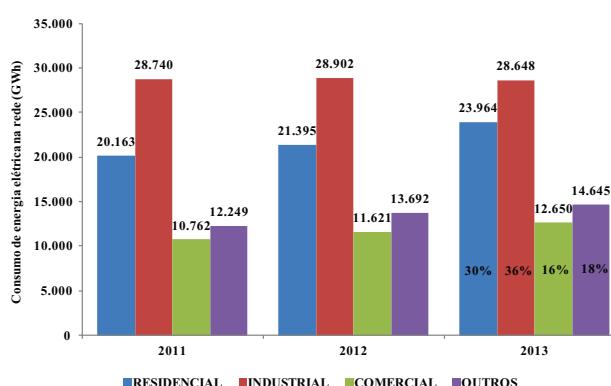


Fonte: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

A partir do Gráfico 14, constata-se que tanto o consumo de energia pela classe industrial (participação de 36% da demanda regional) quanto o consumo de eletricidade pela classe residencial (participação de 30%) têm importante participação na demanda regional por energia elétrica. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2014), o consumo de energia elétrica na rede regional foi de 79.907 GWh em 2013, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. A demanda de energia no período de 2003 a 2013 registrou taxa média de crescimento de 4,0% ao ano, refletindo o cenário favorável da economia regional, mas que também requer cuidados na segurança energética.

Em relação à previsão de demanda por energia para o Nordeste, a partir da análise dos cenários macroeconômico e demográfico elaborados pela EPE (2013), estima-se que o consumo regional de energia elétrica deve chegar a 104.213 GWh em 2023, com variação anual de 4,5% para o período de 2013 a 2023.

**Gráfico 14 – Evolução do consumo de energia elétrica na rede, por Classe, no Nordeste nos anos de 2011 a 2013**

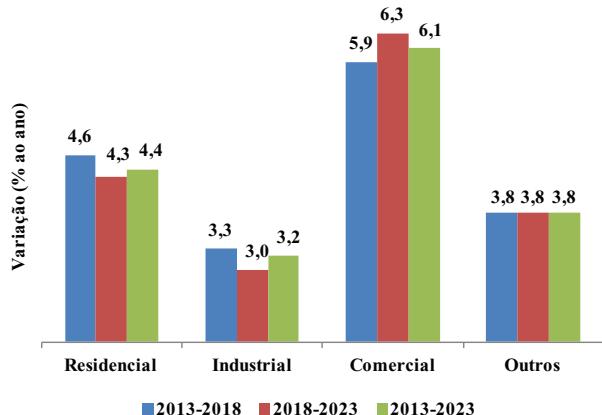


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE, 2013.

A análise por consumo desagregado de energia

elétrica na rede mostra que o maior crescimento se verifica na classe comercial, com 6,1% anuais no decênio, ganhando participação maior no consumo total na rede para os próximos dez anos como se verifica no Gráfico 15 e Tabela 3.

**Gráfico 15 – Estimativas de evolução do consumo de eletricidade na rede, por Classes no Nordeste**



Fonte: EPE (2013).

**Tabela 3 – Previsão do consumo de eletricidade na rede (GWh) no Nordeste de 2013 a 2023**

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total
2013	21.313	22.513	11.579	13.457	68.862
2014	22.243	23.076	12.165	13.981	71.465
2015	23.287	23.626	12.880	14.524	74.317
2016	24.408	24.256	13.690	15.087	77.441
2017	25.537	25.225	14.542	15.659	80.963
2018	26.693	26.525	15.452	16.251	84.921
2019	27.876	27.184	16.422	16.866	88.348
2020	29.086	28.024	17.456	17.504	92.070
2021	30.322	29.308	18.557	18.165	96.352
2022	31.585	30.036	19.730	18.850	100.201
2023	32.873	30.801	20.979	19.559	104.212

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EPE (2013).

### 3 Considerações finais

O processo de transformações demográficas ocorrido nas últimas três décadas foi determinante tanto para o crescimento econômico do País, quanto para explicar a trajetória do consumo de energia, em especial o consumo de energia elétrica no longo prazo.

De fato, a população brasileira vem crescendo a um ritmo cada vez menor e começará a declinar a partir da década de 2040. Porém, mesmo com menores taxas de crescimento demográfico, a preocupação maior é com o novo perfil da faixa etária, onde o aumento da População em Idade Ativa (PIA) ocorreu de forma rápida.

As evidências empíricas sugerem que a nova estrutura etária da PIA deverá atingir os maiores picos entre as décadas de 2020 e 2030. Atualmente, o Brasil passa pelo período conhecido como “Bônus Demográfico”, podendo gerar impactos positivos para as próximas duas décadas no que tange ao crescimento econômico.

Sem dúvidas, essa trajetória demográfica é desafiante para o crescimento econômico do País devido aos maiores custos previdenciário. Constatou-se maior envelhecimento da população brasileira. Em consequência, a população jovem (faixa de 0 a 14 anos de idade) deverá ser a menor a partir da década de 2030.

De acordo com o Censo do IBGE<sup>20</sup>, percebe-se que o processo de urbanização foi mais intenso a partir da década de 1990. Além do incremento populacional, o número de domicílios cresceu dez vezes mais no período de 2000 a 2010. Portanto, a estrutura demográfica apresenta-se também como variável significativa nas estimativas do consumo de energia elétrica, pois a depender do número total de domicílios, têm-se a estimativa de consumo residencial para o longo prazo.

Atualmente, o setor industrial também responde por importante parcela do consumo de eletricidade. E a estimativa dessa classe é que apresente taxa média de crescimento de 3,4% ao ano no período de 2013 a 2023.

Em termos macroeconômicos, a taxa de crescimento médio do PIB brasileiro foi de 3,8% ao ano no período compreendido entre os anos de 2003 e 2013, enquanto a taxa de crescimento do consumo de energia elétrica correspondeu a 4,0% ao ano. Para este período, foi possível associar que o crescimento do consumo de energia elétrica cresce nas mesmas proporções da taxa de crescimento do PIB brasileiro, indicando a importância da energia elétrica na economia nacional, quanto na regional.

Considerando as projeções da EPE (2013), espera-se que a taxa média de crescimento da economia brasileira seja de 4,3% no período de 2013 a 2023, enquanto que a taxa média de crescimento do consumo de energia elétrica deverá registrar uma variação da mesma ordem, 4,3% para o mesmo período.

Dada a importância desses segmentos para o consumo de eletricidade, o País necessita garantir a oferta de energia elétrica suficiente para acompanhar o crescimento econômico e a evolução da população. Sem dúvida, as variáveis de taxas de crescimento populacional e do Produto Interno Bruto (PIB) possuem impactos relevantes sobre os seus rumos quanto ao consumo de energia elétrica.

<sup>20</sup>Censos do IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

## Referências

- ANDRADE, T.; LOBÃO, W. **Elasticidade-renda e preço da demanda residencial de energia elétrica no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 489).
- ARBACHE, J. Transformação demográfica e competitividade internacional da economia brasileira. **Revista do BNDES**, n. 36, dez. 2011. p. 365-392.
- BARDELIN, C. E. A. **Os Efeitos do racionamento de energia elétrica ocorrido no Brasil em 2001 e 2002 com ênfase no consumo de energia elétrica.** Dissertação (Mestrado em Engenharia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, Escola Politécnica. 2004.
- BEZERRA, F. D. O Setor de energia elétrica no Nordeste. **Informe Indústria e Serviços**, Fortaleza, ano 2, n. 4. mar. 2008.
- BRASIL. Casa Civil. Presidência da República Federativa do Brasil. 10º Balanço PAC 2. mar./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2014.
- BRITO, F. A; PINHO, B. A. T.D. **A Dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. 19 p.: il. - (Texto para Discussão, 464).
- BRONZATTI, F. L.; NETO, A. I. Matrizes energéticas no Brasil: cenário 2010 - 2030. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 13 a 16 out. 2008.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Tendências demográficas e econômicas e o mercado de capitais. Estudo do planejamento estratégico da Comissão de Valores Mobiliários para o período compreendido entre 2013 e 2023. jul. 2013.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanço energético nacional 2013: Ano base 2012.** Brasília, DF, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Cenário Econômico 2050. Brasília, DF, 2014a.
- \_\_\_\_\_. Plano decenal de expansão de energia 2023. Brasília, DF, 2014b.
- \_\_\_\_\_. Projeção da demanda de energia elétrica 2014 a 2023. Brasília, DF, 2013b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. Rio de Janeiro, 1º jul. 2014.
- IRFFI, G. et al. Previsão da demanda por energia elétrica para classes de consumo na Região Nordeste, Usando OLS Dinâmico e mudança de regime. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 69-98, jan./mar. 2009.
- MARICATO, E. Dimensões da tragédia urbana. **Ci-ência Revista eletrônica de jornalismo científico**, São Paulo, SBPC, v. 29, pág 18, 2002. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_tragediaurbana.pdf](http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_tragediaurbana.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2014.
- MODIANO, E. M. **Elasticidade renda e preços da demanda de energia elétrica no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC, 1984. (Texto para Discussão, n. 68).
- SCHMIDT, C. A. J.; LIMA, M. A. M. A Demanda por energia elétrica no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 67-98, 2004.
- SIQUEIRA, M. L., CORDEIRO JR., H. H.; CASTELAR, I. A Demanda por energia elétrica no nordeste brasileiro após o racionamento de 2001-2002: previsões de longo prazo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 36, n. 1, p. 137-178, 2006.
- TRIBUNAL DE CONTA DA UNIÃO. Agência TCU. 15 de julho de 2009. Disponível em: <[http://www.enercons.com.br/\\_imagens/noticias/relatorio-TCU-apagao.pdf](http://www.enercons.com.br/_imagens/noticias/relatorio-TCU-apagao.pdf)>. Acesso em: 31 jul 2014.
- TOLMASQUIM, M. T.; GUERREIRO, A.; GORINI, R. Matriz energética brasileira. Novos Estudos - CE-BRAP, São Paulo, n. 79, nov. 2007. p. 47-69.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population division, population estimates and projections section - world population prospects: the 2012 revision. New York: United Nations, 2013. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/Excel-Data/fertility.htm>>. Acesso em: 28 out. 2014.



## 2 - SINTESE DE EXPECTATIVAS

### 2.1 SÍNTESE

O fraco desempenho do PIB brasileiro, no primeiro semestre de 2014, aliado ao clima de pessimismo que se instaurou na economia, deverão contribuir para um baixo crescimento do PIB este ano. A composição do PIB pela ótica da oferta, mostra que a retração da indústria foi em grande parte a responsável pelo resultado. A esse respeito, o crescimento de 0,7% da produção industrial de julho, em comparação com junho, após cinco meses de queda consecutiva no ano, em dados dessazonalizados, pode ser um indicativo de que o setor deverá se estabilizar no segundo semestre.

No primeiro semestre de 2014, a produção industrial da Região Nordeste (-0,1%) manteve-se estável frente a igual período de 2013, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE. Dos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, apenas Pernambuco logrou desempenho positivo no primeiro semestre, tendo crescido 3,7%. Ceará (-1,5%) e principalmente Bahia (-4,5%) sofreram recuos em suas produções industriais nessa mesma base de comparação. O indicador de junho/2014 vis-à-vis junho/2013 expressa forte queda na produção industrial do Nordeste, tendo variado negativamente em 8,3%, influenciado principalmente pelo resultado desfavorável baiano (-12,2%). Na análise de um ano com término em junho, os resultados do Nordeste e dos estados pesquisados pelo IBGE na Região foram mais favoráveis em relação às demais bases de comparação citadas, tendo a Região avançado 1,0% na sua produção industrial.

O emprego na indústria nordestina recuou 1,0% no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013, fato também observado em nível nacional. Apesar disso, nessa mesma base de comparação, observou-se ganho real na folha de pagamento da indústria da Região (0,3%), o que indica que a mão de obra retida foi a de melhor remuneração.

O resultado do Comércio no segundo trimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, foi positivo em 4%. No acumulado do primei-

ro semestre de 2014, o comércio varejista ficou 4,3% superior ao mesmo semestre de 2013. Já o comércio varejista ampliado teve resultado negativo de -1,8% na comparação trimestral. Na avaliação semestral, quase não teve alteração com apenas 0,1% de variação no resultado. Os resultados apresentados para o comércio varejista ampliado são reflexos das quedas nas vendas de veículos.

Algumas informações podem explicar o desempenho do comércio em 2014. No mês de julho, a geração de empregos no Brasil registrou o pior resultado desde 1999. Ocorreram demissões na indústria e desaceleração em outros setores da economia. No acumulado do ano até julho, houve redução de 30,31% na comparação com 2013 no número de empregos gerados. Outra explicação para o baixo desempenho do comércio foi o período da Copa do Mundo Fifa de Futebol, que concorreu com datas importantes para o comércio e alterou o foco de compras do consumidor.

As receitas nominais do setor de serviços, no 1º semestre de 2014, tiveram crescimento médio de 7,4% no Brasil e 5,6% no Nordeste. Apesar desse resultado positivo, a análise da série permite afirmar que essas taxas de variação estão cada vez menores e no Nordeste esse processo vem se dando de forma mais acentuada. Com relação às atividades do setor de serviços nos três estados nordestinos pesquisados (Bahia, Pernambuco e Ceará), observa-se um forte ritmo de crescimento das receitas nominais em atividades voltadas ao consumo final, tais como os Serviços prestados às famílias e Outros serviços.

No âmbito nacional, a movimentação operacional nos principais aeroportos do País totalizou 101,2 milhões de passageiros no primeiro semestre de 2014, dos quais 91,1 milhões provenientes de voos domésticos e 10,1 milhões, de vôos internacionais. Os aeroportos do Nordeste movimentaram 16,8 milhões de passageiros, dos quais 16,3 milhões de origem nacional e 467 mil estrangeiros. O Nordeste tem se configurado como a segunda região brasileira em termos de movimentação turística, com 16,6% da movimentação de passageiros do País no primeiro semestre de 2014. Os aeroportos de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal, nes-

sa ordem, registram os maiores movimentos na Região.

A agropecuária brasileira deverá encerrar 2014 com Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 396,5 bilhões, crescimento de 9,2%, ou R\$ 33,5 bilhões absolutos, sobre o valor de 2013, em função principalmente dos aumentos de VBP das lavouras temporárias (10%) e da pecuária (10,4%). A agropecuária nordestina, em 2013, deverá ter VBP de 49,5 bilhões, elevação de 9,2% sobre 2013. Destacam-se, nesse resultado, o crescimento das lavouras temporárias de milho (+62,7%) e de soja (+47,3%), e, nas permanentes, o aumento no valor da produção das lavouras de banana (+18,7%), de café (+19,3%) e de castanha de caju (+153,3%).

A pecuária nordestina, por sua vez, encerrará 2014 com VBP de R\$ 12,9 bilhões, aumento de 9,1% em relação a 2013, destacando-se a elevação do VBP do frango (13%) e da carne bovina (8,2%), que continuam tendo a maior participação no VBP pecuário nordestino (70%).

No primeiro semestre de 2014, para o Brasil, o saldo comercial do agronegócio foi de US\$ 40,8 bilhões. Os estados nordestinos com maiores superávits no saldo comercial do agronegócio são: Bahia (US\$ 1,6 bilhão) e Alagoas (US\$ 331,9 milhões).

Apesar da queda sucessiva do PIB observada nos dois primeiros trimestres de 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresenta uma situação de estabilidade, com baixa taxa de desocupação. Entretanto, o mercado de trabalho formal apresenta certo arrefecimento, já que a criação de novos postos de trabalho no primeiro semestre de 2014 foi bem menor do que a observada no mesmo período de 2013.

No âmbito regional, Recife apresentou alternância de valores da taxa de desocupação ao longo do primeiro semestre de 2014, finalizando o período com desocupação menor do que a apresentada em janeiro, enquanto Salvador registrou um leve aumento. Em relação ao emprego formal, o Nordeste apresentou saldo negativo de geração de postos de trabalho, especialmente por causa do cenário observado na indústria de transformação, cenário este um pouco melhor do que o ocorrido no primeiro semestre de 2013, ocasião em que o saldo foi ainda mais negativo.

No primeiro semestre de 2014, as exportações brasileiras atingiram US\$ 110,53 bilhões registrando queda de 3,4% relativamente ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, as importações brasileiras do semestre somaram US\$ 113,02 bilhões, com queda de 3,8% em relação ao mesmo período do ano passado, consequência da desaceleração da atividade econômica. Em consequência, o saldo da balança comercial apresentou déficit de US\$ 2,49 bilhões, menor do que o apresentado no mesmo período do ano passado (-US\$ 3,07 bilhões).

O déficit apresentado pela Região Nordeste resultou de exportações de US\$ 7,5 bilhões e US\$ 13,7

bilhões de importações. Houve decréscimo de 2,5% nas exportações nordestinas relativamente ao valor registrado em igual semestre do ano anterior.

O crescimento da arrecadação de ICMS no Nordeste continuou superando a média nacional. No primeiro semestre de 2014, comparado com o mesmo período de 2013, o Nordeste cresceu 10,7% e 4,3% em termos nominais e reais, respectivamente, enquanto que a arrecadação nacional cresceu 6,0% e -0,1.

O valor das transferências constitucionais, FPE e FPM para 2014, ainda tendo como base o Decreto 8.290, de 30.07.2014 (4º revisão da programação financeira da União) é de R\$ 60,2 bilhões e R\$ 66,6 bilhões, respectivamente, ainda baseado em uma estimativa de crescimento do PIB de 1,9%. Com o novo posicionamento do Ministério da Fazenda, admitindo que o PIB deve crescer somente 0,9% este ano, estima-se que as duas transferências fiquem em R\$ 59,6 bilhões e R\$ 65,9 bilhões, respectivamente. De acordo com o Tesouro Nacional, as previsões para o trimestre setembro-novembro é que o FPE e FPM, Região Nordeste, sejam de R\$ 7,3 bilhões e R\$ 5,2 bilhões.

As transferências voluntárias da União para o Nordeste, em 2014 no 1º semestre, não superaram os valores de 2013, quando totalizaram R\$ 1,5 bilhão. Tiveram uma queda de 7,6% em termos nominais e -13,1% em termos reais. Os ministérios majoritários nestas transferências são Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que representam 93,7% do total das transferências.

As operações de crédito do País vêm registrando uma nítida tendência de desaceleração nos últimos semestres. O crescimento mais moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional no primeiro semestre de 2014 foi resultado, em grande medida, do aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do nível de comprometimento de renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros.

Os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, alcançando 52,7% do crédito total, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados; entretanto, nos últimos meses de 2013 e início de 2014, observou-se uma mudança nessa tendência.

Em consonância com a situação do crédito nacional, a expansão do crédito no Nordeste apresenta tendência de desaceleração. Apesar de a Região Nordeste ter apresentado crescimento do saldo de crédito inferior ao Brasil no primeiro semestre de 2014, vale salientar que oito dos nove estados apresentaram níveis de crescimento de crédito acima da média nacional.

## 2.2 Expectativas

**A**economia mundial se recupera da crise iniciada em 2008: nos Estados Unidos, o PIB tem se expandido nos últimos dez trimestres, podendo crescer 2,8% em 2014 e na Zona do Euro, o aumento pode chegar a 1,1%, depois de dois anos de redução. No entanto, o crescimento do PIB mundial pode ser afetado pela redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos e pelas mudanças estruturais que acontecem na economia chinesa.

Em nível nacional, mesmo com a manutenção em níveis baixos da taxa de desemprego e do esforço do governo para estimular o consumo, por meio de isenções seletivas de impostos, a expectativa para o PIB desse ano é de crescimento inferior ao verificado em 2013.

Apesar desse cenário de baixo crescimento, algumas medidas do Governo e mudanças legais podem vir a estimular o setor de serviços para que possa retomar níveis de crescimento mais elevados ainda esse ano. Dentre as medidas, merecem destaque:

- a) Obrigatoriedade do cumprimento dos direitos trabalhistas aos empregadores domésticos, estimulando assim a intermediação via empresas especializadas e a mercantilização dos serviços antes realizados pelas domésticas;
- b) Criação do Cartão Vale Cultura, aumentando a demanda de bens e serviços culturais;
- c) Ampliação do supersimples a todo o setor de serviços, contribuindo para estimular a formalidade, reduzir a carga tributária e o tempo para abertura de empresas;
- d) Entrega das concessões públicas permitindo a expansão do setor de transporte, tais como os portos, aeroportos; ferrovias e rodovias; e
- e) A expansão da rede de fibra ótica, permitindo ampliar a cobertura territorial dos serviços de comunicação.

No âmbito regional, espera-se que a economia nordestina mantenha sua trajetória de crescimento acima da economia brasileira, como mostram os resultados das economias da Bahia, Pernambuco e Ceará para a primeira metade do ano. Diante desse cenário, o BNB/ETENE projeta um crescimento de 2,5% para o PIB da Região em 2014.

As curvas do indicador acumulado de um ano da produção física industrial do Brasil e do Nordeste, relativamente ao ano precedente, apresentaram similaridades nos últimos 12 meses. Ambas revelam tendência de desaceleração da atividade industrial entre julho de 2013 e junho de 2014, apesar de ainda estarem

registrando resultados positivos, à exceção do Brasil no último mês da série. Não se visualiza, para o futuro próximo, reversão deste quadro, devendo as produções industriais nordestina e brasileira continuarem a registrar desempenhos inferiores aos até então alcançados. Há tempos, a indústria nacional vem apresentando sinais de perda de competitividade ante sua congêneres estrangeira. Isto se evidencia quando se observa o comportamento da balança comercial de produtos industrializados nos últimos três anos, onde as importações cresceram substancialmente e as exportações perderam espaço. Desta forma, projeta-se para o ano de 2014 continuidade da tendência de queda e indecisão quanto ao desempenho da produção industrial em 2015 sem, no entanto, lograr esperanças de recuperação.

A Pesquisa de Agosto de Intenção de Consumo das Famílias, realizada pela Confederação Nacional do Comércio, já demonstra perspectiva de melhora moderada para as vendas do comércio. Há dois meses seguidos, o grupo de alimentos e bebidas mostra desaceleração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), o que gera alívio para o orçamento das famílias e, consequentemente, mais espaço para consumo de outros bens. Entretanto, na Sondagem do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 4,3% entre julho e agosto de 2014, ao passar de 106,9 para 102,3 pontos. Segundo a coordenação da pesquisa, o resultado foi influenciado pela insatisfação dos consumidores com o “estado geral da economia”.

As expectativas do turismo são favoráveis no Brasil no corrente ano. Contribuem para essas perspectivas a expansão da massa salarial, facilidades de acesso a crédito para consumo, inclusive aquisição de pacotes turísticos e viagens, e o aumento das infraestruturas de transporte, hospedagem e equipamentos de lazer, consequências da realização da Copa do Mundo.

Apesar da previsão de crescimento positivo do VBP agropecuário em 2014, para 2015 as condições climáticas a prevalecerem no Nordeste ainda são uma incógnita. O NOAA (órgão climático do governo norte-americano) prevê que há probabilidade de 65% de ocorrência de um El Niño fraco, enquanto a Fundação Cearense de Meteorologia aponta 80% de chance, ainda sem indicação de intensidade; o quadro pode se agravar se não houver a formação da zona de convergência intertropical no Atlântico, o que traria mais um ano de seca para a Região.

Para o agronegócio brasileiro, a perspectiva de crescimento é de 3,8% em 2014, em razão principalmente do aumento da produção agropecuária do setor, devido aos avanços tecnológicos que permitiram o crescimento da produtividade do campo. A agroindústria foi o componente que cresceu menos em 2013, em virtude das dificuldades na exportação de produtos manufaturados, já que prevalece a exportação de matérias-

-primas e semiprocessados.

A tendência atual do dólar é continuar se valorizando frente ao real, um dos fatores que favorece exportações, com previsão de fechamento em 2014 no valor de R\$ 2,34/US\$<sup>21</sup>.

A balança comercial brasileira deverá encerrar o ano de 2014 com saldo positivo. Com o aumento da produção interna de petróleo estimada para esse ano, haverá menor necessidade de importação do produto. Por outro lado, a balança comercial nordestina continuará deficitária devido às importações de bens de capital e bens intermediários.

Em termos de expectativas para o segundo semestre de 2014, pela própria característica de sazonalidade do mercado de trabalho, espera-se que haja um aumento na geração de vagas de empregos formais no agregado nacional, embora com menor intensidade do que a observada em 2012 e 2013. Já no caso específico da Região Nordeste, o sentimento é de que o quadro de saldo negativo possa ser minimizado e o cenário consolide-se como melhor do que o observado em 2013, seguindo-se o mesmo padrão observado no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Em linhas mais gerais, a perspectiva é de que o cenário atual de baixo crescimento econômico concomitante à presença de inflação deve influenciar a perda de poder de compra das famílias (o comércio já sente esse efeito) e o consequente aumento por busca de vagas no mercado de trabalho, o que, por sua vez, deve influenciar um aumento futuro da taxa de desocupação.

O ICMS é um indicador macroeconômico que segue a tendência de concentração da dinâmica econômica do País. Dez estados concentram cerca de 80% da arrecadação do ICMS. Apenas Bahia e Pernambuco, no Nordeste, fazem parte deste seleto grupo. A partir dos dados da arrecadação desse tributo, que é uma boa proxy do PIB do comércio, espera-se que a atividade econômica nordestina cresça um pouco acima da média nacional. Nossa expectativa é que o ICMS na Região cresça em 2014, em termos reais, em torno dos 3,0%.

O valor das transferências constitucionais, FPE e FPM para 2014, ainda tendo como base o Decreto 8.290, de 30.07.2014 (4º revisão da programação financeira da União) é de R\$ 60,2 bilhões e R\$ 66,6 bilhões, respectivamente, ainda baseado em uma estimativa de crescimento do PIB de 1,9%. Com o novo posicionamento do Ministério da Fazenda, admitindo que o PIB deve crescer 0,9% este ano, estima-se que as duas transferências fiquem em R\$ 59,6 bilhões e R\$ 65,9 bilhões, respectivamente. De acordo com o Tesouro Nacional, as previsões para o trimestre setembro-novembro é que o FPE e FPM, Região Nordeste, sejam de R\$ 7,3 bilhões e R\$ 5,2 bilhões.

<sup>21</sup>Banco Central do Brasil (2014).

Para 2014, as expectativas do nível de atividade econômica que apontam para um crescimento moderado do PIB, sendo este mais baixo do que em 2013, bem como do consumo das famílias, serão fatores fundamentais para a continuidade do arrefecimento do crescimento do saldo de crédito total.

O crédito direcionado, que sustentou boa parte do crescimento do crédito em período recente, apesar das taxas elevadas, deverá apresentar redução na velocidade de crescimento. Vislumbra-se que o ímpeto dos bancos públicos será moderado, em razão do impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas.

Nessa perspectiva, estimamos que o volume de crédito do País deverá crescer no ano de 2014 em torno de 12%, convergindo para uma taxa sustentável de longo prazo. Embora o Nordeste tenha apresentado crescimento do crédito inferior ao Brasil no primeiro semestre, estima-se que a Região registre em 2014, aumento no saldo de operações de crédito similar ao índice nacional em 2014, sobretudo em razão do crescimento da economia regional.

## 3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

### 3.1 Produto Interno Bruto

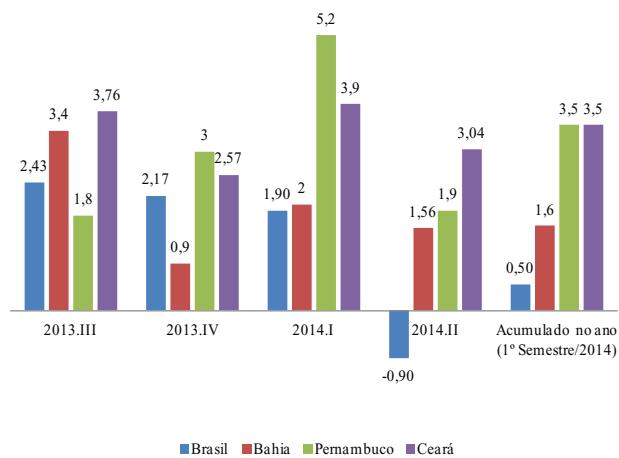
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no resultado para o primeiro semestre, o Produto Interno Bruto (PIB), apresentou aumento de 0,5% em relação a igual período de 2013. Nesse período, o Valor Adicionado Bruto (VAB) cresceu 0,5% e os impostos 0,2%.

No primeiro trimestre de 2014, o PIB teve queda de 0,1% na comparação do primeiro trimestre contra o quarto trimestre do ano, considerando a série livre de influências sazonais. Por sua vez, na comparação com igual trimestre do ano anterior, houve crescimento de 1,9%. Nessa mesma base de comparação, a desagregação por setor de atividade mostra crescimento na agropecuária (2,8%), indústria (0,8%) e serviços (2,0%).

Para o segundo trimestre, o PIB manteve a trajetória de queda na série livre de influência sazonal, apresentando redução de 0,6% na comparação do segundo trimestre de 2014 contra o primeiro trimestre do ano. Na comparação com igual período do ano anterior, a queda do PIB foi de 0,9%. Contribuíram para esse resultado, o recuo de 3,4% da indústria, a variação modesta nos serviços (0,2%) e a estabilidade da agropecuária (0,0%).

No âmbito regional, de acordo com os Institutos Estaduais de Planejamento, as economias da Bahia, Pernambuco e Ceará<sup>22</sup> tiveram crescimento acumulado no primeiro semestre do ano bem acima do observado para o Brasil (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB a preços de mercado, trimestral e acumulado no ano de 2014 – Brasil, Bahia, Ceará e Pernambuco**



Fonte: IBGE, IPECE, SEI e CONDEPE/FIDEM.

Nota: Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) estimou em 1,6% o crescimento da economia baiana no acumulado do primeiro semestre de 2014.

No primeiro trimestre, a economia baiana cresceu 2,0% na comparação com igual período de 2013. O setor agropecuário marcou a expansão da atividade baiana no primeiro trimestre, o incremento de 17% no VAB da agropecuária foi puxado pela recuperação da safra de grãos, mais especificamente, de milho, soja e algodão. No entanto, o crescimento do setor de serviços (2,6%) que mais contribuiu para a expansão da atividade, uma vez que o setor responde por 66,3% (Contas Regionais, 2011) do valor adicionado bruto da produção. Já a indústria apresentou leve retração (0,8%).

Em relação ao segundo trimestre de 2013, a economia baiana cresceu 1,6%. O setor agropecuário continuou fundamental para o crescimento da atividade econômica baiana, a alta de 14% no VAB do setor foi novamente resultado da recuperação da safra de grãos. O setor de serviços cresceu 0,5%, enquanto a indústria

<sup>22</sup>Na Região Nordeste, somente os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará calculam o PIB trimestral. A mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviço), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais. A despeito da ausência de informação sobre as economias dos outros estados, o desempenho das economias da Bahia, Pernambuco e Ceará fornecem uma boa aproximação do desempenho da Região, uma vez que, segundo as Contas Regionais (2011) esses responderam por 63,4% do PIB da Região.

apresentou a segunda queda do ano (1,7%).

As informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) mostram crescimento de 3,5% da economia cearense no acumulado do primeiro semestre de 2014.

No primeiro trimestre, o PIB do Ceará cresceu 3,9% comparativamente ao mesmo trimestre de 2013. A taxa de crescimento do valor adicionado por setores distribuiu-se da seguinte maneira: agropecuária (41,8%), indústria (1,7%) e serviços (4,0%). De acordo com o IPECE, o crescimento atípico de 41,8% no setor agropecuário deveu-se ao volume de chuvas registrado no período ser bem superior ao mesmo período de 2013 e a baixa base de comparação de 2012, onde se observou queda de 5,9%.

Para o segundo trimestre, a expansão do PIB cearense foi de 3,0%. Contribuíram para esse desempenho o crescimento de 52,6% na agropecuária e de 3,0% nos serviços, uma vez que a indústria registrou retração de 4,2%. Destaque para a excepcional expansão do setor agropecuário, que permanece como resultado da baixa base de comparação do mesmo período do ano anterior em razão do forte período de estiagem.

De acordo com os dados divulgados pela Agência CONDEPE/FIDEM, a economia de Pernambuco apresentou crescimento de 3,5% no acumulado do primeiro semestre de 2014.

No primeiro trimestre de 2014, o PIB de Pernambuco avançou 5,2% em relação ao registrado no primeiro trimestre de 2013. A evolução dos indicadores setoriais, pela ótica dos componentes do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia pernambucana, ocorreu da seguinte maneira: agropecuária (45,5%), indústria (5%) e serviços (4,1%). Da mesma forma como aconteceu no Ceará, o excepcional desempenho da agropecuária em Pernambuco no primeiro trimestre foi resultado tanto da baixa base de comparação quanto da melhoria climática do início do ano.

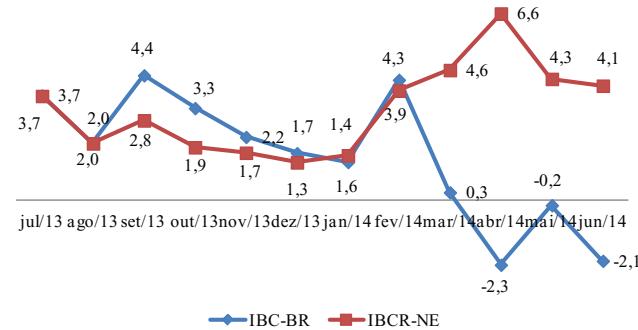
O PIB de Pernambuco manteve o bom desempenho no segundo trimestre. O crescimento de 1,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior foi resultado de expansões no VAB dos três setores econômicos: agropecuária (16,8%), indústria (1,2%) e serviços (1,6%). O crescimento da agropecuária permaneceu como o destaque positivo do período.

Os indicadores de atividade dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará retratam o bom desempenho da economia do Nordeste na primeira metade do ano, o que também é percebido pela análise do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br)<sup>23</sup>, criado para tentar antecipar o resultado do PIB. A com-

<sup>23</sup>O IBC-Br é um indicador mensal que procura, com as devidas adaptações, reproduzir o movimento do Produto Interno Bruto (PIB), e, desta forma, avaliar de forma mais ampla o ambiente macroeconômico do País. Para as regiões e os estados, o Banco Central disponibiliza o IBCR.

paração entre o IBC-Br e o IBCR-NE, mostra que na variação nos últimos doze meses, o IBC-Br teve variação de 1,5%, enquanto que o IBCR-NE cresceu 3,0%. O distanciamento entre as taxas de crescimento da região Nordeste e do Brasil fica mais evidente a partir de março de 2014 (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Taxa de crescimento (%) do IBC-Br e do IBCR-NE – 2013 (\*)**



Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas:

Elaboração BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

(\*) Comparação com igual período do ano anterior.

Para o segundo semestre, a expectativa é de que a economia nordestina mantenha sua trajetória de crescimento acima da economia brasileira.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO. PIB trimestral de Pernambuco: 4º trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em: 16 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/Contas\\_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf](http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Indicadores: contas nacionais trimestrais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. PIB Trimestral do Ceará: 4º trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.ipece.gov.br/categoria2/pib/pib>>. Acesso em: 08 set. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB trimestral da Bahia: 4º trimestre de 2013. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=139&itemid=210](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=139&itemid=210)>. Acesso em: 08 set. 2014.

## 3.2 Produção Agropecuária

### 3.2.1 Agricultura

**D**e acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)<sup>24</sup>, estima-se que a área destinada ao cultivo de grãos<sup>25</sup> na safra 2013/2014 chegue a 56,8 milhões de hectares, acréscimo de 6,1% em relação à safra anterior. O resultado favorável foi influenciado nos primeiros meses de 2014 pelas boas expectativas dos preços externos e internos, em especial das culturas da soja e do algodão. Destacam-se o cultivo de soja, com 30,1 milhões de hectares de área plantada (incremento expressivo de 2,3 milhões de hectares, o que representa aumento de 8,6 %) e de algodão (acréscimo de 25,1%, ou seja, 224,8 mil de hectares).

Condicionadas pela maior intenção de plantio e também pelo bom desenvolvimento da cultura frente ao período de seca do ano anterior, tanto a safra nacional quanto a regional apresentam-se com excelente desempenho. A safra nacional de grãos está estimada em 193,87 milhões de toneladas, acréscimo de 2,8% em relação à safra 2012/13. Esperam-se aumentos expressivos nas culturas da soja (acréscimo de 5,9%, ou seja, 4,77 milhões de toneladas), do feijão (aumento de

25,8% ou 724,0 mil toneladas) e do algodão (acréscimo de 29,1%; +586,5 mil toneladas).

No levantamento da safra 2013/14 para o Nordeste, registram-se aumentos significativos para as áreas plantadas nos estados da Bahia (acréscimo de 329,8 mil hectares), de Pernambuco (aumento em 215,2 mil hectares) e Maranhão (crescimento de 153,4 mil hectares) em relação à safra anterior. Juntos, esses estados cultivam significativos 5,39 milhões de hectares na safra 2013/14, ou seja, representam 64,8% da área cultivada total nordestina.

A estimativa da produção regional consolidou-se em 17,14 milhões de toneladas, aumento de 43,0% em relação à safra 12/13, uma vez que os dados do período anterior foram rebaixados pela ocorrência da estiagem. A produção regional de grãos deverá aumentar na maioria dos estados nordestinos, principalmente na Bahia registrando acréscimo de 2,22 milhões de toneladas, ou seja, 43,3% do aumento da produção nacional de grãos, no Piauí (aumento de 1,24 milhão de toneladas, ou seja, acréscimo de 121,5%) e no Maranhão (aumento de 900,4 mil toneladas, ou seja, 25,2% a mais que a safra passada). O excelente nível de produtividade é consequência das expectativas de aumento da produção na Região de diversas culturas como o algodão (4.080 kg/ha) e a soja (2.777 kg/ha) no estado maranhense (4.080 kg/ha) como também o milho em Sergipe (4.670 kg/ha) (Tabela 1).

<sup>24</sup> Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realizou o décimo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos que traz em pauta dados de produção, produtividade e área para a safra nacional de 2013/2014.

<sup>25</sup> A CONAB realiza levantamentos e avaliações mensais da safra brasileira de grãos e das principais lavouras.

**Tabela 1 – Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos - Safra 13/14**

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (f)	Var. % (f/e)
NORTE	1.881,60	2.100,30	11,6	2.935	3.031	3,30	5.522,80	6.366,60	15,30
NORDESTE	7.211,70	8.317,30	15,3	1.663	2.061	23,90	11.993,00	17.144,30	43,00
Maranhão	1.615,70	1.769,10	9,5	2.211	2.528	14,30	3.572,50	4.472,90	25,20
Piauí	1.264,40	1.386,90	9,7	1.266	2.055	62,30	1.601,10	2.850,60	78,00
Ceará	787,7	963,40	22,3	281	631	124,60	221,1	607,70	174,90
Rio Grande do Norte	29,1	76,00	161,4	447	561	25,50	13	42,60	227,70
Paraíba	109,8	160,90	46,5	421	477	13,30	46,2	76,80	66,20
Pernambuco	275,9	491,10	78,0	280	516	84,30	77,2	253,60	228,50
Alagoas	79,5	75,20	(5,4)	689	894	29,80	54,8	67,20	22,60
Sergipe	244,4	260,70	6,7	4.195	4.336	3,40	1.025,20	1.130,50	10,30
Bahia	2.805,20	3.134,00	11,7	1.919	2.439	27,10	5.381,90	7.642,40	42,00
CENTRO-OESTE	20.680,50	21.967,50	6,2	3.785	3.648	(3,60)	78.277,60	80.130,60	2,40
SUDESTE	4.977,80	5.067,20	1,8	4.065	3.555	(12,50)	20.234,70	18.011,60	(11,00)
SUL	18.811,40	19.366,10	2,9	3.861	3.729	(3,40)	72.629,90	72.217,50	(0,60)
<b>BRASIL</b>	<b>53.563,00</b>	<b>56.818,40</b>	<b>6,1</b>	<b>3.522</b>	<b>3.412</b>	<b>(3,10)</b>	<b>188.658,00</b>	<b>193.870,60</b>	<b>2,80</b>

Fonte: CONAB. Décimo levantamento: jul./2014.

Notas:

(1) Produtos selecionados: Caroço de algodão, amendoim (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> safras), girassol, mamona, milho (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

## Algodão

Para a safra de 2013/2014, estima-se a área cultivada total com algodão em 1.119,1 mil hectares, aumento de 25,1% em relação à safra anterior. O preço interno da commodity algodão em pluma registrou variações negativas bem discretas. Porém, a tendência de aumento no nível de preços no mercado externo, associados à baixa remuneração do preço da saca de 60 kg do milho, principal commodity concorrente, são fatores que influenciaram as tomadas de decisões dos produtores em aumentar a área para o cultivo do algodão. Como consequência, tem-se aumento na produção de 29,2% em relação à safra anterior, ou seja, acréscimo de 973,4 mil toneladas. Acredita-se que a produção brasileira alcançará aproximadamente de 4,3 milhões de toneladas de algodão em caroço.

Para o Nordeste, espera-se para 2013/14 aumento de 36,2%, alcançando 1.372,7 mil toneladas. A expectativa é de que a área destinada ao cultivo na Região acompanhe a tendência nacional, registrando aumento de 17,1% na área cultivada sobre 2012/2013. A Bahia, segundo maior produtor nacional de algodão, registra aumento tanto em área plantada (acréscimo de 48,0 mil hectares) quanto em produção (aumento de 348,2 mil toneladas). A produtividade média do algodão na Região Nordeste apresenta ganho de 16,3%; alcançando 3.897 kg/ha na safra 13/14, que inclusive, ultrapassa a produtividade média da maior região produtora de algodão, Centro-Oeste, que responde por 65,4 % da produção nacional (Tabela 2).

O primeiro semestre de 2014 finaliza com desaquecimento dos preços nos mercados externos (na Bolsa de Nova York, contratos de outubro/14 e dezembro/14 registraram queda de 4,8% e 5,1%, respectiva-

mente) refletindo a maior oferta do produto no mercado e considerando o volume dos estoques mundiais, além das reduções das compras de algodão por parte da China. O USDA afirmou que somente as exportações brasileiras poderão ter crescimento frente ao embarcado na safra de 2012/2013. De acordo com a sua estimativa, seriam exportadas 718 mil toneladas da pluma brasileira.

Quanto aos preços internos, as principais praças registraram desvios mais discretos devido a uma maior demanda por parte de indústria têxtil nordestina. Segundo dados do Cepea, o mercado interno fechou junho/14 com pequenas reduções nas cotações da saca de algodão influenciadas em parte pelo aumento da oferta de algodão nacional (CEPEA/ESALQ, 2014a). Em Barreiras (BA), Rondonópolis (MT) e Fortaleza (CE), os preços registram reduções de 1,07%, 0,31% e 1,07%, respectivamente, em relação ao mês de maio/2014, com cotações de R\$ 59,44/@ para Barreiras (BA), R\$ 59,19/@ em Rondonópolis (MT) e R\$ 59,44/@ na capital cearense. No mercado de algodão de São Paulo, a pluma foi cotada com valorização de 1,13% frente ao valor praticado no mês de maio/14, registrando R\$ 63,33/@ (Gráfico 1).

**Tabela 2 – Algodão em Caroço - Comparativo de Área, Produtividade e Produção - Safra 13/14**

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (f)	Var. % (f/e)
NORTE	6,00	4,80	(20,0)	3.150	3.975	26,20	18,90	19,10	1,10
NORDESTE	300,80	352,30	17,1	3.351	3.897	16,30	1.007,90	1.372,70	36,20
Maranhão	16,70	18,60	11,4	3.970	4.080	2,80	66,30	75,90	14,50
Piauí	11,40	11,90	4,4	3.270	3.600	10,10	37,30	42,80	14,70
Ceará	0,9	1,80	100,0	295	780	164,40	0,3	1,40	366,70
Rio Grande do Norte	0,1	0,10	43,0	3000	3195	6,50	0,2	0,30	50,00
Paraíba	0,1	0,10	-	300	615	105,00	-	0,10	-
Pernambuco	0,1	0,30	200,0	380	540	42,10	-	0,20	-
Alagoas	0,1	0,10	-	320	480	50,00	-	-	-
Sergipe	271,4	319,40	17,7	3.330	3.920	17,70	903,80	1.252,00	38,50
Bahia	560,90	733,00	30,7	3.943	3.838	(2,70)	2.211,60	2.813,00	27,20
SUDESTE	25,80	28,10	8,9	3.429	3.400	(0,80)	88,50	95,50	7,90
SUL	0,80	0,90	12,5	2.625	2.375	(9,50)	2,10	2,10	-
BRASIL	894,30	1.119,10	25,1	3.723	3.845	3,30	3.329,00	4.302,40	29,20

Fonte: CONAB. Décimo levantamento: jul./2014.

## Gráfico 1 – Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão em Barreiras (BA)<sup>26</sup>, Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2012 a junho/2014<sup>27</sup>



Fonte: CMA, 2014.

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

## Feijão

A estimativa de área plantada com feijão no Brasil (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> safras) é de 3.328,2 mil hectares, incremento de 8,2% em relação a 2012/2013. Como consequência, estima-se a produção de feijão em 3,53 milhões de toneladas, aumento significativo de 25,8% em relação à safra anterior.

A lavoura de feijão plantada no Nordeste regis-

tra aumento de área de 16,0%, devendo a Região cultivar em torno de 1.624,4 mil hectares. Os estados da Bahia e do Ceará são os principais responsáveis por esse avanço, porquanto, juntos cultivam 56% da área regional destinada para o feijão.

A produção total regional pode chegar a 718,2 mil toneladas, aumento expressivo de 68,9% em relação à safra 2012/2013, base prejudicada pelo período de seca. O rendimento também deve se elevar para 442 kg/ha, acréscimo de 45,5% em relação à safra passada, aumento este explicado em parte pela redução de área de sequeiro em algumas regiões de plantio.

Para a safra de 2013/2014, com a oferta maior de feijão no mercado, o nível de preços do produto sofreu quedas consideráveis, reduzindo a possibilidade de alta dos preços no curto prazo. Devido as intenções de plantio de feijão para baixo na safra 2014/2015, a expectativa de longo prazo é de valorização para o ano de 2015. Em Barreiras (BA), a saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 97,00<sup>28</sup> no mês de junho/2014, redução de 15,1% frente ao praticado em maio/14. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 100,00, desvalorização de 22,6% em relação ao mês de maio/2014. Em São Paulo (SP), as cotações do feijão carioca e do feijão preto foram de R\$ 92,00/sc e R\$ 132,25/sc, reduções de 19,3% e 14,6% com relação a maio/14, respectivamente (Gráfico 2).

26 As cotações na Praça de Barreiras (BA) e Fortaleza (CE) foram praticamente as mesmas para o período apurado.

27 Valores referentes ao período de 01/01/2012 a 30/06/2014.

28 Valores referentes para 30/06/2014.

Tabela 3 – Feijão Total - Comparativo de Área, Produtividade e Produção - Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (f)	Var. % (f/e)
NORTE	133,30	103,20	(22,6)	786	779	(0,80)	104,70	80,50	(23,10)
NORDESTE	1.399,80	1.624,40	16,0	304	442	45,50	425,30	718,20	68,90
Maranhão	90,10	92,80	3,0	459	497	8,10	41,40	46,10	11,40
Piauí	199,30	229,40	15,1	131	319	142,40	26,20	73,10	179,00
Ceará	341,1	404,10	18,5	194	328	68,90	66,2	132,50	100,20
Rio Grande do Norte	12,4	38,90	213,7	282	437	54,80	3	17,00	385,70
Paraíba	55,7	79,30	42,4	346	385	11,00	19,3	30,50	58,00
Pernambuco	176,4	249,20	41,3	262	444	69,20	46,3	110,70	139,10
Alagoas	42	41,00	(2,4)	364	529	45,30	15,3	21,70	41,80
Sergipe	26,8	25,00	(6,7)	668	772	15,60	17,90	19,30	7,80
Bahia	456,00	464,70	1,9	415	575	38,60	189,20	267,30	41,30
CENTRO-OESTE	356,00	465,60	30,8	1.637	1.855	13,30	582,70	863,90	48,30
SUDESTE	558,30	495,20	(11,3)	1.461	1.640	12,20	815,80	812,30	(0,40)
SUL	627,90	639,80	1,9	1.398	1.650	18,00	877,80	1.055,50	20,20
BRASIL	3.075,30	3.328,20	8,2	913	1.061	16,20	2.806,30	3.530,40	25,80

Fonte: CONAB. Décimo levantamento: jul./2014.

**Gráfico 2 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg de Feijão Carioca Tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2012 a junho/2014<sup>29</sup>.**



Fonte: CMA, 2014.

Elaboração: BNB/ETENE. Conjuntura Econômica.

## Milho

A área de plantio para o milho na safra de 2013/2014 deverá atingir os 15,74 milhões de hectares, com leve redução de 83,6 mil hectares (quase 0,5%) em relação à safra anterior. Em algumas regiões produtoras de milho, os produtores, influenciados pelos altos

<sup>29</sup> Valores referentes ao período de 01/01/2012 a 30/06/2014.

**Tabela 4 – Milho total - comparativo de área, produtividade e produção - Safra 13/14**

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (f)	Var. % (f/e)
NORTE	528,30	559,50	5,9	3.166	3.411	7,80	1.672,30	1.908,30	14,10
NORDESTE	2.325,50	2.948,00	26,8	2.090	2.677	28,10	4.859,80	7.891,50	62,40
Maranhão	506,70	606,40	19,7	2.584	3.106	20,20	1.309,40	1.883,60	43,90
Piauí	379,80	404,20	6,4	1.429	2.737	91,50	542,80	1.106,20	103,80
Ceará	408,7	519,90	27,2	240	835	247,90	98,1	434,10	342,50
Rio Grande do Norte	13,3	33,80	154,1	355	581	63,70	4,7	19,60	317,00
Paraíba	53,1	79,40	49,5	496	564	13,70	26,3	44,80	70,30
Pernambuco	94,5	234,20	147,8	167	578	246,10	15,8	135,40	757,00
Alagoas	34,4	31,00	(9,9)	637	880	38,10	21,9	27,30	24,70
Sergipe	206,6	226,60	9,7	4.557	4.670	2,50	941,50	1.058,20	12,40
Bahia	628,40	812,50	29,3	3.022	3.917	29,60	1.899,30	3.182,30	67,60
CENTRO-OESTE	6.202,90	6.049,00	(2,5)	5.789	5.463	(5,60)	35.910,60	33.044,80	(8,00)
SUDESTE	2.203,00	2.111,90	(4,1)	5.755	5.118	(11,10)	12.677,70	10.808,80	(14,70)
SUL	4.569,60	4.077,30	(10,8)	5.774	6.020	4,30	26.385,30	24.544,10	(7,00)
<b>BRASIL</b>	<b>15.829,30</b>	<b>15.745,70</b>	<b>(0,5)</b>	<b>5.149</b>	<b>4.966</b>	<b>(3,50)</b>	<b>81.505,70</b>	<b>78.197,50</b>	<b>(4,10)</b>

Fonte: CONAB. Décimo levantamento: jul./2014.

custos de produção da cultura do milho junto com a competição por área entre soja e milho - que tem favorecido à oleaginosa em virtude de sua comercialização (preços mais atraentes e sustentação cambial) e uso de variedades de soja precoce – reduziram as expectativas de área plantada com o milho. Em contraponto, tem-se a expectativa de um significante crescimento (22,9%) na macrorregião Norte-Nordeste devido às boas condições climáticas.

Estima-se que a produção total de milho no Brasil para a safra 13/14 chegue a 78,19 milhões de toneladas, registrando redução de 4,1% (redução de 3,3 milhões de toneladas) frente à safra passada. Diversos fatores corroboraram no agregado a redução dos números da safra do milho informados pela Conab e Cepea/Esalq. Os problemas climáticos nas principais regiões produtoras de milho associados à forte redução de áreas destinadas ao cultivo seriam as causas principais para estas baixas expectativas para a safra 13/14.

No Nordeste, espera-se um aumento de 62,4% frente à safra passada, devendo ser colhidas 7,89 milhões de toneladas ao fim da safra 13/14. A expectativa de recuperação das cotações do milho norteou os produtores da Região a ampliarem as áreas destinadas ao cultivo do cereal. Espera-se que a área destinada ao seu cultivo feche a safra em setembro de 2014 com incremento de 26,8% em relação a período anterior, computando 2,94 milhões de hectares.

Motivada pela possibilidade de tornar-se um fornecedor privilegiado para toda a Região, a Bahia deverá registrar considerável aumento na produção do grão, com ajuste a mais de 1.283 mil toneladas em relação a 2012/13, finalizando a safra com 3,18 milhões de toneladas (cabendo lembrar que a comparação está sendo feita com um ano de seca). Segundo a Conab, a expec-

tativa de área plantada no estado baiano fechará a safra 13/14 em 812,5 mil hectares, acréscimo de 184,1% frente à safra passada. Já o estado de Sergipe alcançará os melhores níveis de produtividade com expectativa de colher 4.670 kg/ha. (Tabela 4).

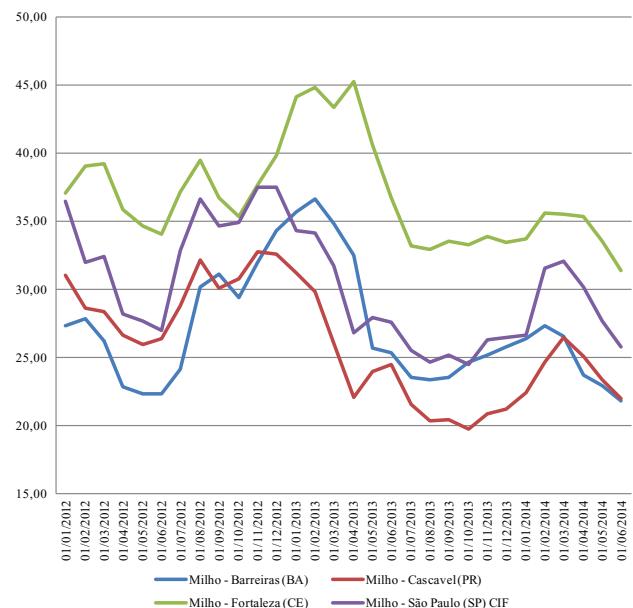
No mercado internacional, as cotações no mercado futuro seguem com registros de reduções pressionadas devido à alta estimativa de produção mundial de milho e o excelente cenário nas lavouras norte-americanas, aumentando a disponibilidade do cereal. O contrato futuro na Bolsa de Chicago com vencimento em setembro/2014 encerrou com queda de 8,6% em relação à junho do mesmo ano, alcançando US\$ 164,85/t (CEPEA/ESALQ, 2014).

De acordo com a Secretaria do Comércio Exterior, as exportações brasileiras de milho no mês de junho/14 registraram redução de 31,3% frente aos embarques em maio do mesmo ano. O Brasil chegou a embarcar 87,6 mil de toneladas somente no mês de junho de 2014, mas não o suficiente para reduzir a pressão de queda sobre os preços internos. Nos primeiros cinco meses do ano, o País embarcou a menos 36% que no mesmo período do ano anterior, aumentando a disponibilidade interna do cereal (CEPEA/ESALQ, 2013b).

Com o aumento da oferta interna, a produção nacional recorde e o estoque crescente, o mercado interno apresenta-se desaquecido. O mês de junho/14 finalizou com cotações bem abaixo do esperado. As incertezas das cotações no mercado internacional e a expectativa de produção também recorde na safra de milho nos EUA foram os principais elementos para as cotações internas esfriarem. (CEPEA/ESALQ, 2013b).

Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg em junho/2014 foi de R\$ 21,80, desvalorização de 17,3% sobre a cotação de janeiro/2014. Em Fortaleza (CE), a cotação para junho/14 foi de R\$ 31,40, valor 6,75% menor que o praticado no mesmo mês de janeiro/14. Já em Cascavel (PR), atingiu R\$ 22,00 a saca de 60 kg com redução de apenas 1,7% em relação ao início do ano. E por fim, São Paulo, com cotação de junho/14 em R\$ 25,81, desvalorização de 3,22% em relação à cotação de janeiro de 2014 (Preço CIF). (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e preço CIF São Paulo, de janeiro/2012 a junho/2014<sup>30</sup>**



Fonte: CMA (2014).

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

## Soja

Motivados pelos bons preços alcançados no mercado externo e principalmente pelo custo de produção bem menor comparado à commodity milho, a área total destinada ao cultivo de soja para a safra 13/14 é estimada em 30,1 milhões de hectares, acréscimo de 6,9% sobre a safra anterior. Tal fato, associado ao bom desenvolvimento da lavoura e às ótimas condições climáticas, faz a expectativa de produção nacional de soja ser de aproximadamente 86,2 milhões de toneladas, acréscimo de 5,9 % em relação ao volume produzido na safra passada.

Para o Nordeste, estima-se crescimento na área cultivada em 7,8%, que deve subir para 2,6 milhões de hectares, dado este influenciado pelas compras futuras e o excelente desenvolvimento da cultura favorecida pela boa condição do clima. Na produção, espera-se aumento de 23,8% da oleaginosa, alcançando 6,5 milhões de toneladas, destaque para a Bahia, com produção de 3,2 milhões de toneladas, representando cerca de 49,2% da produção regional.

No mercado externo, as cotações seguem desaquecidas. Tanto a soja em grão quanto o seu farelo registraram expressivas quedas em suas cotações para julho/14, chegando a soja em grão a US\$ 30,88/SC de 60 kg de soja (redução em 6,2%) e o farelo de soja a US\$ 505,18/t (menor em 8,4%) abaixo do comercializado em junho/14, resultados pressionados pela alta expec-

30 Valores referentes ao período de 01/01/2012 a 30/06/2014.

tativa de área cultivada em junho/14, de 34,33 milhões de hectares, frente aos 32,98 milhões de março/14.

Mesmo com as cotações no mercado externo de soja em declínio, as reduções dos preços da soja no mercado brasileiro foram suavizadas devido aos maiores valores dos prêmios de exportação e diante da desvalorização do real frente ao dólar (CEPEA/ESALQ, 2013b). De acordo com a SECEX, foram embarcadas nos portos brasileiros 31,8 milhões de toneladas de soja em grão no primeiro semestre de 2014, valor superior em 51% ao da média dos 6 primeiros meses dos últimos 5 anos, ao preço médio de R\$ 67,67/tonelada. Para o farelo de soja, as exportações somaram 6,57 milhões de toneladas no 1º semestre de 2014, aumento de 13,1% comparado ao mesmo período de 2013. Com estes valores, o farelo de soja obteve como resultado US\$ 918,2 milhões em sua receita. Quanto ao óleo de soja, foram embarcadas 135 mil toneladas em junho contra 11,48 mil toneladas em maio deste ano, aumento de 21,3%.

As cotações no mercado interno finalizaram o primeiro semestre em alta em algumas praças e com desvalorizações em outras, diante das divergências e expectativas no mercado interno, além do reflexo das boas expectativas das safras brasileira e mundial. Mesmo com o grande volume comercializado, no mês de junho de 2014, o preço negociado no mercado de Sorriso (MT) atingiu R\$ 57,85<sup>31</sup>, valorização de 1,23% em relação a maio/2014. Em Paranaguá (PR), a cotação de junho/14 foi de R\$ 70,86, valor 0,80% maior que o praticado no mês anterior. Nos mercados do Nordeste, Barreiras (BA) e Balsas (MA) fecharam as cotações da saca de 60 kg de soja em junho/14 em R\$ 61,58 (redução de 0,05%) e R\$ 58,46 (desvalorização de 1,27%), respectivamente, em relação ao mês anterior<sup>32 33</sup>.

31 Preço FOB.

32 Preço CIF.

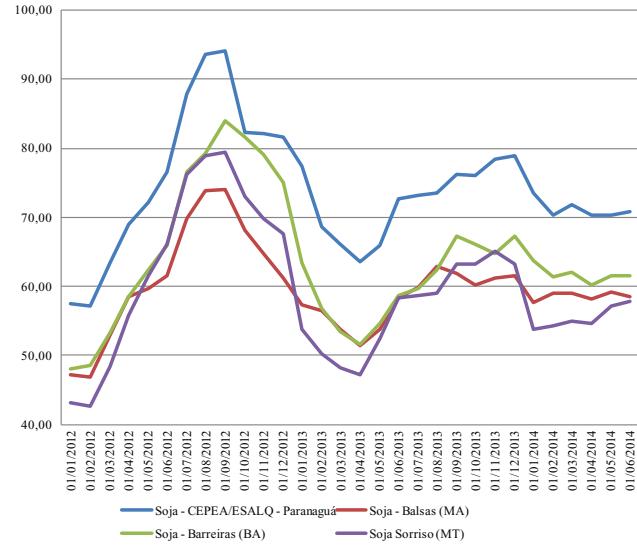
33 Valores referentes ao período de 01/01/2012 a 30/06/2014.

**Tabela 5 – Soja:- Comparativo de área, produtividade e produção - Safra 13/14**

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 <sup>1</sup> (f)	Var. % (f/e)
NORTE	901,50	1.133,90	25,8	2.952	2.949	(0,10)	2.661,50	3.344,40	25,70
NORDESTE	2.414,30	2.602,20	7,8	2.193	2.520	14,90	5.294,80	6.557,30	23,80
Maranhão	586,00	662,20	13,0	2.877	2.777	(3,50)	1.685,90	1.838,90	9,10
Piauí	546,40	627,30	14,8	1.678	2.374	41,50	916,90	1.489,20	62,40
Bahia	1.281,90	1.312,70	2,4	2.100	2.460	17,10	2.692,00	3.229,20	20,00
CENTRO-OESTE	12.778,20	13.883,40	8,6	2.981	3.026	1,50	38.091,40	42.010,80	10,30
SUDESTE	1.758,20	1.989,90	13,2	3.086	2.535	(17,90)	5.425,90	5.044,00	(7,00)
SUL	9.883,90	10.500,80	6,2	3.038	2.792	(8,10)	30.025,80	29.316,70	(2,40)
<b>BRASIL</b>	<b>27.736,10</b>	<b>30.110,20</b>	<b>8,6</b>	<b>2.938</b>	<b>2.865</b>	<b>(2,50)</b>	<b>81.499,40</b>	<b>86.273,20</b>	<b>5,90</b>

Fonte: CONAB. Décimo levantamento: jul./2014.

**Gráfico 4 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de janeiro/2012 a junho/2014**



Fonte: CMA (2014).

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

## Cana-de-açúcar

De acordo com o segundo levantamento<sup>34</sup> da Conab para a safra 2014/15, a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão nas principais áreas produtoras do Brasil. A área a ser cultivada nesta safra deverá ser de 9,1 milhões de hectares, superior em 3,3% à da safra passada. No entanto, por conta da falta de chuvas no Sudeste no final de 2013 e início de 2014, com consequente perda de produtividade, não deverá ocorrer aumento da produção de cana (CONAB, 2014).

As perspectivas são de pequeno aumento na produção de açúcar (0,9%) (38,2 milhões de tonelada)

34 Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-açúcar - Safra 2014/15. Segundo Levantamento, Brasília, DF: Conab, 2014.

frente à safra 2013/14 e de redução de 1,19% na produção de etanol, estimada em 27,6 bilhões de litros. Desse produção de etanol, 45,4% deverá ser anidro (12,6 bilhões de litros) e 54,6% hidratado (15,0 bilhões de litros) (CONAB, 2014).

No Nordeste, o aumento da produção de cana-de-açúcar em 4,9% na safra 2014/15 em relação à safra passada é resultado da recuperação da produtividade, que foi severamente afetada nos últimos anos pela seca de 2012. A produção de cana na Região deverá passar de 53,0 milhões de toneladas para 55,6 milhões.

Alagoas, responsável por 41,7% da produção regional de cana-de-açúcar, terá redução na área colhida de 3,9%, o que representa 16 mil hectares a menos em relação à safra 2013/14. Em Pernambuco a redução da área deverá ser ainda maior (7,6%) ou 21,6 mil hectares a menos (CONAB, 2014). O setor sucroalcooleiro no Nordeste está passando por uma grave crise, de forma que muitas usinas dos dois estados foram fechadas nos últimos anos e outras deverão deixar de moer na próxima safra.

O aumento de produção de cana em Alagoas em 3,2% é resultado da recuperação de produtividade. Em Pernambuco, devido à grande área que deixará de ser colhida, a melhora no rendimento agrícola não será suficiente para aumentar significativamente a produção.

No mercado internacional, apesar da possibilidade de menor produção no Brasil devido à prolongada seca no Centro-Sul, os altos estoques mundiais de açúcar nas últimas três safras continuam pressionando os preços para baixo. Segundo o USDA (2014), na safra 2013/14 o estoque deverá ser 27,2% superior ao da safra 2011/12.

A cotação de junho de 2014<sup>35</sup> do indicador CEPEA/ESALQ do açúcar em São Paulo foi de R\$ 49,54/sc, o que representa uma valorização de 6,0% em relação ao mesmo mês de 2013. Os preços foram sustentados pela menor oferta de açúcar devido à estiagem e pela maior destinação da matéria-prima para a produção de etanol no Centro-Sul. A queda de preço observada a partir de maio foi decorrente do aumento da oferta com o início da moagem.

No Nordeste, a restrição na oferta devido a fatores climáticos adversos e à entressafra resultaram na recuperação de preços do açúcar no primeiro semestre de 2014, porém, não atingindo os patamares do mesmo mês do ano anterior.

Em Alagoas o indicador CEPEA/ESALQ em junho foi de R\$ 61,00, superior em 12,0% frente a janeiro/2014, porém 7,6% inferior à cotação de junho/2013.

Em Pernambuco o açúcar em junho foi cotado a R\$ 57,30, portanto, 8,9% superior a janeiro/2014, mas 11,9% inferior a junho/2013 (CEPEA/ESALQ, 2014b).

Com relação ao etanol, a menor oferta devido à entressafra e à demanda aquecida pelo anidro para atender à resolução 67, da ANP (Agência Nacional de Petróleo) que aumentou a participação do anidro na gasolina de 20% para 25%, sustentaram os preços no primeiro trimestre de 2014. A partir de abril, com o avanço da safra, os preços tanto do anidro quanto do hidratado apresentaram queda. Em São Paulo o indicador CEPEA/ESALQ de junho foi de R\$ 1,36 para o anidro e R\$ 1,21 para o hidratado (CEPEA/ESALQ, 2014c).

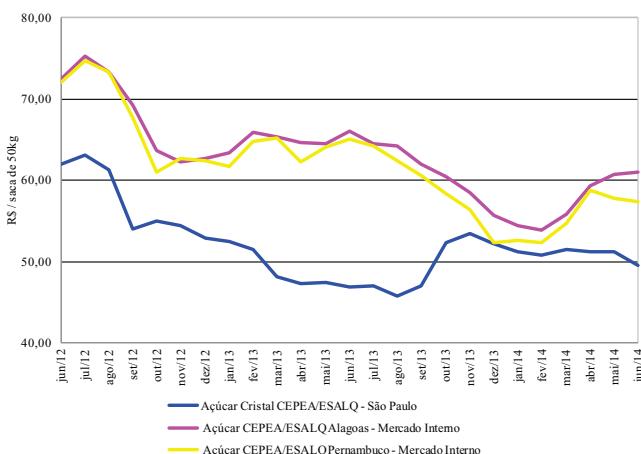
<sup>35</sup> Valores referentes a junho de 2014.

**Tabela 6 – Cana-de-açúcar: comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2013/14 e 2014/15**

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13(a)	Safra 13/14(b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13(c)	Safra 13/14(d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13(e)	Safra 13/14(f)	Var. % (f/e)
NORTE	46,4	52,3	12,7	79.736	73.505	-7,8	3.698,1	3.843,6	3,9
NORDESTE	1.030,2	992,5	-3,7	51.460	56.025	8,9	53.014,7	55.602,0	4,9
Maranhão	39,6	39,1	-1,2	55.767	61.280	9,9	2.206,1	2.395,4	8,6
Piauí	15,0	14,5	-3,6	56.660	67.640	19,4	851,6	980,1	15,1
Ceará	1,8	1,8	2,3	73.075	74.500	2,0	128,6	134,1	4,3
Rio Grande do Norte	51,5	52,6	2,1	41.923	44.500	6,1	2.158,2	2.338,9	8,4
Paraíba	122,4	124,5	1,7	43.180	47.863	10,8	5.283,1	5.957,0	12,8
Pernambuco	284,6	263,0	-7,6	50.600	54.926	8,5	14.402,3	14.447,2	0,3
Alagoas	417,5	401,3	-3,9	53.790	57.741	7,3	22.454,6	23.173,8	3,2
Sergipe	44,5	43,3	-2,7	52.200	57.419	10,0	2.321,3	2.484,5	7,0
Bahia	53,5	52,4	-2,0	60.000	70.425	17,4	3.208,8	3.691,0	15,0
CENTRO-OESTE	1.710,8	1.815,8	6,1	70.415	71.889	2,1	120.462,3	130.535,7	8,4
SUDESTE	5.436,3	5.593,2	2,9	80.817	75.436	-6,7	439.343,0	421.926,6	-4,0
SUL	587,8	644,3	9,6	71.968	73.241	1,8	42.304,2	47.191,3	11,6
<b>BRASIL</b>	<b>8.811,4</b>	<b>9.098,0</b>	<b>3,3</b>	<b>74.769</b>	<b>72.444</b>	<b>-3,1</b>	<b>658.822,3</b>	<b>659.099,2</b>	<b>0,0</b>

Fonte: CONAB. Décimo levantamento: ago./2014.

**Gráfico 5 – Evolução dos preços da saca de 50 kg do açúcar cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador CEPEA/ESALQ, de junho/2012 a junho/2014**



Fonte: CEPEA/ESALQ, 2014.

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

No Nordeste, apesar do período de entressafra, os preços do etanol caíram a partir de maio devido à concorrência com o produto do Centro-Sul. Em maio e junho as importações de etanol reforçaram a queda dos preços no mercado nordestino.

Segundo os indicadores mensais para junho/2014<sup>36</sup>, o etanol hidratado, em Alagoas, esteve cotado em R\$ 1,37/l, redução de 10,9% em relação ao mesmo mês de 2013; em Pernambuco alcançou R\$ 1,39/l, desvalorização de 9,5% para o mesmo período.

O preço do anidro apresentou o mesmo comportamento: foi cotado em junho a R\$ 1,55 em Alagoas e R\$ 1,59 em Pernambuco o que representou reduções de 11,1% e 13,5% respectivamente, em relação a junho de 2013.

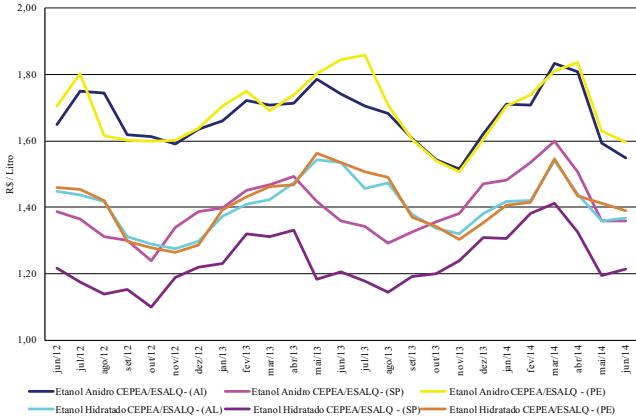
<sup>36</sup> Valores referentes a junho de 2014.

**Tabela 7 – Estimativas mundiais de produção, consumo, exportação, importação e estoque final de café (milhões de sacas de 60 kg)**

Países	Safras	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
Brasil	Jun 2014/15	49,5	0,0	20,1	32,4	6,3
	2013/14	53,7	0,0	20,1	33,4	9,3
Vietnam	Jun 2014/15	29,3	0,3	2,1	28,1	2,6
	2013/14	29,0	0,3	2,0	25,9	3,2
Colômbia	Jun 2014/15	12,0	0,6	1,2	11,3	0,4
	2013/14	11,0	0,6	1,2	10,9	0,3
União Européia	Jun 2014/15	0,0	46,0	45,7	0,3	10,5
	2013/14	0,0	45,5	45,8	0,4	10,5
Estados Unidos	Jun 2014/15	0,0	25,4	25,4	0,0	5,7
	2013/14	0,0	25,2	25,0	0,0	5,7
Mundo	Jun 2014/15	148,7	115,8	147,7	120,7	32,1
	2013/14	150,1	113,5	145,6	118,0	36,0

Fonte: USDA, 2014.

**Gráfico 6 – Evolução dos preços do litro do etanol anidro e hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador mensal CEPEA/ESALQ, de junho/2012 a junho/2014**



Fonte: CEPEA/ESALQ, 2014.

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

## Café

Na Tabela 7 estão apresentadas as estimativas mundiais do United States Department of Agriculture (USDA) para as safras de café 2013/14 e 2014/15, destacando-se os principais produtores e exportadores (Brasil, Vietnam e Colômbia) e os maiores consumidores mundiais (Estados Unidos, Brasil e União Europeia). Estima-se que a produção mundial referente à safra de 2014/15 será de 148,7 milhões de sacas de 60 kg, queda de 0,9% em relação à safra anterior. Essa menor produção está atrelada, em grande parte, à queda de 7,8% da safra do Brasil, devido a problemas climáticos. Entretanto, essa redução não terá maiores efeitos no total porque a Colômbia, terceiro maior produtor mundial, aumentará sua produção na mesma safra (USDA, 2014).

Ainda segundo o USDA, entre as safras 2013/14

e 2014/15, as exportações mundiais deverão crescer pelos maiores desempenhos do Vietnam e Colômbia, uma vez que a tendência do Brasil é de redução de 3,0% de suas exportações nesse período. Apesar disso, na safra 2014/15, o Brasil se manterá como o maior exportador mundial de 32,4 milhões de sacas de 60kg, sendo 89,6% em forma de grãos, 10,3% de café solúvel e 0,1% de café torrado e moído.

Com o aumento da exportação e consumo mundiais, o estoque mundial de café cairá 10,8%, consequência, também, das quedas dos estoques do Brasil e do Vietnam, respectivamente, 32,3% e 18,8%. Por outro lado, a União Europeia e os Estados Unidos manterão os mesmos estoques da safra anterior (USDA, 2014).

De acordo com a segunda estimativa da safra de café da CONAB (2014), a área plantada no País com as variedades arábica e robusta totalizará 1,93 milhão de hectares, redução de 4,5%, correspondente a 90.352 hectares a menos em relação à safra 2013 (Tabela 8). A soma de quase 75,0% dessa área está localizada nos estados de Minas Gerais (36.719 ha) e Paraná (30.815 ha). Em Minas Gerais a queda foi provocada pelo aumento das podas nos cafezais e pela forte estiagem acompanhada de altas temperaturas nos primeiros meses de 2014. No Paraná, ocorreram geadas em 2013, queimando cerca de 80,0% dos cafezais, acompanhadas de uma estiagem, em 2014. Após as geadas, alguns cafeicultores realizaram a poda dos pés de café, que só voltarão a ser colhidos em 2016. Outros cafeicultores, porém, desmotivados pelas geadas, falta de mão de

obra e baixos preços, estão erradicando os pés de café.

Desta forma, com as reduções de área e de produtividade, - devido principalmente aos problemas climáticos, mas também aos baixos preços praticados no mercado, desestimulando os produtores a investirem na atividade, - a produção brasileira, em 2014, foi de 44,6 milhões de sacas de café beneficiado, queda de 9,3% em relação à safra anterior.

Por outro lado, no Espírito Santo, houve aumento de 13,9% da produção de café robusta beneficiado, o que gerou um acréscimo de 4,4% na produção estadual, frente ao decréscimo de 18,0% do café arábica beneficiado. Parte daquele acréscimo foi atribuída ao Programa de Renovação e Revigoramento de Lavouras, mas também às condições climáticas favoráveis na região norte do Estado, onde se encontram cerca de 80,0% da produção estadual.

A Bahia, principal produtor de café do Nordeste, manteve a mesma área cultivada da safra anterior, mas devido ao aumento da produtividade, estima-se a produção de 1,9 milhão de sacas de 60 kg de café beneficiado, acréscimo de 10,2%, para a safra de 2014. A estimativa da produção do café arábica no Cerrado é de 457 mil sacas beneficiadas. Nesta região, sob o sistema de irrigação, a lavoura desenvolveu-se de forma satisfatória, com expectativa de aumento na produção de 14,5%, em relação ao período anterior. No Planalto, a estimativa de produção do café arábica é de 761 mil sacas beneficiadas, um aumento de 11,7% em relação à safra anterior, apesar da área contar com uma lavoura

**Tabela 8 – Café beneficiado - comparativo de área e produção**

UF/ Região	Área (ha)			Produção de café beneficiado (mil sacas de 60 kg)						Var. Total % (d/c)	
	Safra 2013 (a)	Safra 2014 (b)	Var. % (b/a)	Safra 2013 (c)			Safra 2014 (d)				
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total		
Minas Gerais	1.037.797	1.001.078	-3,54	27.380	280	27.660	22.697	295	22.992	-16,88	
- Sul e Centro-Oeste	521.187	503.881	-3,32	13.355	-	13.355	10.874	-	10.874	-18,58	
- Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	169.415	174.554	3,03	5.213	-	5.213	5.814	-	5.814	11,53	
- Zona da Mata, Rio Doce e Central	309.593	285.838	-7,67	8.133	182	8.315	5.374	192	5.566	-33,06	
- Norte, Jequitinhonha e Mucuri	37.602	36.805	-2,12	679	98	777	635	103	738	-5,02	
Espírito Santo	453.167	447.355	-1,28	3.486	8.211	11.697	2.858	9.350	12.208	4,37	
São Paulo	162.329	152.665	-5,95	4.010	-	4.010	4.234	-	4.234	5,58	
Paraná	65.150	34.335	-47,30	1.650	-	1.650	545	-	545	-66,97	
Bahia	134.511	134.511	0,00	1.080	723	1.803	1.218	770	1.987	10,20	
- Cerrado	11.859	11.859	0,00	399	-	399	457	-	457	14,49	
- Planalto	98.474	98.474	0,00	681	-	681	761	-	761	11,76	
- Atlântico	24.179	24.179	0,00	0	723	723	-	770	770	6,37	
Rondônia	102.840	99.137	-3,60	0	1.357	1.357	-	1.625	1.625	19,75	
Mato Grosso	20.890	20.585	-1,46	2	170	172	2	168	170	-0,99	
Goiás	6.383	6.024	-5,61	266	-	266	262	-	262	-1,39	
Pará	6.383	6.383	0,00	0	122	122	-	122	122	0,00	
Rio de Janeiro	13.276	13.217	-0,44	281	-	281	308	-	308	9,75	
Outros	13.700	10.783	-21,29	132	3	135	111	3	114	-15,54	
<b>BRASIL</b>	<b>2.016.425</b>	<b>1.926.073</b>	<b>-4,48</b>	<b>38.286</b>	<b>10.866</b>	<b>49.152</b>	<b>32.235</b>	<b>12.332</b>	<b>44.566</b>	<b>-9,33</b>	

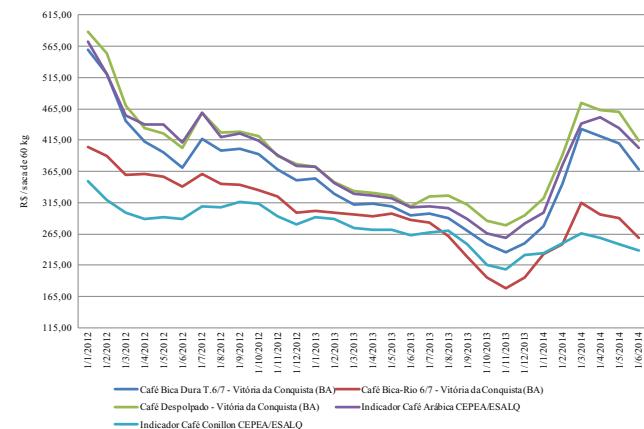
Fonte: CONAB, 2014.

deficiente, por conta dos baixos preços do café praticados no mercado, não compensando ao produtor investir em insumos e melhorias. Na região do Atlântico, onde se produz o café robusta em regime de sequeiro, o clima foi mais razoável e existem boas perspectivas de aumento da produção em relação à safra 2013, podendo atingir 770 sacas de café beneficiado.

Segundo o índice CEPEA/ESALQ, o café Arábica, em junho/2014, foi cotado em R\$ 396,73/saca, aumento de 31,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Por sua vez, o café Conillon foi cotado em R\$ 235,14/saca, redução de 9,3% no mesmo período. Em Vitória da Conquista, a cotação do Café Bica Rio T6/7, em junho/2014, foi de R\$ 254,50/saca, desvalorização de 9,9% em relação a junho/2013; na mesma praça, as cotações dos cafés Bica Dura T.6/7 e o Despolpado, em junho/2014, foram de R\$ 362,25/saca e R\$ 407,75/saca, aumentos respectivos de 25,2% e 34,0% sobre o mesmo mês de referência.

O mercado de café é altamente influenciado pelos fundos de investimento que atuam na Bolsa de Nova York, promovendo flutuações de preço. Um exemplo disso foram as quedas nos preços do café arábica, no mercado interno, de julho a novembro de 2013, atreladas às baixas nas cotações da variedade na Bolsa de Nova York (ICE Futures), pela expectativa da produção brasileira ser maior que a esperada para um ano de binealidade negativa.

**Gráfico 7 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg, de Janeiro de 2012 a Junho de 2014**



Fonte: CMA, 2014; CEPEA-ESALQ/USP, 2014.

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

### 3.2.2 Pecuária

A cotação do boi gordo (pelo indicador de preços da ESALQ/BMFBovespa) subiu nos quatro primeiros meses de 2014, caindo a partir de maio. A alta, de R\$ 114,76/@ para R\$ 123,97/@ (+8%) nesse período, se deveu pela oferta restrita para o abate, resultante do clima quente e seco nas principais regiões produtoras, atípico para início de safra (CEPEA, 2014f). De maio a junho, o índice recuou para R\$ 123,99/@ (-2,3%), pela pressão da indústria frigorífica sobre a produção, em razão das baixas vendas no atacado. Ainda assim, houve alta de 5,6% no semestre, e o índice de junho/2014 foi 15,5% superior a junho/2013, em termos reais (CEPEA, 2014g).

O preço pago ao produtor pelo litro de leite subiu 10% ao longo do primeiro semestre, em função da redução em 5% na captação nas principais regiões produtoras, causada pela estiagem e início do período de entressafra. Em comparação a anos anteriores, os preços do leite nunca estiveram tão altos - em média, cerca de 7% sobre o primeiro semestre de 2013, até então o ano de maiores altas - o que também se deve à elevação dos custos de produção (CEPEA, 2014h).

No Nordeste, conforme informações das Centrais de Apoio Operacional do Banco nos estados, os preços médios para a arroba bovina e para o litro de leite pagos ao produtor em julho/2014 foram de R\$ 112,97 e R\$ 1,07, respectivamente, tendendo à estabilidade na maioria dos estados, mas à alta em outros, como Maranhão e Rio Grande do Norte, pelo início do período de entressafra.

**Tabela 9 – Nordeste – Cotações médias pagas ao produtor para arroba do boi gordo e litro de leite bovino – junho de 2014**

UF / Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	111,50	1,11
Piauí	115,00	1,15
Ceará	118,00	1,15
Rio Grande do Norte	120,00	1,05
Paraíba	112,50	1,20
Pernambuco	107,00	1,15
Alagoas	125,00	1,00
Sergipe	110,00	0,95
Bahia	102,65	0,84
Norte de Minas Gerais	108,00	1,05
<b>Média da área de atuação do BNB</b>	<b>112,97</b>	<b>1,07</b>

Fonte: Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste, 2014.

Nota: Elaboração BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

### 3.2.3 Agronegócio

#### 3.2.3.1 Desempenho do PIB e do Faturamento

Em 2014, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil deverá crescer 9,2% sobre 2013, somando R\$ 396,5 bilhões, o que significa uma elevação de R\$ 33,5 bilhões de valor absoluto, em função do aumento dos VBPs das lavouras temporárias e da pecuária (Tabela 10). O VBP das lavouras temporárias cresce de forma mais expressiva (10%) em razão do aumento de VBP de lavouras como a soja (12,0%), o algodão (33,6%), a mandioca (15,7%) e a cana-de-açúcar (5,9%). No geral, o VBP da agricultura brasileira deverá ter aumento de 8,7% (de R\$ 251,6 bilhões para R\$ 273,5 bilhões), enquanto o da pecuária, aumento de 10,4% (de R\$ 111,4 bilhões para R\$ 123 bilhões).

**Tabela 10 – Brasil - Estimativa do Valor Bruto da Produção agropecuária brasileira (VBP) - 2013 e 2014, em R\$ Milhões de junho/14**

Produtos	2013	2014	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	251.615	273.462	8,7	21.846
- Lavouras temporárias (1)	189.229	208.216	10,0	18.987
- Lavouras permanentes (2)	62.386	65.245	4,6	2.859
Grãos (3)	115.755	127.599	10,2	11.844
Outras lavouras	135.861	145.863	7,4	10.002
Pecuários	111.383	123.017	10,4	11.635
- carnes (4)	85.869	95.442	11,1	9.573
- derivados (5)	25.514	27.575	8,1	2.061
<b>Total</b>	<b>362.998</b>	<b>396.479</b>	<b>9,2</b>	<b>33.481</b>

Fonte: Dados do IBGE, 2014a, 2014b, 2014c.

Nota: Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) Abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha de caju, chá-da-india, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) Bovina, suína e de frango.

(5) Leite e ovos.

Comparando-se o VBP agropecuário do Nordeste com o do Brasil, o primeiro deverá crescer em maior proporção (22,8% contra 9,2%), principalmente em razão do aumento da produção de grãos no cerrado nordestino, que fez o VBP regional dessas culturas temporárias aumentar mais que o nacional – soja (47,3%), algodão (36,2%) e milho (62,7%). No conjunto, o valor das lavouras temporárias nordestinas aumentou 35,4%,

contra 10% do nacional.

O VBP das lavouras permanentes no Nordeste também se elevou mais que o nacional (12,7% contra 4,6%), tendo por destaques os aumentos nas culturas do café (19,3%), da banana (18,7%) e da uva (10,8%), que são importantes também em termos de quantidade. A castanha de caju, apesar de ter uma produção quantitativa menor, teve grande aumento de VBP – 153% (por conta da base reduzida do ano anterior). Apenas na pecuária o crescimento do VBP nordestino foi menor que o brasileiro – 9,1% contra 10,4%, provavelmente ainda consequência da estiagem no período 2012/2013.

As maiores participações no VBP agropecuário do Nordeste são as dos estados da Bahia (44,6%), Maranhão (11,8%), Pernambuco (10,4%) e Ceará (9,6%), perfazendo 76,4%, ou R\$ 37,8 bilhões, do total do Nordeste, enquanto os cinco outros estados somam 23,6% (ou R\$ 11,7 bilhões) (Tabelas 11 e 12, Anexo 1).

A agricultura responde por 74% (R\$ 36,6 bilhões) e a pecuária, por 26% (R\$ 12,9 bilhões) do VBP agropecuário do Nordeste (R\$ 49,5 bilhões). O produto das lavouras temporárias representa 54% (R\$ 26,7 bilhões) do VBP agropecuário regional, enquanto o das lavouras permanentes, 20% (R\$ 9,9 bilhões). A menor participação da agricultura, por estados, da Região, é a de Pernambuco (58,9%), enquanto a maior é a de Alagoas (82,4%). Na pecuária, essa situação se inverte: a maior participação no VBP se dá exatamente em Pernambuco (41,1%), enquanto a menor é a de Alagoas (17,6%).

Bahia, Maranhão e Piauí detêm as maiores participações no VBP das lavouras temporárias: 42,8% (R\$ 11,4 bilhões), 15,1% (R\$ 4 bilhões) e 9,4% (R\$ 2,5 bilhões), respectivamente, em razão, principalmente, da produção de grãos (soja e milho) e algodão nos cerrados. No caso das lavouras permanentes, as maiores participações estão na Bahia (59,1%, R\$ 5,8 bilhões), Pernambuco (14,4%, R\$ 1,4 bilhão) e Ceará (12,9%, R\$ 1,3 bilhão). Na Pecuária, mais uma vez a Bahia detém a maior participação (37%, R\$ 4,8 bilhões), seguida por Pernambuco (16,4%, R\$ 2,1 bilhões).

### **3.2.3.2 Balança comercial do agronegócio**

Durante o primeiro semestre de 2014, as exportações brasileiras somaram US\$ 110,5 bilhões, redução de 3,4% em relação ao mesmo período de 2013, quando totalizaram US\$ 114,4 bilhões (Tabela 11, Anexo 1). As importações também se reduziram em proporção semelhante (-3,8%), diminuindo para US\$ 2,49 bilhões o déficit (-18,9%) em relação ao primeiro semestre de 2013, que era de US\$ 3,07 bilhões.

Durante o primeiro semestre de 2014, as cotacões do dólar estiveram em queda, o que não favorece as exportações. Mesmo alguns conflitos com repercussão mundial, como a invasão de territórios da Ucrânia pela Rússia, que favoreceram as exportações do agronegócio brasileiro – principalmente carne bovina e grãos - devido aos embargos impostos por Estados Unidos e União Europeia à Rússia e à reação russa de cortar aquisições daquelas origens, não foram capazes de reverter o saldo negativo da balança comercial total. Junta-se a isso uma economia mundial que ainda patina com as consequências de uma crise de grandes proporções ocorrida há seis anos, que ainda afeta Europa e Estados Unidos.

O agronegócio nacional teve saldo positivo de US\$ 40,77 bilhões, redução de -1,2% em relação ao primeiro semestre de 2013, mas, mesmo assim, muito superior ao saldo comercial total, deficitário em US\$ 2,49 bilhões neste período. O agronegócio nordestino teve comportamento semelhante, com saldo positivo em US\$ 2,22 bilhões, enquanto o saldo comercial total da Região foi um déficit de US\$ 6,25 bilhões. Para os dois, no entanto, houve redução tanto do valor das exportações como das importações.

Comparando-se o primeiro semestre de 2014 em relação ao de 2013, a participação das exportações do agronegócio nordestino sobre as exportações totais (do Nordeste) caiu de 46,8% para 45,5%, enquanto a das importações praticamente não variou, ficando em 8,7%. A participação do saldo do agronegócio nordestino, em relação ao do agronegócio nacional, também sofreu pouca redução, de 5,7% para 5,5%.

Bahia, Maranhão e Alagoas, nessa ordem, são os principais exportadores do agronegócio nordestino no período, somando 81% das exportações de janeiro a junho de 2014, US\$ 2,86 bilhões, embora 3,2% menores em relação ao mesmo período de 2013. Neste intervalo, apenas três estados nordestinos tiveram alta no valor de exportação (Bahia, 1,2%; Maranhão, 29,6% e Piauí, 14,5%), enquanto a maior redução ocorreu na Paraíba (-46,5%).

Por outro lado, entre os que mais importaram, estão Bahia, Pernambuco e Ceará, nesta ordem, que somaram 73,2% das importações até junho de 2014, US\$ 872,2 milhões, contra 72,6% do primeiro semestre de 2013. A maior redução de importações foi do esta-

do de Sergipe (-44,3%) e o maior aumento, o do Piauí (127,3%), muito embora essas variações relativas tenham se verificado a partir de baixos valores absolutos.

Os seis principais grupos de produtos exportados pelo agronegócio nordestino durante o primeiro semestre de 2014 foram, nesta ordem, em valor: Complexo soja; Produtos florestais; Complexo sucroalcooleiro; Couros, produtos de couro e peleteria; Fibras e produtos têxteis e Frutas (inclui nozes e castanhas), totalizando 87,7% das exportações (US\$ 2,99 bilhões) (Tabela 12, Anexo 1).

Houve redução de 5,2% no valor total exportado desses produtos em relação ao mesmo período de 2013, caindo de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 3,4 bilhões. O Complexo sucroalcooleiro teve a maior redução absoluta em valor exportado (-US\$ 330,5 milhões ou -41,5%). Outros grupos com redução menos significativa de exportações foram: Fibras e produtos têxteis (-US\$ 32,4 milhões ou -16,5%), e Cereais, farinhas e preparações (-US\$ 20,3 milhões, -76,3%).

Dos grupos com aumento, Produtos florestais é o que tem maior aumento absoluto de exportações no período (US\$ 121,6 milhões, ou 14,9%), seguido por Chá, mate e especiarias, que aumentou significativamente suas exportações em termos relativos (mais que 200%), mas em pequenos valores absolutos nos dois anos, subindo de US\$ 15,8 bilhões para US\$ 47,4 bilhões.

Por outro lado, os seis maiores grupos de produtos do agronegócio importados pelo Nordeste, no primeiro semestre de 2014, foram: Cereais, farinhas e preparações (US\$ 482,6 milhões), Produtos florestais (US\$ 108,4 milhões), Cacau e seus produtos (US\$ 102,9 milhões), Produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 101,6 milhões), Complexo sucroalcooleiro (US\$ 97,4 milhões), Fibras e produtos têxteis (US\$ 89,1 milhões), concentrando 82,4% do valor total importado do agronegócio nordestino (US\$ 982,1 milhões).

Comparando-se os dois períodos, houve redução de 4,6% no total importado pela Região Nordeste, caindo de US\$ 1,25 bilhão para US\$ 1,19 bilhão. O maior aumento absoluto de importação veio do grupo Cacau e seus produtos (US\$ 56,5 milhões, ou 121,7%), enquanto a maior redução absoluta, do grupo Cereais, farinhas e preparações (-US\$ 198,5 milhões ou -29,1%).

## REFERÊNCIAS

- AGRAFNP. Anualpec: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Focus, 19 set. 2014a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/PEC/GCI/PORT/readout/R20140919.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. Índices de commodities 2014. 17 set. 2014b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 18 set. 2014.
- BMFBOVESPA. Cotações on line: boi gordo. dez./2014. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>>. Acesso em: 08 ago. 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <[http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seguir\\_dwagrostat.principal\\_dwagrostat](http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seguir_dwagrostat.principal_dwagrostat)>. Acesso em: 11 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança comercial: Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sítio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 11 ago. 2014.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento de safra brasileira: grãos, safra 2013/2014, décimo levantamento julho/2014. Brasília, DF, 2014a.
- \_\_\_\_\_. Acompanhamento de safra brasileira: café, safra 2014, segundo levantamento maio/2014. Brasília, DF, 2014b.
- \_\_\_\_\_. Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, safra 2014/2015. Segundo levantamento agosto/2014. Brasília, DF, 2014c.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Agromensal: açúcar e etanol: informações de mercado. São Paulo, jun. 2014a. Disponível em: <[http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06\\_junho/AcucarAlcool.htm](http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06_junho/AcucarAlcool.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Agromensal: algodão: informações de mercado. São Paulo, jun. 2014b. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06\\_junho/Algodoao.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06_junho/Algodoao.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Agromensal: café: informações de mercado. São Paulo, jun. 2014c. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06\\_junho/Cafe.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06_junho/Cafe.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Agromensal: milho: informações de mercado. São Paulo, jun 2014d. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06\\_junho/Milho.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06_junho/Milho.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. Agromensal: soja: informações de mercado. São Paulo, jun 2014e. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06\\_junho/Soja.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06_junho/Soja.htm)>. Acesso em: 31 jul 2014.
- \_\_\_\_\_. Agromensal: pecuária: informações de mercado. São Paulo, abr. 2014f. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/04\\_abril/Pecuaria.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/04_abril/Pecuaria.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Agromensal: pecuária: informações de mercado. São Paulo, jun. 2014g. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06\\_junho/Pecuaria.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2014/06_junho/Pecuaria.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Cepea/leite: demanda desaquecida por derivados pressiona valor ao produtor, Piracicaba, jun. 2014h. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepaea\\_Leite\\_Jun\\_14.doc](http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepaea_Leite_Jun_14.doc)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Cepea/índices exportação agro/análises: 1º Semestre de 2014: volume exportado compensa redução de preços e sustenta faturamento do agronegócio, Piracicaba, set. 2014i. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 02 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de preços: açúcar. São Paulo, 2014m. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de preços: algodão. São Paulo, 2014n. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/algodao/>>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de preços: café. São Paulo, 2014o. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/cafe/>>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de preços: etanol. São Paulo, 2014p. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de preços: milho. São Paulo, 2014q. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/milho/>>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de preços: soja. São Paulo, 2014r. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/>>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S.A. Trading Analysis Information. São Paulo: CMA, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sidra: levantamento sistemático da produção agrícola, defasagem de dois meses. Rio de Janeiro, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabla.asp?c=1618&z=t&o=26>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Sidra: pesquisa agrícola municipal: dados até 2012. Rio de Janeiro, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabla.asp?c=1618&z=t&o=26>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

[asp?c=1612&z=p&o=18](http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/06/14/noticiasjornalcotidiano_3266772/funceme-alerta-que-el-nino-pode-prolongar-seca-para-2015.shtml). Acesso em: 28 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Sidra: pesquisa pecuária municipal: dados até 2012. Rio de Janeiro, DF, 2014c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=74&z=p&o=29>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION (NOAA): El Niño Watch. Disponível em: <[http://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis\\_monitoring/enso\\_advisory/ensodisc.html](http://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso_advisory/ensodisc.html)>. Acesso em: 09 set. 2014.

OLIVEIRA, S. Funceme alerta que El Niño pode prolongar seca para 2015. O Povo, Fortaleza, 16 jun.

2014. Disponível em: <[http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/06/14/noticiasjornalcotidiano\\_3266772/funceme-alerta-que-el-nino-pode-prolongar-seca-para-2015.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/06/14/noticiasjornalcotidiano_3266772/funceme-alerta-que-el-nino-pode-prolongar-seca-para-2015.shtml)>. Acesso em: 02 set. 2014.

UNITED STATES. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Disponível em: <<http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>>. Acesso em: ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Department of Agriculture. Foreign Agricultural Service. World centrifugal sugar. Mai. 2014. Disponível em: <<http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

## ANEXO 1 - DESEMPENHO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Tabela 11 - Nordeste - estimativa do valor bruto da produção (VBP) - 2013 e 2014

Produtos	2013	2014	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
			2013	2014	2013	2014
<b>Lavoura temporária (a)</b>						
Brasil	-	-	-	-	189.229.293	208.216.338
Nordeste	-	-	-	-	19.735.967	26.732.114
Soja (em grão)	5.268.170	7.347.088	0,83	0,88	4.383.380	6.457.131
Cana-de-açúcar	69.179.862	67.852.426	0,07	0,07	4.591.118	4.756.408
Milho (em grão)	4.802.952	7.400.133	0,51	0,53	2.431.122	3.956.516
Algodão herbáceo (em caroço)	1.040.014	1.341.523	2,21	2,34	2.300.203	3.134.008
Feijão (em grão)	486.516	875.605	2,81	2,96	1.365.141	2.595.156
Mandioca	4.798.282	6.012.040	0,34	0,36	1.625.905	2.151.821
Tomate	455.024	588.103	1,04	1,10	472.205	644.651
Abacaxi	583.655	582.166	1,04	1,10	605.195	637.619
Arroz (em casca)	703.660	860.626	0,69	0,73	484.066	625.361
Melão	547.262	547.262	0,84	0,89	461.690	487.669
Outros	1.334.169	1.527.179	-	-	1.015.944	1.285.774
<b>Lavoura permanente (b)</b>						
Brasil	-	-	-	-	62.386.115	65.245.393
Nordeste	-	-	-	-	8.779.087	9.896.485
Banana	2.364.289	2.656.087	0,62	0,65	1.466.104	1.739.728
Goiaba	1.345.962	1.345.962	1,06	1,12	1.431.444	1.511.991
Café (beneficiado)	164.147	185.367	5,11	5,39	838.235	999.862
Cacau (em amêndoas)	158.109	164.624	5,30	5,59	837.338	920.899
Mamão	917.380	917.380	0,84	0,88	767.753	810.955
Uva	282.199	295.968	2,46	2,60	693.860	768.663
Coco-da-baía	1.377.073	1.459.375	0,45	0,48	622.008	696.276
Maracujá	563.346	563.346	1,04	1,09	583.196	616.013
Laranja	1.683.706	1.709.217	0,27	0,29	455.146	488.041
Manga	782.365	782.365	0,57	0,60	446.643	471.776
Outros	669.512	793.663	-	-	637.361	872.281
<b>Agricultura</b>						
Brasil	-	-	-	-	251.615.407	273.461.731
Nordeste	-	-	-	-	28.515.054	36.628.599
<b>Pecuária</b>						
Brasil	-	-	-	-	111.382.547	123.017.280
Nordeste	-	-	-	-	11.791.989	12.865.560
Carne bovina	1.229.603	1.259.771	6,75	7,13	8.297.471	8.979.403
Frango	1.131.791	1.210.929	1,99	2,10	2.252.071	2.545.127
Leite	3.832	3.963	1,07	1,13	4.092	4.471
Ovos	11.165	11.366	3,08	3,25	1.145.345	1.231.667
Suínos	28.424	30.348	3,27	3,46	93.009	104.892
<b>Agropecuária</b>						
Brasil	-	-	-	-	362.997.954	396.479.011
Nordeste	-	-	-	-	40.307.044	49.494.158
<b>Relações Nordeste/Brasil</b>						
Lavoura temporária (a)					10,4	12,8
Lavoura permanente (b)					14,1	15,2
Agricultura (c)					11,3	13,4
Pecuária (d)					10,6	10,5
Agropecuária (c + d)					11,1	12,5

Fontes: IBGE (2014a e b) e AgraFNP (2013). Valores a preços de jun/2014.

**Tabela 12 - Nordeste - Balança comercial do agronegócio, por Estado - 2013 e 2014**

Região/Estado	2013			2014		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	114.424,1	117.497,9	-3.073,8	110.530,9	113.022,5	-2.491,6
Brasil - Agronegócio (b)	49.572,4	8.318,1	41.254,2	49.112,4	8.335,0	40.777,5
Nordeste - Total (c)	7.701,2	14.239,6	-6.538,4	7.506,5	13.759,6	-6.253,1
Nordeste - Agronegócio (d)	3.602,7	1.249,3	2.353,3	3.414,3	1.191,6	2.222,7
Alagoas	595,7	34,8	560,9	379,0	47,1	331,9
Bahia	1.922,9	280,7	1.642,2	1.945,9	320,1	1.625,8
Ceará	328,2	294,6	33,6	307,4	236,8	70,6
Maranhão	342,0	122,4	219,5	443,1	145,7	297,4
Paraíba	33,4	115,3	-81,9	17,9	81,6	-63,7
Pernambuco	196,8	331,8	-135,0	133,1	315,3	-182,2
Piauí	68,7	0,7	68,0	78,7	1,7	77,0
Rio Grande do Norte	78,1	36,2	42,0	75,7	25,0	50,6
Sergipe	36,9	32,8	4,0	33,6	18,3	15,3
Variação % 2013/2014						
Brasil - Total (a)	-	-	-	-3,4	-3,8	-18,9
Brasil - Agronegócio (b)	-	-	-	-0,9	0,2	-1,2
Nordeste - Total (c)	-	-	-	-2,5	-3,4	-4,4
Nordeste - Agronegócio (d)	-	-	-	-5,2	-4,6	-5,6
Alagoas	-	-	-	-36,4	35,3	-40,8
Bahia	-	-	-	1,2	14,0	-1,0
Ceará	-	-	-	-6,3	-19,6	110,2
Maranhão	-	-	-	29,6	19,0	35,5
Paraíba	-	-	-	-46,5	-29,3	-22,2
Pernambuco	-	-	-	-32,4	-5,0	35,0
Piauí	-	-	-	14,5	127,3	13,3
Rio Grande do Norte	-	-	-	-3,2	-30,8	20,6
Sergipe	-	-	-	-8,9	-44,3	279,9
Relações (%)						
b/a	43,3	7,1	-1342,1	44,4	7,4	-1.636,6
d/c	46,8	8,8	-36,0	45,5	8,7	-35,5
d/b	7,3	15,0	5,7	7,0	14,3	5,5

Fontes: Dados do IBGE (2014a, 2014b, 2014c) e AgraFNP (2013).

Nota: Valores a preços de jun./2014.

**Tabela 13 – Nordeste – principais produtos exportados do agronegócio, janeiro a junho**

Produtos	2013			2014			Variação	
	US\$ Mi-lhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Mi-lhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absolu-ta	%
Complexo soja	1.021,7	28,4	28,4	1.011,0	29,6	29,6	-10,7	-1,1
Produtos florestais	814,6	22,6	51,0	936,2	27,4	57,0	121,6	14,9
Complexo sucroalcooleiro	796,6	22,1	73,1	466,1	13,7	70,7	-330,5	-41,5
Couros, prod. de couro e peleteria	205,2	5,7	78,8	233,0	6,8	77,5	27,8	13,5
Fibras e produtos têxteis	196,7	5,5	84,2	164,3	4,8	82,3	-32,4	-16,5
Frutas (inclui nozes e castanhas)	187,7	5,2	89,4	185,4	5,4	87,7	-2,3	-1,2
Cacau e seus produtos	93,4	2,6	92,0	95,1	2,8	90,5	1,8	1,9
Demais prod. de origem vegetal	62,3	1,7	93,8	68,0	2,0	92,5	5,7	9,1
Sucos	56,9	1,6	95,3	64,6	1,9	94,4	7,7	13,6
Café	31,3	0,9	96,2	36,4	1,1	95,5	5,1	16,2
Cereais, farinhas e preparações	26,6	0,7	97,0	6,3	0,2	95,7	-20,3	-76,3
Produtos alimentícios diversos	22,6	0,6	97,6	14,4	0,4	96,1	-8,2	-36,1
Fumo e seus produtos	18,5	0,5	98,1	25,3	0,7	96,8	6,9	37,3
Pescados	17,7	0,5	98,6	19,7	0,6	97,4	2,0	11,4
Carnes	16,3	0,5	99,0	14,8	0,4	97,8	-1,5	-9,1
Chá, mate e especiarias	15,8	0,4	99,5	47,4	1,4	99,2	31,6	200,4
Outros	19,0	0,5	100,0	26,2	0,8	100,0	7,2	37,9
<b>Total</b>	<b>3.602,7</b>	<b>100,0</b>	-	<b>3.414,3</b>	<b>100,0</b>	-	<b>-188,4</b>	<b>-5,2</b>

Fonte: dados do IBGE, 2014a, 2014b, 2014c e AgraFNP, 2013.

**Tabela 14 – Nordeste – principais produtos importados do agronegócio, janeiro a junho**

Produtos	2013			2014			Variação	
	US\$ Mi-lhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Mi-lhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absolu-ta	%
Cereais, farinhas e preparações	681,2	54,5	54,5	482,6	40,5	40,5	-198,5	-29,1
Produtos florestais	101,1	8,1	62,6	108,4	9,1	49,6	7,4	7,3
Cacau e seus produtos	46,4	3,7	66,3	102,9	8,6	58,2	56,5	121,7
Produtos oleaginosos (exclui soja)	83,8	6,7	73,0	101,6	8,5	66,8	17,8	21,3
Complexo sucroalcooleiro	69,2	5,5	78,6	97,4	8,2	74,9	28,3	40,9
Fibras e produtos têxteis	54,2	4,3	82,9	89,1	7,5	82,4	34,9	64,5
Pescados	60,8	4,9	87,8	54,4	4,6	87,0	-6,4	-10,5
Bebidas	30,1	2,4	90,2	38,7	3,2	90,2	8,6	28,4
Frutas (inclui nozes e castanhas)	37,1	3,0	93,1	33,1	2,8	93,0	-4,0	-10,8
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	24,8	2,0	95,1	20,2	1,7	94,7	-4,5	-18,3
Carnes	13,1	1,0	96,2	14,7	1,2	95,9	1,6	12,5
Produtos alimentícios diversos	9,9	0,8	97,0	12,5	1,1	97,0	2,6	26,3
Demais produtos de origem vegetal	7,1	0,6	97,5	11,4	1,0	97,9	4,2	59,5
Lácteos	6,6	0,5	98,1	6,3	0,5	98,5	-0,4	-5,3
Demais produtos de origem animal	4,7	0,4	98,4	4,8	0,4	98,9	0,2	3,4
Rações para animais	3,7	0,3	98,7	4,7	0,4	99,3	1,1	28,8
Outros	15,8	1,3	100,0	8,7	0,7	100,0	-7,1	-44,9
<b>Total</b>	<b>1.249,4</b>	<b>100,0</b>	-	<b>1.191,6</b>	<b>100,0</b>	-	<b>-57,8</b>	<b>-4,6</b>

Fonte: Brasil, 2014b, 2014c.

Nota: Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

### 3.3 Produção industrial

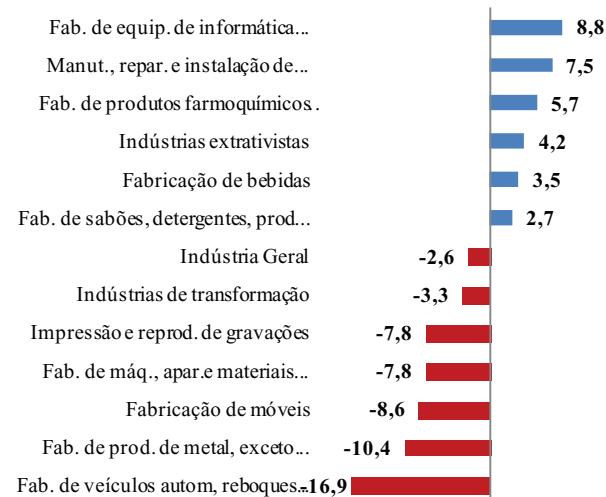
#### 3.3.1 Produção industrial no Brasil

A produção industrial do Brasil apresentou queda de 2,6% no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013. A análise setorial revela que o índice foi puxado para baixo devido principalmente à queda na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, que recuou 16,9%, embora outros dezessete segmentos industriais tenham também apresentado desempenho negativo na produção, dentre os 26 setores pesquisados pelo IBGE no País. A análise sob o ângulo das grandes categorias econômicas demonstra que a queda no indicador industrial do primeiro semestre deveu-se ao recuo observado em todas as três principais categorias pesquisadas (bens de capital, bens intermediários e bens de consumo), com destaque para bens de capital (-8,0%). Do ponto de vista regional, das quinze regiões geográficas investigadas pelo IBGE, dez apresentaram queda na produção industrial no primeiro semestre, com destaque para São Paulo (-5,1%) (Tabela 1, Gráfico 1 e Gráfico 2).

Corroborando com o IBGE, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA, 2014) divulgou ter havido queda de 16,8% na produção entre janeiro e junho de 2014, período em que o volume de vendas (medido em função do número de licenciamentos) caiu 7,6% e as exportações recuaram 35,4%, em comparação aos primeiros seis meses de 2013. Em números brutos, foram 1,57 milhão de unidades entregues pelas fábricas no primeiro semestre deste ano, contra 1,88 milhão produzidas no mesmo período de 2013. Os emplacamentos caíram de 1,80 milhão de veículos, somados nos primeiros seis meses do ano passado, para 1,66 milhão, acumulados até a metade de 2014. Já as exportações caíram 92,8 mil veículos, recuando de 262,3 mil para 169,5 mil no período. A restrição ao

crédito foi um dos principais fatores apontados pela ANFAVEA como responsável pela menor venda de automóveis no primeiro semestre, gerando, como consequência, impactos na produção.

**Gráfico 1 – Brasil: desempenho setorial da produção industrial no 1º semestre de 2014 em relação ao 1º semestre de 2013 – setores selecionados (%)**



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE, 2014a.

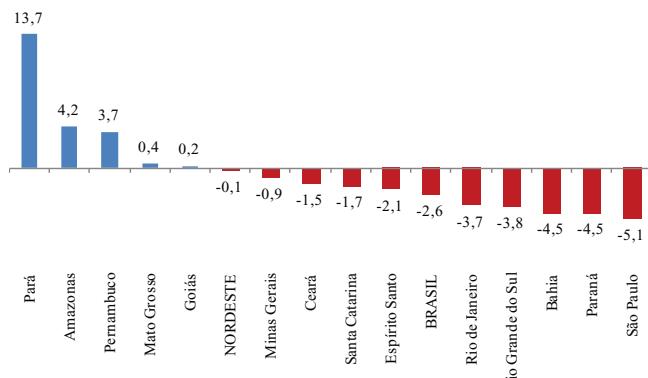
Nota: Dos 26 setores pesquisados pelo IBGE, o gráfico apresenta o resultado das indústrias extractivas e dos segmentos da indústria de transformação com os cinco melhores e os cinco piores desempenhos no primeiro semestre de 2014, em relação ao primeiro semestre de 2013.

**Tabela 1 – Brasil: Produção Física Industrial – junho/2014**

Segmentos	Jun14/Mai14 (com ajuste sazonal)	Variação (%)		
		Jun14/Jun13	Jan-Jun14/Jan-Jun13	Jul13-Jun14/Jul12-Jun13
<b>Classe de Indústria</b>				
Indústria geral	-1,6	-7,0	-2,6	-0,6
Indústrias extractivas	0,7	2,9	4,2	1,1
Indústrias de transformação	-2,0	-8,2	-3,3	-0,8
<b>Categoria econômica</b>				
Bens de capital	-12,5	-21,3	-8,0	1,5
Bens intermediários	-0,2	-3,0	-2,3	-1,3
Bens de consumo	-2,4	-10,7	-1,7	-0,2
Bens de consumo duráveis	-23,5	-33,7	-8,2	-3,7
Semiduráveis e não duráveis	-1,5	-3,1	0,5	1,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do IBGE, 2014a, 2014b.

**Gráfico 2 – Brasil: desempenho regional da produção industrial no 1º semestre de 2014 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: produção física (2014a).

Embora a indústria extrativa tenha obtido desempenho positivo em junho/2014 em todas as bases de comparação, conforme apresentado na Tabela 1, o mesmo não se pode dizer da indústria de transformação, cujos resultados foram negativos em todas. O desempenho favorável da indústria extrativa não foi suficiente para anular a performance negativa da indústria de transformação, que tem maior peso na formação do indicador geral. Desta forma, em junho/2014, o indicador geral da indústria brasileira recuou 1,6% em relação ao mês precedente e 7,0% em relação a junho/2013, além de ter tido queda de 0,6% no comparativo interanual de doze meses.

Dentre os fatores que contribuíram para o desempenho negativo da indústria no primeiro semestre estão a queda nas vendas e o maior número de dias parados devido à Copa do Mundo. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (2014c) aponta também outros fatores responsáveis pelo baixo dinamismo da indústria brasileira, tais como a existência de estoques acumulados, a menor confiança de empresários e de consumidores e as dificuldades de competir no mercado doméstico e internacional de bens manufaturados, em razão da perda de competitividade vivenciada nos últimos anos.

Os indicadores conjunturais da indústria de transformação, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria – CNI (2014), referentes ao primeiro semestre de 2014, indicam retração no número de horas trabalhadas na produção (-2,2%) e no faturamento real (-1,0%), em comparação a igual período de 2013. Por outro lado, indicadores que oneram os custos da indústria, como massa salarial real (3,8%) e rendimento médio real (2,9%), tiveram crescimento no mesmo período (Tabela 2).

**Tabela 2 – Brasil: indicadores conjunturais da indústria de transformação – junho/2014**

Indústria de Transformação	Jun14/Mai14 sem ajuste sazonal	Jun14/ Jun13	Variação percentual
	Jan-Jun14/ Jan-Jun13		
Faturamento real (1)	-5,7	-7,1	-1,0
Horas trabalhadas	-3,0	-5,2	-2,2
Emprego	-0,5	-0,1	0,9
Massa salarial real (2)	-0,8	0,2	3,8
Rendimento médio real (2)	0,1	0,3	2,9
Percentual médio			
Utilização da capacidade instalada dessazonalizada	Jun14	Mai14	Jun13
	80,1	80,6	82,5

Fonte: CNI, 2014.

Notas:

(1) Deflator: IPA/OG-FGV.

(2) Deflator: INPC-IBGE.

O confronto interanual dos indicadores da CNI de junho de 2014 frente a junho de 2013 revela queda no faturamento real (-7,1%) e nas horas trabalhadas (-5,2%) da indústria de transformação. Além disso, o nível de utilização da capacidade instalada nessa base de comparação diminuiu 2,4 pontos percentuais, passando de 82,5% para 80,1%. A análise de junho/2014 frente ao mês precedente revela também queda nos indicadores da indústria, à exceção do rendimento médio real (0,1%), que se manteve estável. Esses dados reforçam a interpretação de deterioração dos indicadores da indústria no País.

O saldo na balança comercial brasileira dos bens produzidos pela indústria de transformação atingiu déficit recorde em 2013 e continua se deteriorando em 2014. No primeiro semestre de 2014, foram exportados US\$ 62,8 bilhões, 7,3% a menos do que o valor exportado no primeiro semestre de 2013. O déficit na balança comercial dos produtos da indústria de transformação alcançou US\$ 34,8 bilhões de janeiro a junho/2014, o maior já registrado para o primeiro semestre. Isso aconteceu apesar do País ter importado 3,3% menos desses produtos, o que demonstra a dificuldade da indústria de transformação nacional competir no cenário internacional (IEDI, 2014b).

Segundo o IEDI (2014b), no que se refere ao intercâmbio de produtos da indústria de transformação pela classificação de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa), os saldos do primeiro semestre de 2014 foram negativos, à exceção do saldo de bens de baixa intensidade tecnológica (US\$ 27,1 bilhões) que, embora positivo, recuou 3,4% em relação a igual período do ano anterior. O intercâmbio dos bens oriundos de atividades de alta intensidade tecnológica registrou déficit de US\$ 16,2 bilhões no primeiro semestre do corrente ano frente a igual período de 2013, o segundo maior da história para os seis primeiros

meses. A faixa de média-alta intensidade apresentou déficit de US\$ 28,8 bilhões. Os bens de média-baixa intensidade presenciaram novo déficit, de US\$ 7,6 bilhões, devendo-se a uma queda de 15,5% nas exportações. Conforme já ressaltado em edições anteriores, a deterioração dos indicadores da indústria brasileira no comércio exterior evidencia que o parque fabril nacional enfrenta problemas de competitividade no cenário internacional.

### 3.3.2 Produção industrial no Nordeste

No primeiro semestre de 2014, a atividade industrial nordestina manteve-se estável em relação a igual período de 2013. Nessa base de comparação, sete setores tiveram desempenho positivo, com destaque para fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (11,4%) e fabricação de produtos alimentícios (8,5%). Por outro lado, oito setores tiveram recuo no período, principalmente o segmento de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-34,9%) (Tabela 3; Gráfico 3). Segundo o IBGE (2014d), o crescimento nesses segmentos foi impulsionado principalmente pela maior produção de óleos combustíveis, óleo diesel e álcool etílico, no primeiro, e de açúcar cristal, açúcar refinado e sucos concentrados de frutas, no segundo. Por outro lado, a queda na produção automobilística regional é reflexo do que ocorreu em nível nacional, já comentado.

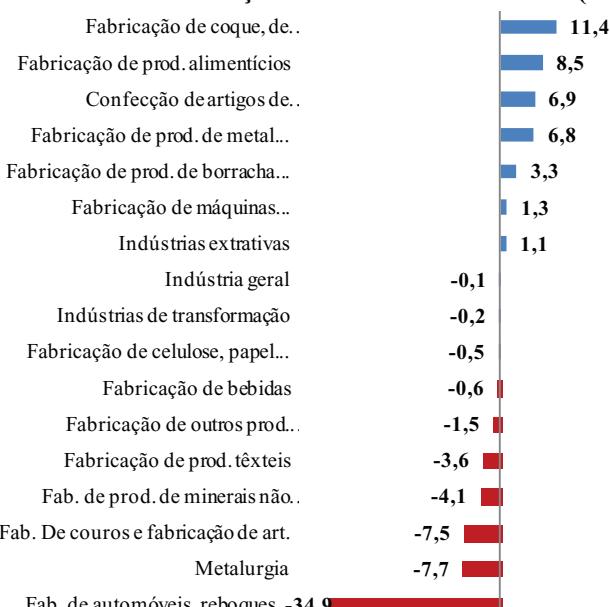
**Tabela 3 – Nordeste e Estados: Produção Física Industrial – junho/2014**

Região/UF	Variação (%)			
	Jun14/Mai14 (com ajuste sazonal)	Jun14/ Jun13	Jan-Jun14/ Jan-Jun13	Jul13- -Jun14/ Jul12-Jun13
Nordeste	-4,5	-8,3	-0,1	1,0
Ceará	-6,6	-6,8	-1,5	4,7
Pernambuco	-7,2	-7,3	3,7	2,1
Bahia	-1,6	-12,2	-4,5	-0,1

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do IBGE, 2014a.

No confronto de junho/2014 com o mês precedente, houve recuo de 4,5% na produção industrial da Região, considerando a série dessazonalizada. Nas demais comparações interanuais, observou-se queda de 8,3% de junho/2014 frente a junho/2013 e avanço de 1,0% no período de 12 meses findo em junho (vide Tabela 3).

**Gráfico 3 – Nordeste: variação da produção de setores industriais no 1º semestre de 2014 em Relação ao 1º semestre de 2013 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, 2014a.

No que concerne ao consumo industrial de energia elétrica, o Nordeste teve um incremento de 4,7% no acumulado de janeiro a maio de 2014 em relação ao mesmo período do ano precedente. O consumo industrial de energia elétrica também evoluiu no Brasil (0,7%) como um todo, porém em menor nível do que no Nordeste (Tabela 4).

A tarifa média de energia elétrica do setor industrial na região nordestina subiu apenas 1,1% no comparativo de janeiro a maio de 2014 em relação ao mesmo período do ano precedente, apesar da queda observada de 11,3% nos cinco primeiros meses de 2013 comparativamente aos de 2012. A forte redução nas tarifas de energia elétrica em 2013 decorreu da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia em bases que favoreceram os consumidores.

**Tabela 4 – Brasil e Nordeste: variação no consumo e na tarifa média com impostos de energia elétrica na indústria**

Região Geográfica	$\Delta(\text{Jan-Mai13} / \text{Jan-Mai12})$		$\Delta(\text{Jan-Mai14} / \text{Jan-Mai13})$	
	Consumo	Tarifa média com impostos	Consumo	Tarifa média com impostos
Brasil	-6,8%	-10,5%	0,7%	3,2%
Nordeste	-11,3%	-12,5%	4,7%	1,1%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL, 2014.

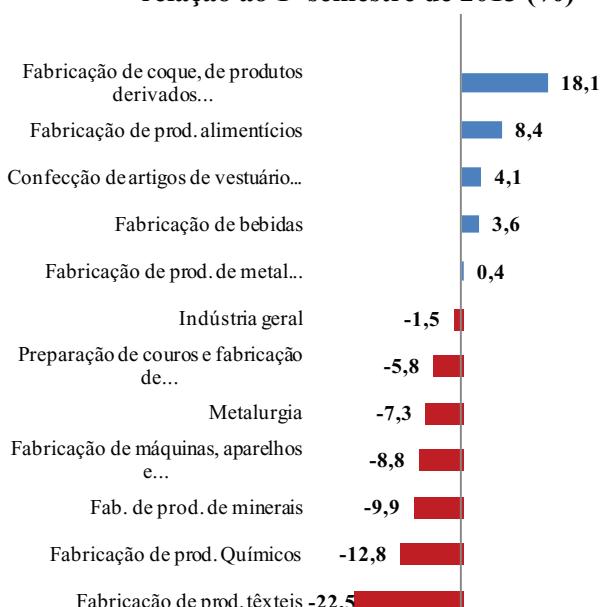
Nota: dados de junho não disponíveis até a data de elaboração deste texto.

No que se refere às principais economias estaduais da Região Nordeste, somente Pernambuco obteve resultado positivo no acumulado do primeiro semestre

de 2014 frente a igual período de 2013 (Tabela 3). Nessa base de comparação, o Ceará recuou 1,5% e a Bahia teve queda ainda mais expressiva na sua produção industrial, decrescendo 4,5%. Os indicadores estaduais de junho/2014 ante o mês precedente foram negativos para todos os três estados pesquisados pelo IBGE na região nordestina. O mesmo se pode dizer para os indicadores de junho/2014 comparados aos do mesmo mês de 2013. As razões que explicam este comportamento da indústria nos estados nordestinos são similares àquelas anteriormente comentadas para o País.

O recuo da indústria cearense no primeiro semestre decorreu da diminuição na atividade de seis dos onze setores pesquisados pelo IBGE no Estado, com destaque para o de fabricação de produtos têxteis, que decresceu 22,5%. Por outro lado, cinco setores tiveram desempenho positivo, principalmente o de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de bio-combustíveis, que cresceu 18,1% no período (Gráfico 4).

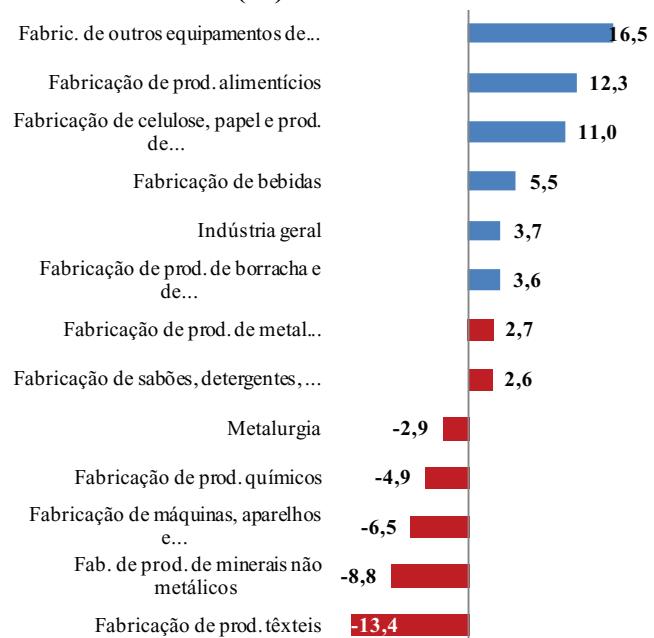
**Gráfico 4 – Ceará: variação da produção de setores industriais no 1º Semestre de 2014 em relação ao 1º semestre de 2013 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2014a.

Em Pernambuco, a produção industrial do primeiro semestre de 2014 ante a igual período de 2013 foi positiva (3,7%), principalmente graças ao bom desempenho no segmento de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores da indústria (16,5%) e de fabricação de produtos alimentícios (12,3%), além de mais cinco ramos, que também apresentaram resultados favoráveis no período. Por outro lado, o Estado vivenciou queda expressiva de 13,4% na fabricação de produtos têxteis nessa base de comparação (Gráfico 5).

**Gráfico 5 – Pernambuco: Variação da Produção de Setores Industriais no 1º Semestre de 2014 em Relação ao 1º Semestre de 2013 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2014a.

Dentre os estados nordestinos cobertos pela pesquisa PIM-PF do IBGE, a Bahia registrou a maior queda na produção industrial no primeiro semestre de 2014, tendo recuado 3,7%. Esta performance negativa decorreu da queda na produção de sete dos doze setores pesquisados, tendo ocorrido com mais ênfase nos ramos de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-43,2%) e de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-34,3%). Por outro lado, contribuíram positivamente para o índice geral as indústrias extractivas (4,6%) e mais outros quatro setores (Gráfico 6).

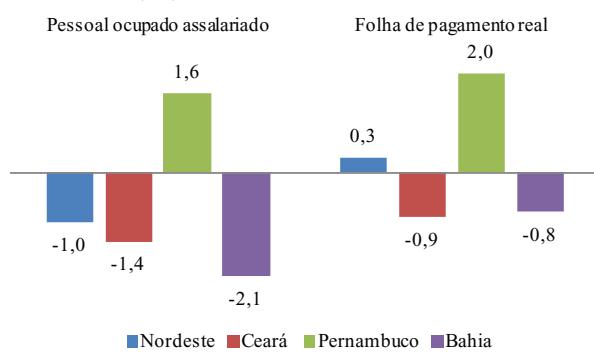
À exceção de Pernambuco (1,6%), os demais estados nordestinos pesquisados pelo IBGE (Ceará e Bahia) apresentaram recuo no pessoal ocupado no primeiro semestre de 2014 frente a igual período de 2013. Este indicador para o Nordeste indica queda de 1,0%. No que concerne à folha de pagamento real da indústria, o destaque positivo ficou também com Pernambuco (2,0%), tendo os demais estados obtido resultado negativo no período. Considerando que em Pernambuco o indicador da folha de pagamento real cresceu mais do que o indicador do pessoal ocupado, conclui-se que foram gerados empregos no primeiro semestre que exigiram melhores remunerações. Por outro lado, no Ceará e na Bahia, tendo as despesas com pagamento diminuído menos do que o percentual de pessoas ocupadas, indica que ficou retida a força de trabalho melhor remunerada.

**Gráfico 6 – Bahia: variação da produção de setores industriais no 1º semestre de 2014 em relação ao 1º semestre de 2013 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2014a.

**Gráfico 7 – Indicadores de pessoal ocupado e de folha de pagamento real no 1º semestre de 2014 em relação ao 1º semestre de 2013 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2014c.

O retrato brasileiro da indústria se refletiu na região Nordeste no primeiro semestre, tendo a indústria regional amargado encolhimento do emprego de 1,0%. Para os anos seguintes, observa-se um cenário pouco favorável ante as expectativas futuras nada animadoras sobre o desempenho das economias doméstica e mundial. Para o IEDI (2014a), não só fatores conjunturais são necessários para ajudar o processo de retomada da produção na indústria brasileira, mas também uma política de desenvolvimento para o setor que apresente resultados com foco no investimento e na inovação, na produtividade e na competitividade com vistas a melhor inserir as exportações industriais no mercado internacional e recuperar a participação no mercado interno.

Ainda segundo o IEDI (2014d), para mudar esse quadro da indústria é necessário atacar velhos e conhe-

cidos pontos da agenda brasileira: reforma e simplificação da estrutura tributária; geração de investimentos eficientes e eficazes em infraestrutura; reforma da legislação trabalhista para atualizar e simplificar sua regulação; ajustes na política cambial e de juros para atender às necessidades de competitividade e de financiamento dos setores produtivos, cabendo à indústria brasileira aumentar significativamente sua produtividade e sua capacidade inovadora. É com o equacionamento dos temas macroeconômicos e do “custo Brasil” que os custos de produção serão reduzidos, a produtividade da economia será impulsionada e se desenvolverá um ambiente de negócios favorável à execução de uma política industrial e de inovação capaz de contribuir decisivamente para transformar a indústria em um setor competitivo e de alta produtividade.

## Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Carta da Anfavea 338**. São Paulo, jul./2014. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/cartas/carta338.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Informações Técnicas: consumidores, consumo, receita e tarifa média – região, empresa e classe de consumo**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=550>> Acesso em: 03 out. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indicadores Industriais: queda na atividade se intensifica em junho**. CNI, ano 16, n.6, jun. 2014. Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2014/10/01/20/Indicadores Industriais\\_Junho2014.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/10/01/20/Indicadores Industriais_Junho2014.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2014. [Documento elaborado em 04 de agosto de 2014].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Tabela 3653 - Produção física industrial, por seções e atividades industriais. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3653&z=t&o=22>> Acesso em: 03 out. 2014a.

**Pesquisa industrial mensal: produção física**. Tabela 3651 - Produção física industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3651&z=t&o=22>> Acesso em: 03 out. 2014b.

**Pesquisa industrial mensal de emprego e salário**. Tabela 1628 - Pessoal ocupado, folha de pagamento e número de horas pagas, por seções e divisões. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1628&z=t&o=22>> Acesso em: 03 out. 2014c.

**Comentários sobre a produção industrial regional – Junho/2014**. Comentários. Dispo-

nível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/2014/pimpfregional/pim-pf-regional\\_201406comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/2014/pimpfregional/pim-pf-regional_201406comentarios.pdf)> Acesso em: 21 out. 2014d.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Carta IEDI n. 637: produtividade na indústria no primeiro semestre de 2014:** quadro de estagnação. São Paulo, 15 ago. 2014a. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_637.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_637.html)>. Acesso em: 03 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Carta IEDI n. 642: o primeiro semestre de 2014:** a deterioração persistente da balança comercial. São Paulo, 19 set. 2014b. Disponível em <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_642.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_642.html)>. Acesso em: 03 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Carta IEDI n. 638: indústria no primeiro semestre de 2014:** produção regional e emprego em forte queda. São Paulo, 22 ago. 2014c. Disponível em <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_638.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_638.html)>. Acesso em: 03 out. 2014.

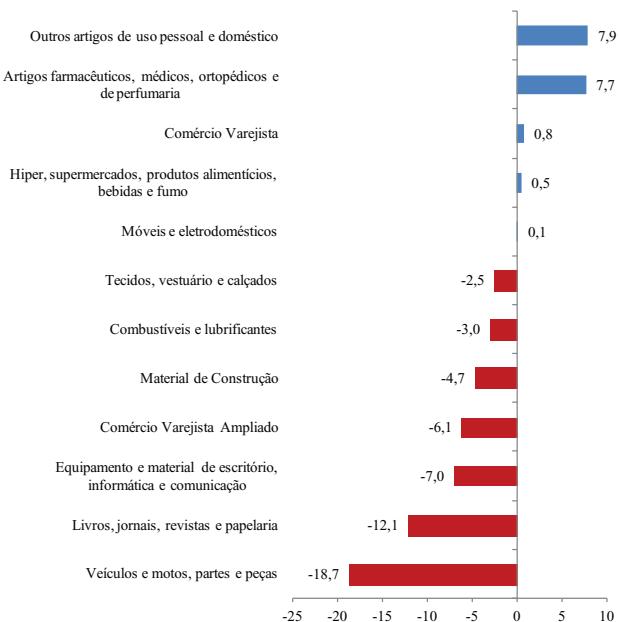
\_\_\_\_\_. **Carta IEDI n. 643: início do segundo semestre de 2014 da indústria:** emprego recua e produção regional não convence. São Paulo, 26 set. 2014d. Disponível em <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_643.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_643.html)>. Acesso em: 03 out. 2014.

## 3.4 Comércio e Serviço no Brasil

### 3.4.1 Comércio Varejista

O varejo nacional, em junho de 2014, obteve em volume de vendas (dados sem ajuste), acréscimos da ordem de 0,8% sobre junho do ano anterior. O varejo ampliado, que inclui veículos, motos e material de construção, teve no mesmo período resultado negativo de -4,7%. O destaque positivo ficou com “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” com 7,9%, acompanhado de perto por “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria” com 7,7%. O resultado negativo de -18,7% ficou para a venda de “Veículos e motos, partes e peças”, seguido pela redução de -12,1% em “Livros, jornais”.

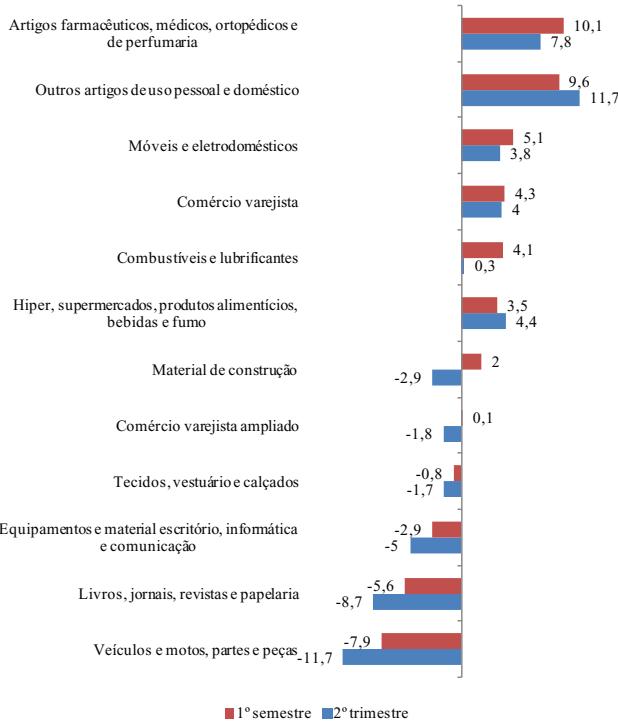
**Gráfico 1 – Variação percentual - comércio varejista e ampliado e atividades – junho 2014 / junho 2013**



Fonte: Elaboração BNB/Etene a partir de dados do IBGE, 2014.

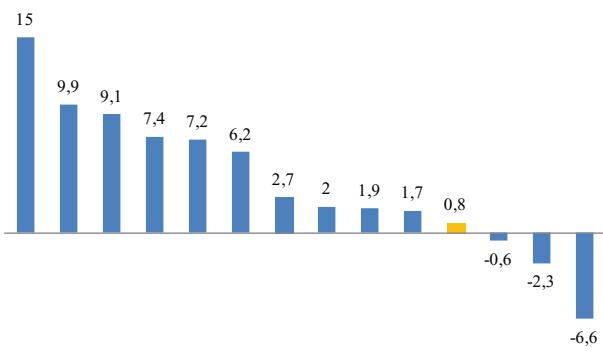
O resultado do segundo trimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, foi positivo em 4%. No acumulado do primeiro semestre de 2014, o comércio varejista ficou 4,3% superior ao mesmo semestre de 2013. Na mesma análise, o comércio varejista ampliado teve resultado negativo de -1,8% na comparação semestral. Na avaliação semestral quase não teve alteração, com apenas de 0,1% de variação no resultado. Os resultados apresentados para o comércio varejista ampliado são reflexos das quedas nas vendas de veículos. A atividade em 2014 teve no segundo trimestre redução de -11,7% e no semestre redução de -7,9%.

## Gráfico 2 – Variação percentual dos comércios varejista e ampliado e atividades. Segundo trimestre e primeiro semestre de 2014 comparados com mesmos períodos de 2013



Na análise regional do comércio varejista de junho de 2014 teve destaque o estado do Acre com crescimento de 15%. Com exceção do Piauí e Sergipe, com resultados negativos de -0,6% e de -2,3%, respectivamente, todos os estados do Nordeste apresentaram resultados superiores à média nacional de 0,8% em junho de 2014, na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

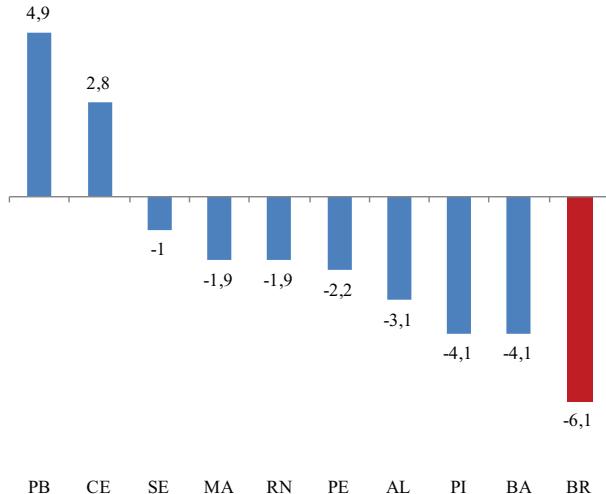
## Gráfico 3 – Variação percentual do comércio varejista nos Estados – junho 2014 / 2013



Na avaliação regional do varejo ampliado nos estados, o destaque positivo continua sendo o Acre com

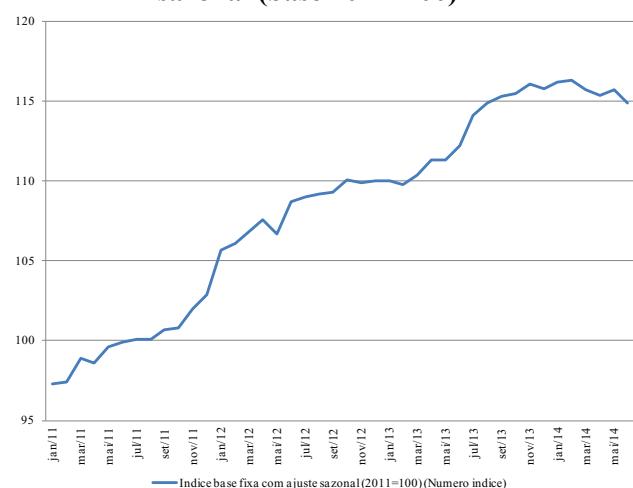
5,1%. Considerando os estados do Nordeste, apesar de somente Paraíba e Ceará terem resultados positivos de 4,9% e 2,8%, respectivamente, os demais, mesmo com resultados negativos, ficaram acima do resultado nacional que foi negativo de -6,1% em junho de 2014, na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

## Gráfico 4 – Variação percentual do comércio varejista ampliado nos Estados do Nordeste e Brasil – Junho 2014/2013



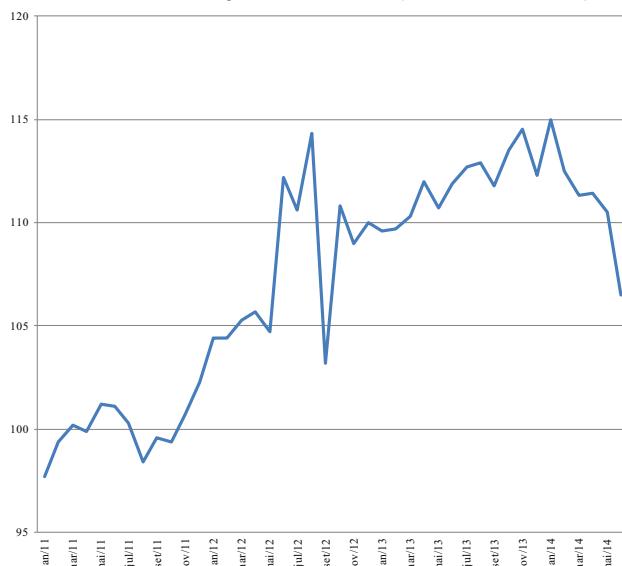
Observando o comportamento do comércio desde 2011, percebe-se que o ritmo de crescimento perdeu força desde o início do ano de 2014, com o volume de vendas no nível tendendo ao mesmo patamar das vendas em períodos de 2013.

## Gráfico 5 – Volume de vendas do varejo com ajuste sazonal (base 2011=100)



Na mesma análise do varejo ampliado, a redução do volume de vendas mostra-se mais acentuada com níveis próximos aos observados em 2012.

**Gráfico 6 – Volume de vendas do varejo ampliado com ajuste sazonal (base 2011=100)**



Fonte: Elaboração BNB/Etene a partir de dados do IBGE, 2014.

Algumas informações podem explicar o resultado do comércio em 2014. No mês de julho, a geração de empregos no Brasil registrou o pior resultado desde 1999. Ocorreram demissões na indústria e desaceleração em outros setores da economia. No acumulado do ano até julho, houve redução de 30,31% na comparação com 2013 no número de empregos gerados. Foram 632.224 postos criados, número comparado ao resultado de 2009, que teve o PIB impactado pela crise global.

Outra explicação para o baixo desempenho do comércio foi o período da Copa do Mundo Fifa de Futebol, que concorreu com datas importantes para o comércio e alterou o foco de compras do consumidor.

A Pesquisa de Agosto de Intenção de Consumo das Famílias, realizada pela Confederação Nacional do Comércio já demonstra perspectiva de melhora moderada para as vendas do comércio. Segundo a pesquisa, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) apresentou leve aumento de 0,2% (120,8 pontos) na comparação com o mês imediatamente anterior e queda de 2,1% em relação a agosto de 2013. Os meses de julho e agosto refletiram uma estabilidade do índice, após quedas seguidas desde janeiro de 2014. Há dois meses seguidos, o grupo de alimentos e bebidas mostra desaceleração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), o que gera alívio para o orçamento das famílias e, consequentemente, mais espaço para consumo de outros bens.

Na Sondagem do Consumidor, da Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 4,3% entre julho e agosto de 2014, ao passar de 106,9 para 102,3 pontos, o menor nível desde abril de 2009 (99,7). Segundo a coordenação da pesquisa, o resultado foi influenciado pela insatisfação dos consumidores com o “estado geral da economia”.

O Ministério da Fazenda lançou em agosto pacote de medidas com o objetivo de estimular a economia. Entre as medidas estão ações que visam simplificar o registro do financiamento imobiliário, crédito consignado, facilidades para retomada de garantias, redução de depósito compulsório, todas com o objetivo previsto de ampliar em cerca de R\$ 25 bilhões a oferta de crédito.

## Referências

**AGÊNCIA ESTADO. Brasil registra pior resultado do emprego em 15 anos.** Disponível em: <<http://www.ae.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. Pesquisa de intenção de consumo das famílias: agosto de 2014.** Disponível em: <<http://www.cnc.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Sondagem de expectativas do consumidor – Agosto 2014.** Disponível em: <<http://www.portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. Pesquisa mensal de comércio:** junho de 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

## 3.4.2 Serviços

A receita nominal do setor de serviços no Brasil apresentou no primeiro semestre de 2014 um crescimento de 7,4% na comparação com igual mês de 2013. Na Região Nordeste, a variação média foi de 5,6%, com três estados apresentando desempenho superior ao País: Paraíba (11,2%), Rio Grande do Norte (8,8%) e Ceará (7,8%). O destaque negativo ficou por conta do Piauí (1,4%) e Sergipe (3,5).

**Tabela 1 – Variação das receitas nominais do setor de serviços no Brasil, Nordeste e Estados por semestre/igual semestre do ano anterior (%)**

Unidades geográficas	2012		2013		2014	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Brasil	10,8	9,3	8,5	8,6	7,5	
Nordeste*	12,5	9,3	9,3	7,9	5,6	
Maranhão	15,1	10,7	11,1	5,9	4,8	
Piauí	9,6	2,5	2,3	4,6	1,4	
Ceará	16,1	14,4	15,3	11,3	7,8	
Rio Grande do Norte	5,7	6,1	3,4	6,7	8,8	
Paraíba	13,1	8,9	9,8	12,4	11,2	
Pernambuco	14,7	10,5	5,2	6,2	5,4	
Alagoas	11,0	6,8	8,9	10,1	6,4	
Sergipe	7,2	4,8	3,7	2,6	3,5	
Bahia	11,0	7,9	10,9	7,8	3,8	

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014.

Notas:

- (1) A Pesquisa Mensal de Serviços abrange as atividades do segmento empresarial não financeiro.
- (2) A taxa de variação do Nordeste foi calculada pela média ponderada das variações estaduais na Região usando a participação estadual do VAB do Setor de Serviços em 2011, excluindo as atividades de Comércio; Administração, Educação e Saúde Pública; e Intermediação financeira e seguros.

De acordo com a Tabela 1, em comparação às taxas de variação nos semestres anteriores, percebe-se uma desaceleração das taxas de crescimento nominal das receitas do setor de serviços no Brasil, com uma redução de 3,3 p.p. de 2012 para 2014. Entretanto, essa taxa no Nordeste vem diminuindo com maior intensidade, apresentando uma redução de 6,9 p.p. Entre os estados da Região, apenas Rio Grande do Norte e Paraíba apresentaram evolução no 1º semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Nos demais estados, as taxas de crescimento foram inferiores.

A PMS disponibiliza, entre os estados do Nordeste, dados detalhados por atividade para o Ceará, Pernambuco e Bahia. Nela os serviços são segmentados em cinco atividades: Serviços prestados às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; e Outros serviços.

No total do Brasil, Serviços prestados às famílias apresentou no 1º semestre de 2014 uma variação de 11,5%, superior ao verificado no mesmo período do ano anterior (9,3%). Os três estados pesquisados do Nordeste também apresentaram evolução nas taxas de crescimento nessa atividade. Um fato que contribuiu para esse bom desempenho foi a realização da Copa do Mundo. De acordo com o IBGE, entre os estados sedes do evento, Bahia e Pernambuco foram os que apresentaram maior crescimento no mês de junho nos serviços de alojamento e alimentação (33,9% e 17,7%).

**Tabela 2 – Variação das receitas nominais por atividades de serviços - Brasil, Ceará, Pernambuco e Bahia - 1º semestre/igual semestre do ano anterior (%), 2014 e 2013**

Atividades de serviços	BR		CE		PE		BA	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Total	8,5	7,4	15,2	7,7	5,1	5,3	10,9	3,7
Serviços prestados às famílias	9,3	11,5	15,6	20,0	2,4	9,2	9,7	11,4
Serviços de informação e comunicação	6,9	5,6	4,8	0,5	5,2	1,9	6,0	-7,8
Serviços profissionais, administrativos e complementares	8,3	7,8	28,2	4,8	-2,4	5,4	18,4	7,0
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	10,9	8,6	12,3	8,6	15,1	7,0	12,7	8,6
Outros serviços	5,5	5,5	11,4	29,0	1,7	11,1	2,3	14,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014.

O desempenho dos Serviços de informação e comunicação no Brasil no 1º semestre de 2014 (5,6%) foi inferior em relação ao mesmo período de 2013 (6,9%). Apesar dessa redução, o crescimento no país como um todo foi superior ao verificado nos três estados nordestinos pesquisados, apresentando um quadro de estagnação no Ceará (0,5%) e Pernambuco (1,9%), e uma preocupante redução das receitas nominais na Bahia (-7,8%). Nessa atividade, a Copa do Mundo também contribuiu para melhorar o desempenho no último semestre, que poderia ter sido pior caso os serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias não tivessem crescido 13,0% no Brasil.

A receita nominal dos Serviços profissionais, administrativos e complementares cresceu 7,8% no Brasil no 1º semestre de 2014, taxa inferior ao mesmo período de 2013 (8,3%). Entre os estados nordestinos pesquisados, Bahia e Ceará apresentaram crescimento inferior ao mesmo semestre de 2013. Somente em Pernambuco, que já registrava baixo crescimento, houve uma melhora no quadro. Além disso, os três estados tiveram variações inferiores à nacional.

No 1º semestre de 2014, a atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio cresceu no Brasil 8,6%, índice inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior (10,8%). No Ceará (8,6%), Pernambuco (7%) e Bahia (8,6%) também foi registrada variação menor em relação a 2013. Diferente dos outros segmentos, parte dessa desaceleração deve-se à redução dos dias úteis durante a Copa do Mundo. A demanda desaquecida por parte dos outros setores afetou especialmente o transporte de cargas e o turismo de negócios via transporte aéreo.

Por fim, no 1º semestre de 2014, as receitas nominais do total do Brasil no segmento de outros serviços tiveram um crescimento de 5,5%, repetindo a mesma taxa do ano anterior. Todos os três estados nordestinos pesquisados apresentaram aumento nominal

mais elevado que a média nacional, com destaque para o crescimento de 29,3% no Ceará. Além disso, tiveram variações superiores ao mesmo período de 2013.

A análise das atividades do setor de serviços nos três estados pesquisados na Região Nordeste aponta para um forte ritmo de crescimento das receitas nominais em atividades voltadas ao consumo final, tais como os Serviços prestados às famílias e Outros serviços. Os serviços de transporte, apesar de terem diminuído em relação ao 1º semestre de 2013, apresentaram no Ceará e Bahia crescimento igual à média nacional. O segmento que mais preocupa em desempenho no Nordeste é o de Serviços de informação e comunicação, que, mesmo com o aumento das transmissões da Copa do Mundo, fechou o 1º semestre com baixo crescimento no Ceará (0,5%) e Pernambuco (1,9%), e recuo na Bahia (-7,8%). Além disso, as taxas de variação revelaram-se inferiores às verificadas na média nacional, apontando para uma redução da participação da Região em um segmento tão importante para a economia.

### 3.5 Turismo

Conforme a Organização Mundial do Turismo – OMT (2014), a receita gerada pelo turismo internacional alcançou US\$ 1,4 trilhão em 2013, representando um crescimento real de 5% em relação a 2012. O fluxo de passageiros, alcançou 1.087 milhão em comparação com 1.035 milhão em 2012. Apesar da crise econômica que tem afetado diversos países, o número de turistas internacionais tem crescido uma média de 5% ao ano desde 2010, uma tendência que proporciona crescimento econômico, receita de exportação e empregos.

O turismo internacional, representado por viagens e transporte de passageiros, equivale a 29% das exportações mundiais de serviços ou 6% do total das exportações de bens e serviços. Em termos de categorias, o turismo está colocado em quinto lugar, atrás somente de combustíveis, produtos químicos, agropecuários e automóveis.

A Europa obteve 42% das receitas do turismo internacional em 2013, enquanto que a Ásia/Pacífico ficou com 31%, as Américas com 20%, o Oriente Médio com 4% e a África com 3%. Os principais países receptores foram França (84,7 milhões de pessoas), Estados Unidos (69,8 milhões), Espanha (60,7 milhões), China (55,7 milhões), Itália (47,7 milhões), Turquia (37,8 milhões), Alemanha (31,5 milhões), Reino Unido (31,2 milhões), Rússia (28,4 milhões) e Tailândia (26,5 milhões), nessa ordem. O Brasil ficou em quarto lugar nas Américas, sendo Estados Unidos (69,8 milhões), México (23,7 milhões) e Canadá (16,5 milhões) os três primeiros.

Em termos de países emissores, cabe destacar a crescente importância da China (principal emissor na atualidade e com despesas de US\$ 129 bilhões em 2013), Rússia (quarto no ranking mundial, totalizando US\$ 54 bilhões) e Brasil (décimo colocado com despesas de US\$ 25,0 bilhões). Em conjunto, as despesas turísticas dos residentes desses quatro países totalizaram US\$ 208 bilhões em 2013. Os outros grandes emissores foram residentes provenientes de países desenvolvidos, isto é, Estados Unidos e Alemanha segundo e terceiro emissores, respectivamente, além do Reino Unido, França, Canadá, Austrália e Itália, do quinto ao nono lugar, nessa ordem.

A movimentação de turistas internacionais correspondeu a 517 milhões de pessoas no primeiro semestre de 2014, 22 milhões a mais em comparação com o mesmo período de 2013, representando aumento de 4,6%. O maior crescimento foi verificado nas Américas (+6%), seguido de Ásia/Pacífico e Europa (+5% em cada região) além de África (+3%). O crescimento nas Américas foi impulsionado pelo incremento dos fluxos na América do Sul (+6%), sendo que a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil contribuiu para esse incremento. As receitas do turismo internacional

cresceram 10% nos primeiros sete meses de 2014 no Brasil e 60%, quando considerados os meses de junho e julho em relação a 2013. A UNWTO estima que o turismo internacional deva crescer entre 4,0% a 4,5% em 2014.

Especificamente em termos de Brasil, a movimentação operacional nos principais aeroportos do País totalizou 101,2 milhões de passageiros no primeiro semestre de 2014, dos quais 91,1 milhões provenientes de voos domésticos e 10,1 milhões de voos internacionais (Tabela 1). Referidos dados representam uma proxy da movimentação turística no Brasil, uma vez que os dados detalhados relativos aos fluxos do corrente ano não foram divulgados até a confecção dessa publicação (INFRAERO, 2014).

**Tabela 1 – Movimento de passageiros – primeiro semestre de 2014**

Região e Brasil	Passageiros Domésticos	Passageiros Internacionais	Total
Norte	5.580.682	145.911	5.726.593
Nordeste	16.310.009	467.360	16.777.369
Centro-Oeste	45.480.297	8.659.958	54.140.255
Sudeste	11.380.376	521.925	11.902.301
Sul	12.401.700	281.421	12.683.121
BRASIL	91.153.064	10.076.575	101.229.639

Fonte: Infraero, 2014 com dados adicionais dos Aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos.

Os aeroportos do Nordeste movimentaram 16,8 milhões de passageiros, dos quais 16,3 milhões de origem nacional e 467 mil estrangeiros. O Nordeste, portanto, tem se configurado como a segunda Região em termos de movimentação turística, com 16,6% da movimentação de passageiros do País no primeiro semestre de 2014. Os aeroportos de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal, nessa ordem, registram os maiores movimentos na Região (Infraero, 2014).

Ainda de acordo com Infraero (2014), 1,4 milhão de voos foram registrados nos principais aeroportos brasileiros no primeiro semestre de 2014, sendo 1,3 milhão de voos domésticos e 79 mil voos internacionais. No Nordeste, a movimentação de aeronaves alcançou 204 mil voos no primeiro semestre de 2014, dos quais 200 mil nacionais e quatro mil internacionais (Tabela 2).

**Tabela 2 – Movimento de aeronaves – primeiro semestre de 2014**

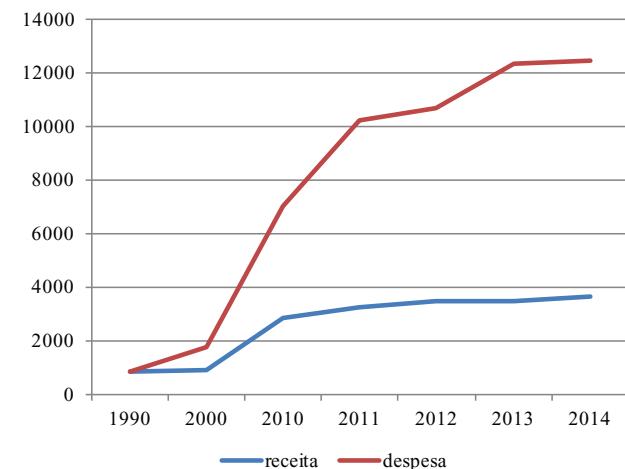
Região e Brasil	Voos domésticos	Voos internacionais	Total
Norte	118.134	4.157	122.291
Nordeste	200.100	4.160	204.260
Centro-Oeste	690.868	60.264	751.132
Sudeste	162.456	7.918	170.374
Sul	163.414	2.875	166.289
BRASIL	1.334.972	79.374	1.414.346

Fonte: Infraero (2014) com dados adicionais dos Aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos.

Conforme dados do Banco Central (2014), os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil, medidos pela receita da conta viagens do balanço de pagamentos, totalizou US\$ 3,6 bilhões no primeiro semestre de 2014, acréscimo de 329% em termos nominais em relação a igual período de 1990.

As despesas de turistas brasileiros no exterior totalizaram US\$ 12,5 bilhões nos seis primeiros meses de 2014, crescimento de 1.353%, em termos nominais, em relação a igual período de 1990, conforme especificado no Gráfico 4. O incremento das receitas revela uma melhor estruturação do setor no Brasil, enquanto que a expansão das despesas é indício do incremento da classe média brasileira, bem como do fortalecimento do seu poder de compra.

**Gráfico 1 – Receita e despesa cambial turística**



Fonte: Bacen, 2014.

As expectativas do turismo são favoráveis no Brasil no corrente ano. Contribuem para essas perspectivas a expansão da massa salarial, facilidades de acesso a crédito para consumo, inclusive aquisição de pacotes turísticos e viagens, o aumento das infraestruturas de transporte, hospedagem e equipamentos de lazer em conjunto com a realização da Copa do Mundo.

O megaevento esportivo proporcionou ampla divulgação do Brasil no exterior, além de gerar benefícios

cios como a geração de empregos diretos e indiretos, o aumento do fluxo de turistas, a atração de investimento estrangeiro, a revitalização de áreas urbanas e a melhoria na infraestrutura aeroportuária.

Estimativas preliminares elaboradas por Mtur (2014) indicam que 1,0 milhão de estrangeiros de 202 países desembarcaram no País bem como 3,1 milhões de turistas brasileiros circularam nas cidades-sede durante a realização da Copa. Dos turistas internacionais, destacam-se os Argentinos (21%), norte-americanos (14,5%), ingleses (6,8), colombianos (6,6%), chilenos (6,4%) entre outros.

Ainda conforme MTur (2014), cerca de 95% dos turistas revelaram intenção de retornar ao País. Nos aeroportos, o fluxo foi de 16,7 milhões de passageiros, com taxas de atrasos abaixo das médias internacionais. Nos estádios, circulou um contingente de 3,4 milhões de pessoas, com outras 5,0 milhões de pessoas presentes nas Fan Fest. Os visitantes proporcionaram um total de R\$ 6,7 bilhões na economia do País ao longo dos jogos.

Em termos de Nordeste, os dados preliminares indicam que os fluxos de turistas durante a Copa 2014 totalizaram 363 mil em Fortaleza, 300 mil em Salvador, 230 mil em Recife e 172 mil em Natal, totalizando aproximadamente 1 milhão de visitantes na Região.

## Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Balanço de pagamentos.** Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Copa: motor regionaliza gastos de turistas por cidades-sede.** Brasília, DF, 2004. Disponível em:<<http://www.mtur.gov.br>>. Acesso em: 12.09.2014.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 19 set. 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Bármometro do turismo mundial.** 2014. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/en/barometer>>. Acesso em: 25 set. 2014.

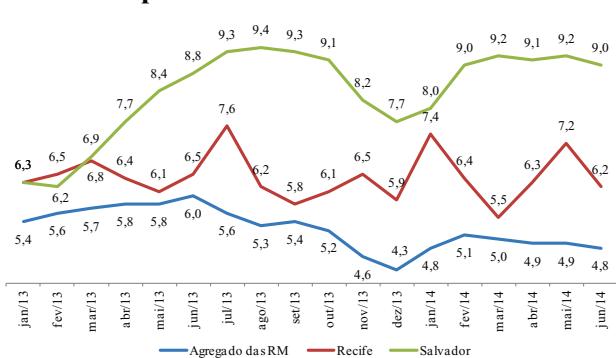


# 4 - EMPREGO E RENDIMENTO

## MERCADO DE TRABALHO

O cenário atual da economia brasileira, que experimentou queda sucessiva do PIB nos dois primeiros trimestres de 2014, parece não estar afetando negativamente, na mesma proporção, o mercado de trabalho, já que neste há uma situação de estabilidade, com baixa taxa de desocupação. Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o agregado nacional (Junho/2014), mostram uma taxa de desocupação de apenas 4,8%. No Nordeste, Recife (6,2%) e Salvador (9,0%) apresentam uma taxa de desocupação acima da média nacional (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Taxa de desocupação por Região Metropolitana**



Fonte: IBGE, 2014.

Ao se analisar o gráfico, percebe-se que a taxa de desocupação no Brasil, após crescer nos dois primeiros meses do ano, vem apresentando pequenas quedas sucessivas, o que permite a consideração de que se trata de um momento de estabilidade, situação que ocorre também em Salvador. Apenas em Recife houve variação mais significativa em diferentes momentos do primeiro semestre de 2014.

Com relação ao nível de ocupação, percebeu-se, também, certa estabilidade, enquanto houve um leve declínio do rendimento médio real ao longo do primeiro semestre de 2014, embora tenha havido aumento do rendimento real em relação ao mesmo período de 2013 (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada a preços de agosto/2014 (R\$): janeiro 2013 a junho 2014**



Fonte: IBGE, 2014.

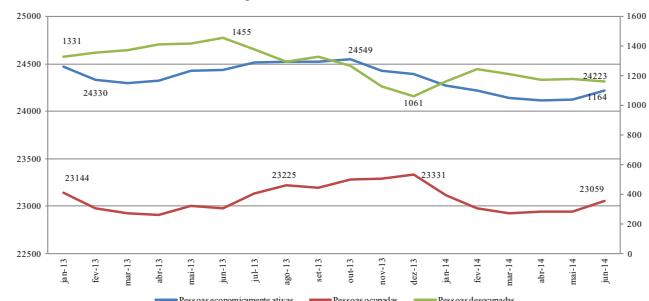
No intuito de se avaliar qualitativamente o comportamento da taxa de desocupação no período analisado, é importante que se analise o comportamento de outras variáveis que compõem a PME, inclusive aquelas que compõem o cálculo da taxa de desocupação, tanto no agregado nacional, como no cenário local (Gráficos 3 e 4).

Como se pode perceber, a População Economicamente Ativa (PEA) do agregado nacional apresentou trajetória de queda entre novembro/2013 e abril/2014, crescendo nos dois meses subsequentes. No caso da Região Nordeste<sup>37</sup>, o comportamento foi semelhante, embora a trajetória de queda da PEA tenha sido interrompida um mês antes. Nesse período de queda

<sup>37</sup> Os dados referentes às regiões metropolitanas de Recife e Salvador foram somados e considerados como representantes da Região Nordeste para fins dessa análise.

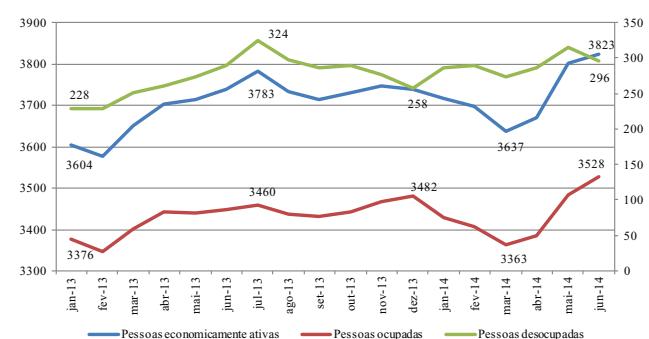
da PEA, considerando tanto o cenário nacional, como o cenário regional, houve também queda no total de pessoas ocupadas e, consequentemente, aumento do total de desocupados. Logo, a diminuição da taxa de desocupação, aparentemente, deve-se principalmente à redução da PEA.

**Gráfico 3 – Evolução da população economicamente ativa, pessoas ocupadas e pessoas desocupadas no Brasil (mil pessoas): janeiro 2013 a junho 2014**



Fonte: IBGE, 2014.

**Gráfico 4 – Evolução da população economicamente ativa, pessoas ocupadas e pessoas desocupadas no Nordeste (mil pessoas): janeiro 2013 a junho 2014**



Fonte: IBGE, 2014.

Uma discussão interessante seria sobre quais os motivos da queda observada na PEA em parte do período analisado, a qual merece um aprofundamento e diversas ponderações. Entretanto, numa primeira argumentação, pode-se considerar como fator explicativo de curto prazo o aumento recente da renda das famílias, especialmente a renda vinculada ao salário mínimo, o que permitiu que parte das pessoas optasse por não trabalhar ou trabalhar menos. Como fator explicativo de médio prazo, pode-se citar a busca por maior qualificação dos mais jovens, sustentada pelo aumento da renda das famílias e pelos programas governamentais de acesso ao ensino superior e técnico (aumento das vagas nas universidades públicas e institutos federais, programa de cotas, FIES, PROUNI, PRONATEC), entre outras questões.

A análise do mercado de trabalho formal con-

templada pelos dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostra cenário de certo arrefecimento na geração de vagas no primeiro semestre de 2014. No contexto nacional, foram criados 588,7 mil novos empregos formais no período, montante bem inferior ao observado no primeiro semestre de 2013, quando foram criadas 826,2 mil vagas no mercado de trabalho brasileiro. A maioria dos setores da economia nacional teve saldo positivo de geração de vagas, com exceção do comércio, que apresentou perda de vagas.

Por outro lado, o mercado de trabalho do Nordeste apresentou perda de vagas de empregos formais, totalizando uma redução de 24,4 mil vagas de trabalho, resultado um pouco melhor do que o ocorrido no mesmo período do ano anterior, quando houve retração de 26,5 mil empregos com carteira assinada, segundo informações fornecidas pelo MTE (CAGED). Em termos estaduais, Pernambuco (-30,5 mil) e Alagoas (-35,2 mil) apresentaram as maiores perdas, influenciadas em ambos os estados pela retração na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, especialmente no setor sucroalcooleiro, puxando assim para baixo o saldo de empregos. Por outro lado, entre os estados em que houve criação de novos empregos celetistas, destacaram-se a Bahia (24,6 mil) e o Ceará (10,9 mil), ambos com bom desempenho no setor de serviços, destacando-se também a Construção Civil no Ceará e a Agropecuária na Bahia. Com relação ao comportamento do mercado de trabalho nos grandes setores, a indústria (-68,1 mil) e o comércio (-10,2 mil) foram os principais responsáveis pelo desempenho negativo regional, o qual foi minimizado pelo bom desempenho do setor de serviços na geração de vagas (61,0 mil). O cenário apresentado de saldo negativo de geração de empregos formais no Comércio, tanto em nível nacional, como em nível regional, representa um arrefecimento do nível de atividade do setor, vem em linha com a expectativa de baixo crescimento econômico em 2014, tendo em vista que o crescimento observado nos últimos anos baseou-se fortemente no consumo das famílias.

Convém mencionar que, no Nordeste, além do setor de serviços, apenas a Administração Pública apresentou saldo líquido positivo de empregos nesse primeiro semestre. A Tabela 1 apresenta os dados do saldo dos empregos formais, por setor, no período Janeiro-Junho/2014, do Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste.

**Tabela 1 – Saldo acumulado de empregos formais, por setores no Brasil, Grandes Regiões e Estados do Nordeste - janeiro a junho de 2014**

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total	Variação (%) 1º Sem14/1º Sem13
<b>Brasil</b>	<b>1.363</b>	<b>44.146</b>	<b>4.867</b>	<b>73.343</b>	<b>-58.096</b>	<b>386.036</b>	<b>26.172</b>	<b>110.840</b>	<b>588.671</b>	<b>-28,75%</b>
Norte	26	-2.743	101	11.470	-5.462	10.695	469	978	15.534	-24,25%
<b>Nordeste</b>	<b>-814</b>	<b>-67.666</b>	<b>329</b>	<b>-5.041</b>	<b>-10.197</b>	<b>61.043</b>	<b>1.521</b>	<b>-3.617</b>	<b>-24.442</b>	<b>8,01%</b>
Maranhão	-48	79	-528	-3.098	-1.703	1.421	-36	36	-3.877	-170,93%
Piauí	46	721	7	579	-629	5.759	5	578	7.066	13,47%
Ceará	-190	-1.224	529	4.405	-3.915	11.385	734	-813	10.911	-17,04%
Rio Grande do Norte	-236	-3.428	267	777	-572	7.015	63	-2.529	1.357	170,42%
Paraíba	42	-4.407	191	2.256	1.093	5.115	22	-4.443	-131	96,62%
Pernambuco	10	-25.142	374	-8.370	-3.322	8.254	-157	-2.185	-30.538	-24,70%
Alagoas	-37	-36.354	-81	640	-1.093	2.341	-21	-602	-35.207	14,47%
Sergipe	-94	-1.091	44	1.812	159	3.322	-29	-2.751	1.372	365,08%
Bahia	-307	3.180	-474	-4.042	-215	16.431	940	9.092	24.605	-7,64%
<b>Sudeste</b>	<b>1.003</b>	<b>33.861</b>	<b>2.848</b>	<b>28.355</b>	<b>-45.649</b>	<b>195.938</b>	<b>16.374</b>	<b>97.279</b>	<b>330.009</b>	<b>-30,38%</b>
Sul	579	61.592	1.208	26.335	2.720	77.901	7.677	-761	177.251	-22,25%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>569</b>	<b>19.102</b>	<b>381</b>	<b>12.224</b>	<b>492</b>	<b>40.459</b>	<b>131</b>	<b>16.961</b>	<b>90.319</b>	<b>-30,64%</b>

Fonte: Brasil (2014).

## Referências

**BRASIL.** Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução de Emprego do CAGED.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/ec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetorEco>>. Acesso em: 26 set. 2014.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** **Pesquisa mensal de emprego.** Rio de Janeiro, agos. 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/)>. Acesso em: 25 set. 2014.



## 5 - SETOR EXTERNO

### BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E NORDESTINA

No primeiro semestre de 2014, as exportações brasileiras atingiram US\$ 110,53 bilhões registrando queda de 3,4% relativamente ao mesmo período do ano passado, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

A desagregação das exportações brasileiras por fator agregado mostra que as vendas dos produtos básicos, responsáveis por metade da pauta, cresceram 3,2% no período em análise. Por outro lado, os produtos manufaturados (35,0%) e semimanufaturados (12,0%) decresceram 9,8% e 9,7%, respectivamente. A soja liderou as exportações (14,6%) apresentando crescimento de 16,8% no valor exportado e 21,9 % na quantidade embarcada. A China foi o principal destino das exportações brasileiras (21,6%), assinalando crescimento de 4,0%, seguida pelos Estados Unidos (11,0%) que aumentaram em 10,9% o valor das compras. Terceiro principal destino das vendas externas (6,7%), a Argentina reduziu suas aquisições em 20,4%, no acumulado janeiro a junho de 2014 ante mesmo período de 2013, reflexo da sua atual crise econômica.

Por outro lado, as importações brasileiras somaram US\$ 113,02 bilhões no acumulado do primeiro semestre, com queda de 3,8% em relação ao semestre do ano passado, consequência da desaceleração da atividade econômica. A decomposição das importações brasileiras por categoria de uso apresentou a seguinte distribuição: Bens Intermediários (39,6%), Bens de Capital (27,8%), Combustíveis e Lubrificantes (19,0%) e Bens de Consumo (13,6%). Todas as categorias apresentaram queda do valor importado.

Petróleo e óleo diesel, principais produtos importados pelo País, registraram redução de 4,2% e 7,2%, respectivamente, como resultado do aumento da produção interna. China (16,3%), Estados Unidos (15,5%) e Argentina (6,2%) foram os principais mercados fornecedores das compras externas do País. Vale ressaltar que, enquanto as compras oriundas da China (+4,7%) e dos Estados Unidos (+0,1%) cresceram, as importações da Argentina decresceram 20,1% devido à redução das compras do setor automotivo: automóveis (-27,9%), partes e peças para veículos automóveis e tratores (-23,8%) e veículos de carga (-7,1%).

**Tabela 1 – Nordeste: exportação e importação - Jan-jun 2014/2013 - US\$ milhões FOB**

Discriminação	Jan-Jun/2014		Jan-Jun/2013		Variação (%)
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	
<b>Exportação</b>	<b>7.506</b>	<b>100,0</b>	<b>7.701</b>	<b>100,0</b>	<b>-2,5</b>
Básicos	1.571	20,9	1.594	20,7	-1,5
Industrializados	5.804	77,3	5.979	77,6	-2,9
Semimanufaturados	2.054	27,4	2.589	33,6	-20,7
Manufaturados	3.751	50,0	3.391	44,0	10,6
Op. especiais	131	1,8	128	1,7	3,0
<b>Importação</b>	<b>13.760</b>	<b>100,0</b>	<b>14.215</b>	<b>100,0</b>	<b>-3,2</b>
Bens de capital	2.000	14,5	2.268	16,0	-11,8
Bens intermediários	4.451	32,3	4.647	32,7	-4,2
Bens de consumo	1.268	9,2	1.195	8,4	6,1
Bens duráveis	723	5,3	633	4,5	14,3
Bens não duráveis	544	4,0	562	4,0	-3,2
Combustíveis e lubrificantes	6.041	43,9	6.105	43,0	-1,1
<b>Saldo</b>	<b>-6.253</b>	-	<b>-6.513</b>	-	<b>-4,0</b>

Fonte: Elaboração ETENE com dados de SECEX/MDIC.

Como resultado do comportamento das exportações e importações brasileiras nos seis primeiros meses do ano em curso, o saldo da balança comercial apresentou déficit de US\$ 2,49 bilhões, menor do que o apresentado no mesmo período do ano passado (-US\$ 3,07 bilhões).

No País, somente as regiões Norte (US\$ 1,42 bilhão) e Centro-Oeste (US\$ 8,9 bilhões) registraram superávit na balança comercial no semestre. As demais apresentaram déficit: Sul (-US\$ 1,5 bilhão), Sudeste (-US\$ 6,8 bilhões) e Nordeste (-US\$ 6,2 bilhões).

O déficit apresentado pela Região Nordeste resultou de exportações de US\$ 7,5 bilhões de exportações e US\$ 13,7 bilhões de importações.

Pelo lado das exportações nordestinas, houve, entre janeiro e junho de 2014, decréscimo de 2,5% relativamente aos valores registrados em igual semestre do ano anterior. As exportações de produtos industrializados participaram com 77,3% da pauta de exportações nordestinas e registraram queda de 2,9% no valor exportado nesse período. Por outro lado, os produtos básicos contribuindo com 20,9%, retrocederam 1,5%, no período em análise.

Metade da pauta exportadora da Região está concentrada em sete produtos: “Fuel-oil” (12,9%), Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (11,2%), Pasta química de madeira de não conífera a soda ou a sulfato (9,6%), Alumina calcinada (5,8%), Outros açúcares de cana (4,7%), Automóveis com motor de explosão (3,2%) e Pasta química de madeira, para dissolução (2,3%).

Enquanto os embarques de “Fuel-oil” e de Pasta química de madeira de não conífera aumentaram 82,2% e 21,8% no período em foco as vendas de Outros açúcares de cana (-45,8%) e de Automóveis (-30,9%) recuaram significativamente, no primeiro semestre de 2014, comparativamente ao primeiro semestre de 2013.

A Petrobras, maior empresa exportadora da Região com 14,4% de participação, registrou aumento de 71,4% nas vendas externas. Em seguida, aparecem a Braskem S.A. (7,7%) e a Bahia Sul Celulose S.A. (7,3).

Vale ressaltar que cinco países absorveram 54,7% das exportações nordestinas: China (14,2%), Estados Unidos (13,3%), Holanda (10,1%), Argentina (8,75%) e Antilhas Holandesas (7,4%). As vendas da Região destinadas à China (-5,1%), Estados Unidos (-6,8%) e Argentina (-12,0%) retrocederam enquanto para as Antilhas Holandesas (+78,8%) e a Holanda (+30,9%) registraram aumento.

A China, com aquisições no valor de US\$ 1,068 milhão, concentrou suas compras em Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (39,7%), Pasta química de madeira de não conífera à soda ou a sulfato, semi-branqueadas ou branqueadas (22,2%), Pasta química de madeira, para dissolução (11,8%) e Catodos de cobre refinado e seus elementos, em forma bruta (9,7%).

A redução de 5,1% nas vendas destinadas ao País decorreu da queda das exportações de Catodos de cobre (- 53,9%) e da soja (-12,7%).

Do lado das importações nordestinas, houve retração de 3,2% nos valores importados no primeiro semestre de 2014 relativamente ao mesmo período no ano anterior. Segundo a categoria de uso, a queda foi devida principalmente à redução nas aquisições de bens de capital (-11,8%) e bens intermediários (-4,2%), o que reforça a desaceleração do nível de investimento e da atividade industrial.

Em valores absolutos, as maiores quedas foram nas aquisições de Outras gasolinás, exceto para aviação (- US\$ 638,6 milhões), Gás natural liquefeito (- US\$ 241,1 milhões), Querosenes de aviação (-US\$ 232,1 milhões), Outros trigos e misturas de trigo com centeio (-US\$ 171,0 milhões) e Sulfetos de minérios de cobre (-US\$ 135,4 milhões).

Os Estados Unidos (27,1%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (9,4%) e Argentina (6,6%). Vale ressaltar que, no primeiro semestre de 2014 frente ao mesmo período de 2012, as compras adquiridas dos Estados Unidos cresceram 16,9%, enquanto as aquisições originárias da China (-5,5%) e Argentina (-31,5%) decresceram.

Dos estados nordestinos, apenas Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia registraram saldo positivo na balança comercial. A análise do comportamento do fluxo comercial de cada estado a seguir mostra, com mais detalhes, o desempenho da balança comercial da Região Nordeste.

## Alagoas

O estado de Alagoas exportou US\$ 382,2 milhões entre janeiro e junho de 2014, valor 36,2% inferior ao realizado em mesmo período de 2013. Esse resultado decorreu da queda 40,9% do valor e 25,8% da quantidade exportada de Outros açúcares de cana, principal produto da pauta alagoana. A Rússia (42,7%), Canadá (13,4%) e Estados Unidos (10,4%) foram os principais países de destino das exportações.

As importações alagoanas registraram acréscimo de 26,1% do valor, atingindo US\$ 253,8 milhões no primeiro semestre de 2014 contra US\$ 201,3 milhões alcançados no mesmo período de 2013. Foram importados, principalmente, bens intermediários (54,3%), notadamente insumos industriais (44,7%). Em valores absolutos, entretanto, os maiores acréscimos foram em Bens de capital, exceto equipamentos de transporte de uso industrial (+US\$ 26,2 milhões) e em Bens de consumo não duráveis (+US\$ 20,9 milhões). O superávit da balança comercial do Estado foi da ordem de US\$ 128,4 milhões.

**Tabela 2 – Alagoas: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	(%)	Valor	(%)	
Outros açúcares de cana	319.265	83,5	540.492	90,2	-40,9
Demais produtos	62.955	16,5	58.825	9,8	7,0
Total geral	382.220,716	100,0	599.316,308	100,0	-36,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

## Bahia

A Bahia é responsável por 59,0% das exportações e 30,8% das importações do Nordeste. O Estado registrou superávit em sua balança comercial de US\$ 186,6 milhões, resultado de US\$ 4.428,9 milhões de exportações e US\$ 4.242,3 milhões de importações realizadas entre janeiro e junho de 2014. Nesse período, enquanto as exportações baianas caíram 5,6%, as importações expandiram-se em 4,6%, relativamente a janeiro/junho de 2013.

O principal item da pauta exportadora baiana foi o produto Fuel oil. Participando com 15,7% do total exportado, o produto apresentou expressivo crescimento de 33,3% nos seis primeiros meses de 2014 comparativamente ao mesmo período no ano anterior devido ao aumento da produção interna.

As vendas dos produtos catodos de cobre refinado (- 59,9%) e automóveis com motor a explosão (- 30,9%) apresentaram as maiores reduções, na comparação com o primeiro semestre de 2014 relativamente ao mesmo intervalo de 2013.

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (17,8%), Estados Unidos (13,1%), Antilhas Holandesas (10,8%), Argentina (10,5%) e Holanda (7,9%) foram responsáveis por 60,0% do total exportado. Destes, apenas as Antilhas Holandesas apresentaram crescimento de 58,4% no período janeiro a junho de 2014 frente a janeiro a junho de 2013.

As importações baianas, segundo as categorias de uso, estão distribuídas em Bens Intermediários (45,4%) com destaque para os insumos industriais (37,8%), Bens de Capital (18,1%), Combustíveis e Lubrificantes (22,3%) e Bens de Consumo (13,9%). Os principais produtos importados foram naftas para petroquímica (23,2%), sulfetos de minérios de cobre (11,3%) e automóveis (10,3%).

**Tabela 3 – Bahia - principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
"Fuel-oil"	696.793	15,7	522.824	11,1	33,3
Pasta quim.ma-deira de n/conif.a soda/sulfato,	585.441	13,2	589.492	12,6	-0,7
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	501.913	11,3	530.517	11,3	-5,4
Automoveis c/ motor explosao	241.312	5,5	349.398	7,5	-30,9
Pasta quimica de madeira,para dissolucao	173.981	3,9	166.544	3,6	4,5
Bagacos e outs. resíduos sólidos	171.571	3,9	151.028	3,2	13,6
Propeno (propeno) não saturado	140.165	3,2	133.172	2,8	5,3
Catodos de cobre refinado/seus elementos	107.021	2,4	266.873	5,7	-59,9
Pneus novos para automoveis de passageiros	97.215	2,2	95.430	2,0	1,9
Tolueno	80.558	1,8	12.391	0,3	550,1
Demais produtos	1.632.966	36,9	1.874.052	39,9	-12,9
Total geral	4.428.936	100,0	4.691.721	100,0	-5,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

## Ceará

O estado do Ceará exportou US\$ 751,7 milhões no primeiro semestre de 2014, registrando crescimento de 38,6% nas vendas, relativamente a janeiro-junho de 2013. A exportação do produto Fuel oil (óleo combustíveis) pela Petrobrás foi responsável pelo resultado positivo das vendas externas cearenses. O produto tem como destino o abastecimento das embarcações que realizam navegação de longo prazo no Porto do Pecém.

Segundo na pauta de exportação, Couros e peles detêm 8,2% das vendas externas cearenses, assinalando crescimento de 19,0% no primeiro semestre de 2014 comparativamente ao mesmo período de 2013. Em seguida, vêm Calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras, etc. com 7,3% das vendas externas e 16,4% de incremento no período em foco. Vale ressaltar que o Estado vendeu 26,8 milhões de pares e é o segundo maior exportador de calçados em termos de valor. Em primeiro lugar está o Rio Grande do Sul (Abicalçados, 2014).

Holanda (21,9%), Estados Unidos (12,9%), Antilhas Holandesas (10,2%) e Cingapura (8,5%) foram os principais destinos das exportações cearenses.

As importações cearenses, por seu turno, somaram US\$ 1.420,2 milhões, no acumulado do primeiro semestre de 2014, retração de 18,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda decorreu, principalmente, da redução nas aquisições de Gás natural, liquefeito (-58,2%) e Outros trigos e misturas de

trigo com centeio (-47,9%).

No período comparativo ao primeiro semestre de 2014 frente a 2013, o déficit da balança comercial do Estado passou de US\$ 1.200,2 milhões para US\$ 668,4 milhões.

**Tabela 4 – Ceará: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
"Fuel-oil"	271.371	36,1	---	---	---
Couros/peles, bovinos	61.562	8,2	51.718	9,5	19,0
Calcados de borracha/plast.	54.560	7,3	46.894	8,7	16,4
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	47.107	6,3	54.006	10,0	-12,8
Outs. calç. cobr. tornoz. part. sup. borr., plást.	46.883	6,2	50.308	9,3	-6,8
Ceras vegetais	32.364	4,3	29.162	5,4	11,0
Outs. calçados. sol.ext.borr./plást. couro/nat.	21.755	2,9	19.499	3,6	11,6
Meloes frescos	20.355	2,7	24.048	4,4	-15,4
Sucos (sumo) de outras frutas	18.561	2,5	23.280	4,3	-20,3
Outs.couros/ peles, int.bovinos, prepars.etc.	14.016	1,9	9.681	1,8	44,8
Outs.couros/ peles, int.bovinos, pena fl.prepars	12.608	1,7	14.866	2,7	-15,2
Demais produtos	150.518	20,1	218.790	40,3	-31,2
Total geral	751.660	100,0	542.253	100,0	38,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

## Maranhão

O Maranhão é o segundo estado que mais contribuiu com as exportações nordestinas (14,9%). Nos primeiros seis meses de 2014, exportou US\$ 1.116,2 milhões, valor 4,5% inferior ao registrado em igual período de 2013. As importações maranhenses, por outro lado, registraram redução bem maior, 18,3%, alcançando US\$ 3.435,7 milhões nesse período. Por conseguinte, a balança comercial registrou saldo negativo de US\$ 3.037,4 milhões.

A queda na quantidade exportada dos produtos ferro fundido bruto não ligado (-28,7%) e soja, mesmo triturada (-16,9%) concorreram para o recuo das exportações totais maranhenses. Por outro lado, o principal produto de exportação maranhense, alumina calcinada, registrou incremento de receita de 7,0%, decorrente do aumento de 7,4% na quantidade exportada no período em análise. Vale ressaltar a entrada em operação da fábrica da Suzano Papel e Celulose - Unidade Imperatriz que embarcou 261,0 mil toneladas de pasta química de madeira que já é o quarto item da pauta de exportação.

As exportações tiveram como principal destino a China (19,7%), Estados Unidos (17,4%) e Canadá (13,5%).

Com relação às categorias de uso dos produtos importados, todos os grupos decresceram nos primeiros seis meses do ano comparativamente ao mesmo período do ano anterior: Bens de capital (-55,2%), Bens intermediários (-14,9%), Bens de consumo (-30,0%), Combustíveis e lubrificantes (-12,7%). Este último respondendo por 81,9% das aquisições totais.

**Tabela 5 – Maranhão: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Alumina calcinada	436.780	39,1	408.231	34,9	7,0
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	288.525	25,9	305.422	26,1	-5,5
Ferro fundido bruto não ligado	163.754	14,7	233.256	20,0	-29,8
Pasta quím. madeira de n/conif. a soda/sulfato,	132.343	11,9	---	---	---
Consumo de bordo, combustíveis e lubrif.	30.158	2,7	21.272	1,8	41,8
Bulhão dourado, para uso não monetário	29.185	2,6	---	---	---
Algodão simplesmente debulhado, não cardado	13.191	1,2	19.185	1,6	-31,2
Demais produtos	22.289	2,0	181.014	15,5	-87,7
Total geral	1.116.226	100,0	1.168.380	100,0	-4,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

## Paraíba

O estado da Paraíba exportou, no primeiro semestre deste ano, US\$ 86,6 milhões, 17,6% inferior ao total registrado no mesmo período de 2013. Esse resultado decorreu da interrupção das exportações de dois importantes produtos da pauta paraibana: Outros açúcares de cana ou de beterraba e sacarose, quimicamente pura e de Outros álcool etílico que em 2013 participaram com 9,1% e 4,9%, respectivamente, da pauta paraibana. A queda das vendas de Outros açúcares de cana (-74,5%) também concorreu para esse desempenho.

As exportações paraibanas de calçados que respondem por quase 60% da pauta exportadora do Estado também decaíram nesse período. Vale, entretanto registrar o incremento de 264,5% das exportações de sucos de outras frutas efetuada pela empresa Indústria Alimentícia do Vale Ltda.

Pelo lado das importações, foram US\$ 333,6 milhões de compras, queda de 4,9% nesse período.

Os principais produtos importados foram calçados (23,0%), malte (8,02%) e outros trigos e misturas de trigo com centeio (7,5%).

**Tabela 6 – Paraíba: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calcados de borracha/plast.	51.718	59,7	52.595	50,1	-1,7
Sucos (sumo) de outras frutas	9.808	11,3	2.691	2,6	264,5
Ilmenita (minérios de titânio)	7.333	8,5	7.222	6,9	1,5
Outros acucares de cana	2.564	3,0	10.051	9,6	-74,5
Mamões (papaias) frescos	2.427	2,8	2.069	2,0	17,3
Demais produtos	12.766	14,7	30.436	28,9	-58,1
Total geral	86.615	100,0	105.064	100,0	-17,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

## Pernambuco

As vendas externas de Pernambuco somaram US\$ 511,8 milhões no acumulado jan-jun de 2014, crescimento de 38,1% sobre mesmo período de 2013. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 3.733,9 milhões, incremento de 13,2% nesse período, gerando déficit na balança comercial de US\$ 3.222,0 milhões.

As exportações dos produtos ácido tereftálico e seus sais, Outros compressores de gases e de Outros grupos geradores foram responsáveis pelo bom desempenho das exportações.

Os principais destinos das vendas externas pernambucanas foram a Holanda, Argentina, Venezuela e Estados Unidos, absorvendo quase 60% do total da pauta de exportação pernambucana. Destes, apenas os Estados Unidos registraram queda de 35,3% nas suas aquisições, no período em foco.

A pauta de importação do estado de Pernambuco, nos seis primeiros meses de 2014, foi composta, principalmente de insumos industriais (30,9%) e de combustíveis e lubrificantes (47,1%). Estados Unidos (43,1%), China (8,2%) e Holanda (6,8%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas.

**Tabela 7 – Pernambuco: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Ácido tereftálico e seus sais	80.760	15,8	13.511	3,7	497,7
Outs.compressores de gases	73.483	14,4	---	---	---
Outs.acucares de cana, beterraba, sacarose	56.227	11,0	62.954	17,0	-10,7
Outros grupos eletrog.	48.354	9,5	---	---	---
Outros acucares de cana	30.875	6,0	97.021	26,2	-68,2
Tereftalato de polietileno em forma primária	29.230	5,7	22.590	6,1	29,4
Outros acumuladores elet de chumbo	20.658	4,0	15.155	4,1	36,3
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.	18.625	3,6	20.078	5,4	-7,2
Rolhas,outs. tampas e acess.p/ embalagem	16.515	3,2	6.406	1,7	157,8
Outras chapas,etc. de outras plásticos	14.148	2,8	13.493	3,6	4,9
Mangas frescas ou secas	13.149	2,6	9.710	2,6	35,4
Limões e limas,frescos ou secos	7.967	1,6	3.436	0,9	131,9
Demais produtos	101.867	19,9	106.310	28,7	-4,2
Total geral	511.858	100,0	370.665	100,0	38,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

## Piauí

As exportações do Piauí somaram US\$ 82,2 milhões no acumulado do primeiro semestre. Apenas dois produtos, soja e ceras vegetais, responderam por quase 80% da pauta exportadora do Estado. Vale ressaltar o desempenho das exportações de mel natural que atingiram US\$ 4.843,2 mil e 1.275,4 toneladas, incremento de 677,0% no valor e de 744,3% na quantidade em comparação ao primeiro semestre do ano passado.

**Tabela 8 – Piauí: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	36.110	43,9	34.764	48,4	3,9
Ceras vegetais	29.552	35,9	21.639	30,1	36,6
Algodão simplesmente debulhado,nao cardado	6.023	7,3	5.884	8,2	2,4
Mel natural	4.843	5,9	623	0,9	677,0
Demais produtos	5.694	6,9	8.982	12,5	-36,6
Total geral	82.221	100,0	71.893	100,0	14,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

A China (23,1%) e os Estados Unidos (18,6%) foram os principais compradores dos produtos piauienses. Entretanto, as vendas para os Estados Unidos cresceram 122,6%, enquanto a China reduziu em 21,0% suas aquisições.

As importações piauienses (US\$ 139,0 milhões) registraram elevação de 78,0% no período em análise. Esse acréscimo foi puxado pelo aumento nas compras de insumos industriais (+76,1%) que representam 84,2% do total importado. China (35,4%) e Rússia (17,4%) foram os principais mercados fornecedores, com incremento de 65,1% e 205,6%, respectivamente, nas vendas para o Estado.

## Rio Grande do Norte

As exportações potiguaras nos primeiros seis meses do ano, somaram US\$ 106,7 milhões, registrando ligeiro decréscimo de 0,8% relativamente ao mesmo período do ano passado. A análise por fator agregado mostra que, no acumulado do ano, as vendas dos produtos básicos representaram 68,2% da pauta e os industrializados 27,4%. Comparativamente a igual período de 2013, os básicos aumentaram as vendas em 18,4% e os industrializados retrocederam 26,8%.

**Tabela 9 – Rio Grande do Norte: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Melões frescos	15.195	14,2	16.426	15,3	-7,5
Castanha de caju,fresca ou seca, sem casca	11.419	10,7	14.497	13,5	-21,2
Sal marinho, a granel, sem agregados	6.943	6,5	2.952	2,7	135,2
Outras chapas etc. de outras plásticos, estrat.	5.629	5,3	3.884	3,6	44,9
Minérios de tungstênio e seus concentrados	5.516	5,2	2.298	2,1	140,1
Outs. prod. de origem animal, impróp. p/ alim. hum.	5.462	5,1	6.182	5,8	-11,7
Bombons, caramelos, confeteios e pastilhas	5.397	5,1	9.963	9,3	-45,8
Bananas frescas ou secas, exc. bananas da terra	5.256	4,9	4.826	4,5	8,9
Tecido de algodão>=85%, branqueado, pto. sarjado	4.805	4,5	936	0,9	413,6
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/ae	4.355	4,1	5.841	5,4	-25,4
Demais produtos	36.717	34,4	39.797	37,0	-7,7
Total geral	106.695	100,0	107.601	100,0	-0,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

Metade das vendas externas do Estado destinaram-se aos Estados Unidos (18,3%), Espanha (12,6%), Holanda (12,5%) e China (6,8%). Enquanto as exportações para os Estados Unidos declinaram 35,4%, a China aumentou suas compras em 169,1%.

Quanto às importações, o estado do Rio Grande do Norte comprou US\$ 92,4 milhões, redução de 29,6% no confronto jan-jun 2014/jan-jun 2013. O trigo foi o principal produto, representando 16,0% do total importado. A balança comercial do Estado registrou saldo positivo de US\$ 14,2 milhões.

## Sergipe

O estado de Sergipe exportou US\$ 40,1 milhões no primeiro semestre deste ano, reduzindo suas receitas em 9,5%, em comparação com igual período do ano anterior. Do mesmo modo, as importações do Estado (US\$ 108,5 milhões) recuaram em 32,8% nesse período, gerando déficit na balança comercial de US\$ 68,4 milhões contra US\$ 117,2 milhões no primeiro semestre do ano anterior.

As exportações de Outros sucos de outros cítricos e de Sucos de laranjas, congelados, não fermentados responderam por 59,1% do total da pauta sergipana, no período analisado. As principais empresas exportadoras desses produtos foram a Tropfruit Nordeste S.A. e Maratá Sucos do Nordeste Ltda. e tiveram como destino a Holanda.

**Tabela 10 – Sergipe: principais produtos exportados - jan/jun - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos	Jan - jun/2014		Jan - jun/2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Outs.sucos de outs.cítricos	14.973.615	37,4	96.438	0,2	---
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	8.697.959	21,7	22.277.664	50,3	-61,0
Outs. calç. cobr. tornoz. part. sup. borr., plást.	3.635.648	9,1	3.421.275	7,7	6,3
Outros açúcares de cana	2.268.349	5,7	3.937.629	8,9	-42,4
Outs. calçados. sol. ext. borr./plást. couro/nat.	2.000.197	5,0	2.239.723	5,1	-10,7
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose	1.794.311	4,5	3.550.244	8,0	-49,5
Demais produtos	6.695.654	16,7	8.764.114	19,8	-23,6
Total geral	40.065.733	100,0	44.287.087	100,0	-9,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene com dados de SECEX/MDIC.

As importações sergipanas, segundo as categorias de uso, estão concentradas em Bens Intermediários (70,8%) distribuídos nos subitens: insumos industriais (56,5%) e Alimentos e bebidas destinados à indústria (12,3%). As compras externas tiveram como origem,

principalmente, os Estados Unidos (22,0%), Marrocos (12,5%) e Uruguai (11,1%). Enquanto decresceram as aquisições dos Estados Unidos (-28,3%), as compras oriundas do Marrocos e Uruguai aumentaram em 293,4% e 99,0%, respectivamente, no período comparativo de janeiro-junho de 2014 com o mesmo período de 2013.

## Referências

**ABICALÇADOS. Junho registra leve recuperação nas exportações de calçados** 11/07/2014. Disponível em: [http://www.abicalcados.com.br/site/noticias\\_detalhes.php?id=337](http://www.abicalcados.com.br/site/noticias_detalhes.php?id=337). Acesso em 08/08/2014.

**BRASIL.** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Balança comercial por unidade de federação.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 25 jun. 2014.



# 6 - FINANÇAS PÚBLICAS

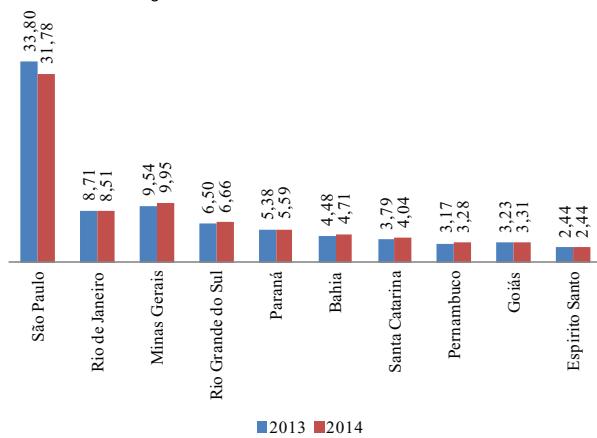
## 6.1 Arrecadação de ICMS

**A**análise da arrecadação do ICMS da Região Nordeste, se concentra nos dados de janeiro a junho de 2014, comparados com o mesmo período de 2013. A fonte básica de dados é o Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE). Lacunas nas informações nos fizeram pesquisar nos sites estaduais da Fazenda e no Banco Central do Brasil.<sup>38</sup> O ICMS é um indicador macroeconômico que segue a tendência de concentração da dinâmica econômica do País. Dez estados concentram cerca de 80% da arrecadação do ICMS. O Gráfico 1 apresenta este seletivo grupo, em que aparecem dois estados da Região Nordeste, Bahia e Pernambuco, com 4,7% e 3,3% do total da arrecadação em 2014, respectivamente. Observe que todos os estados das regiões Sul e Sudeste fazem parte do grupo, sendo Goiás o representante do Centro-Oeste. Houve uma leve desconcentração da arrecadação entre os dois períodos. Em 2013, 1º semestre, os dez principais estados arrecadadores de ICMS detinham 81,0% do total. Agora, em 2014, têm 80,3% e se observa uma pequena elevação nos dois estados do Nordeste, Bahia: 4,5% (2013) para 4,7% (2014) e Pernambuco; 3,2% (2013) para 3,3% (2014).

A arrecadação do ICMS do Nordeste vem superando a do Brasil. Enquanto a Região cresceu em 2014 (1º semestre), com relação a 2013, 10,7% (arrecadação de R\$ 30,2 Bilhões em 2014) e 4,3% em termos reais<sup>39</sup>, o Brasil cresceu 6,0% (arrecadação de R\$ 187,5 Bilhões em 2014) e -0,1%, respectivamente, ver Tabela 1. O ICMS pode ser visto como um dos indicadores antecedentes da atividade econômica, dado sua estreita relação com o comércio e a produção industrial. Observa-se uma atividade econômica estagnada no Brasil,

queda de 0,1%, não muito distante dos valores divulgados para o PIB pelo IBGE. Enquanto isso, a atividade econômica da Região destoa do ritmo brasileiro, o que também é sinalizado pelas instituições de pesquisas estaduais. A expectativa é que o Nordeste tenha crescimento acima dos 2,0% enquanto a atividade no País fique em torno dos 0,5%.

**Gráfico 1 – Principais estados arrecadadores do ICMS – participação % - janeiro a junho**



Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: Elaboração BNB/Etene, Conjuntura Econômica.

Todos os estados nordestinos tiveram crescimento real, mas com uma dispersão elevada. Enquanto Maranhão teve um crescimento real de apenas 1,3%, Paraíba evoluiu em ritmo diferenciado, 9,6%.

Os estados com destaque para a arrecadação positiva, acima do percentual da Região (10,0%), são Paraíba e Bahia. O interessante a se observar na Paraíba é que os principais setores arrecadadores não tiveram crescimento acima da média estadual, 16,3%, apenas “petróleo, combustível e lubrificantes” fica muito próximo, 16,2% e representa 23,5% da arrecadação de 2014. O destaque fica para “outras fontes de receitas” que não teve nenhuma arrecadação em 2013 e chega em 2014 ao valor de R\$ 49,7 milhões. No caso da Bahia, os dois principais setores arrecadadores, “secundário” e “terciário”, que representam 66,3% da arrecadação

38 Alguns estados têm meses estimados: Acre, Rondônia, Roraima e Sergipe (apenas o mês de maio). Os dados de Alagoas foram extraídos da Secretaria da Fazenda Estadual, mas a análise detalhada da arrecadação ficou comprometida, pois nesse nível de detalhamento não foi possível coletar informações a partir do site estadual. Isto também aconteceu com o Rio Grande do Sul.

39 O índice utilizado foi o IPCA médio de 2013 e 2014 (janeiro a junho).

de 2014, cresceram acima da média estadual, 16,6% e 12,1%, respectivamente.

**Tabela 1 – Arrecadação do ICMS – Nordeste – janeiro a junho (R\$ milhões)**

Estados/Região	2013	Part. %	2014	Part. %	Var. %	Var. Real % <sup>1</sup>
Alagoas	1.330,42	0,75	1.467,31	0,78	10,29	3,95
Bahia	7.932,41	4,48	8.809,74	4,70	11,06	4,67
Ceará	4.039,91	2,28	4.477,44	2,39	10,83	4,46
Maranhão	2.073,71	1,17	2.229,34	1,19	7,51	1,32
Paraíba	1.839,29	1,04	2.139,15	1,14	16,30	9,61
Pernambuco	5.601,29	3,17	6.143,77	3,28	9,69	3,38
Piauí	1.271,87	0,72	1.409,10	0,75	10,79	4,42
Rio Grande do Norte	1.907,86	1,08	2.115,64	1,13	10,89	4,51
Sergipe	1.247,68	0,71	1.358,63	0,72	8,89	2,63
Nordeste	27.244,43	15,40	30.150,12	16,08	10,67	4,30
Brasil	<b>176.960,55</b>	<b>100,00</b>	<b>187.513,63</b>	<b>100,00</b>	<b>5,96</b>	<b>-0,13</b>

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, a partir de Brasil, 2014a.

Nota: Inflação, IPCA médio de janeiro a junho, 2013 e 2014.

As menores arrecadações no 1º semestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, foram Maranhão e Sergipe. No Maranhão, o crescimento nominal da arrecadação no setor “petróleo, combustíveis e lubrificantes”, 31,4%, e que representa 34,1% da arrecadação estadual, não compensou os baixos crescimentos em dois setores relevantes para a arrecadação estadual: setor “secundário”, queda de -12,4%, e setor “terciário” crescimento de apenas 1,8%. Em Sergipe, os três grandes setores arrecadadores: “secundário”, “terciário” e “petróleo, combustíveis e lubrificantes”, que representam 85,2% da arrecadação estadual, tiveram queda de -12,1%, -9,9% e -7,3%, respectivamente.

Um grupo de 21 estados decidiu elaborar uma proposta para acabar com a chamada guerra fiscal, por meio do convênio ICMS nº 70, firmado perante o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Eles comprometem-se em retirar os benefícios fiscais concedidos sem aprovação do órgão, assim como conceder uma anistia fiscal a todos os contribuintes que foram autuados por terem utilizado esses incentivos. Por ora a medida não tem efeito prático, porque para que os atos do CONFAZ tenham validade, é necessário unanimidade, mas foi uma forma de dar um recado para empresários e políticos, de que quando for possível assinar uma norma que põe fim à guerra fiscal serão observadas essas condições e, também, pressionar pela aprovação do Projeto de Lei nº 130, que tramita no Senado, que acaba com a unanimidade de votos no CONFAZ e estabelece quorum de três quintos nas votações. Ceará e Rio Grande do Norte não assinaram o convênio. Cabe alertar que tramita no Supremo Tribunal Federal a súmula vinculante que considera inconstitucionais benefícios sem autorização do CONFAZ.

## 6.2 Fundos Constitucionais

As projeções para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2014, ainda estão alicerçadas em um crescimento de 1,8% da atividade econômica, que estão fora da realidade, inclusive já atestadas pelo governo federal. Este deve rever seus dados, agora no final de setembro, com o novo relatório de programação financeira. A expectativa é que o governo federal trabalhe com um PIB de 2014 entre 0,5% e 1,0%. Se ficar próximo a 0,75%, com as novas previsões, haverá uma perda no FPE e FPM na ordem dos R\$ 600 milhões. Quanto às previsões dentro do FPM para a Região Nordeste, para as capitais e os municípios da reserva (aqueles com mais de 142.633 habitantes), os coeficientes de 2014, comparados com os de 2013, deverão gerar um pequeno acréscimo para as capitais (em torno dos R\$ 1,4 milhão) e um decréscimo para os municípios da reserva (em torno dos R\$ 27,3 milhões). Como veremos, as transferências constitucionais em 2014 têm uma variação muito acima do que vemos na atividade econômica do País, sinalizando uma clara e disfuncional dicotomia entre arrecadação tributária (base das transferências) e PIB. Cabe observar que, das principais fontes de recursos dos estados e municípios da Região (ICMS, FPE, FPM e Transferências Voluntárias), as transferências constitucionais representam 46,9% destas.

A Tabela 2 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 9,6%, no período analisado, janeiro a junho de 2014, com relação ao mesmo período de 2012. Em termos reais, ocorreu um aumento de 3,3%<sup>40</sup>, desempenho abaixo do crescimento observado no ICMS Nordeste no mesmo período (10,7% e 4,3% de variação real). Cabe observar que o FPE caiu em 2012, 2,2% em termos reais, cresceu em 2013, 1,3% e tem um crescimento mais robusto no 1º semestre de 2014.

**Tabela 2 – Fundo de Participação dos Estados – FPE – janeiro a junho (R\$ milhões)**

Estados/Região	2013	2014	Participação
Alagoas	1.185,87	1.299,20	4,16
Bahia	2.678,46	2.934,44	9,40
Ceará	2.091,44	2.291,32	7,34
Maranhão	2.057,60	2.254,25	7,22
Paraíba	1.365,11	1.495,57	4,79
Pernambuco	1.966,95	2.154,93	6,90
Piauí	1.231,85	1.349,57	4,32
Rio Grande do Norte	1.190,94	1.304,76	4,18
Sergipe	1.184,50	1.297,70	4,16
Nordeste	<b>14.952,72</b>	<b>16.381,74</b>	<b>52,46</b>
Brasil	<b>28.505,75</b>	<b>31.230,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, a partir de Brasil, 2014b.

Nota: Já deduzidos valores do FUNDEB.

<sup>40</sup> O índice de inflação utilizado, IPCA, valores médios de 2013 e 2014, no período janeiro a junho.

As transferências do FPM para o Brasil tiveram crescimento exatamente igual ao FPE, 9,6%. Para a Região Nordeste, o crescimento foi similar, 9,7%, conforme indicado na Tabela 3. A dispersão da variação do FPM é muito pequena, Bahia teve o maior crescimento, 9,9% e Maranhão e Pernambuco os menores, 9,5%.

**Tabela 3 – Fundo de Participação dos Municípios – FPM – janeiro a junho (R\$ milhões)**

Estados/Região	2013	2014	Participação	Var. (%)	Var. Real (%)
Alagoas	709,90	779,16	2,38	9,76	3,44
Bahia	2.722,82	2.993,52	9,16	9,94	3,62
Ceará	1.480,78	1.623,73	4,97	9,65	3,35
Maranhão	1.240,32	1.358,70	4,16	9,54	3,24
Paraíba	963,61	1.056,73	3,23	9,66	3,36
Pernambuco	1.469,50	1.609,25	4,92	9,51	3,21
Piauí	790,62	867,60	2,65	9,74	3,43
Rio Grande do Norte	751,21	823,40	2,52	9,61	3,31
Sergipe	444,92	488,18	1,49	9,72	3,41
Nordeste	10.573,68	11.600,27	35,49	9,71	3,40
<b>Brasil</b>	<b>29.831,60</b>	<b>32.682,59</b>	<b>100,00</b>	<b>9,56</b>	<b>3,26</b>

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, a partir de Brasil, 2014b.

Nota: Já deduzidos valores do FUNDEB.

As transferências para todas as capitais do País (Brasil), tiveram crescimento igual ao FPE e FPM. As capitais da Região Nordeste foram melhor aquinhoadas, com um crescimento de 10,8% (4,4% em termos reais), ver Tabela 4.

**Tabela 4 – Fundo de Participação dos Municípios – Capitais – FPMc – janeiro a junho – (R\$ milhões)**

Estados/Região	2013	2014	Participação	Var. (%)	Var. Real (%)
Alagoas	156,64	173,55	5,23	10,80	4,43
Bahia	225,55	249,91	7,53	10,80	4,43
Ceará	250,62	277,68	8,37	10,80	4,43
Maranhão	156,64	173,55	5,23	10,80	4,43
Paraíba	125,31	138,84	4,18	10,80	4,43
Pernambuco	157,89	174,94	5,27	10,80	4,43
Piauí	156,64	173,55	5,23	10,80	4,43
Rio Grande do Norte	100,25	111,07	3,35	10,80	4,43
Sergipe	90,22	99,96	3,01	10,80	4,43
Nordeste	1.419,74	1.573,04	47,41	10,80	4,43
<b>Brasil</b>	<b>2.983,16</b>	<b>3.268,26</b>	<b>100,00</b>	<b>9,56</b>	<b>3,26</b>

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, a partir de Brasil, 2014b.

Nota: Já deduzidos valores do FUNDEB.

### 6.3 Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, decorrem da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares. Não estão incluídos os recursos do Sistema Único de Saúde, nem transferências para pagamento de pessoal. No ano de 2014, 1º semestre, foram de R\$ 4,4 bilhões, conforme mostra a Tabela 5. Os estados nordestinos captaram 34,6% dessas transferências, R\$ 1,5 bilhão. As transferências para a Região caíram em 7,6%, em termos nominais, comparando com as transferências de 2013 no mesmo período. Em termos reais, a queda foi de 13,1%<sup>41</sup>. Detalhando a queda das transferências voluntárias para a Região, observa-se uma redução de 5,4% nas transferências para os municípios (R\$ 65 milhões) e redução 14,3% para os estados (R\$ 62 milhões). Duas regiões tiveram crescimento no período, o Norte com um aumento de 6,8% e Sudeste com crescimento de 4,0%.

Nas transferências voluntárias para o Nordeste, observa-se que as transferências para os Municípios são substancialmente maiores que as transferências para os Estados. Em 2013 e 2014, no primeiro semestre, as transferências para os Municípios representaram 73,5% e 75,4% do total das transferências para o Nordeste, respectivamente. Pelo lado dos Municípios, seis estados tiveram redução das transferências. As perdas mais relevantes se deram em Pernambuco e Sergipe, com reduções 19,7% (R\$ 37,2 milhões) e 14,0% (R\$ 5,7 milhões), respectivamente. O estado do Piauí foi que teve o maior crescimento, 7,9% (R\$ 6,3 milhões). As razões para isso estão nas transferências dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que detêm os principais programas.

Em termos de transferências para os estados, as perdas ocorreram em sete estados. As reduções mais relevantes foram na Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Os valores são de -37,9%, (-) (R\$ 16,8 milhões), -34,7% (R\$ 12,3 milhões) e -32,1% (R\$ 27,2 milhões), respectivamente. Os crescimentos relevantes foram nos estados de Pernambuco, Maranhão e Piauí, com respectivos aumentos de 10,8%, 10,6% e 9,2%. Vale observar os crescimentos das transferências voluntárias para os estados de Sergipe e Ceará, que cresceram no período analisado 49,3% (R\$ 7,3 milhões) e 29,6% (R\$ 17,8 milhões), respectivamente. As razões para isso estão nas transferências dos Ministérios da Educação, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que detêm os principais programas.

Os principais programas utilizados nas transfe-

<sup>41</sup> O índice utilizado é o IPCA, da mesma forma que foi trabalhado para o ICMS e Fundos Constitucionais.

rências voluntárias para o Nordeste em 2013, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Eles realizaram 93,7% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 6. O terceiro ministério em volume de transferências para os estados do Nordeste é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que detém 2,6% das transferências.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação Básica, 67,6% das transferências; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 17,1%; Desenvolvimento Produtivo, 5,0%; Educação Profissional e Tecnológica, 3,4%; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, 2,9%; Bolsa Família, 1,8%, que representaram 97,8% das transferências voluntárias em 2014.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. 2014a. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: 25 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras intergovernamentais. **Boletim do FPE e FPM e Transferências Voluntárias**. 2014b. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municípios/transferências\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municípios/transferências_constitucionais.asp)>. Acesso: 25 set. 2014.

**Tabela 5 – Transferências voluntárias da União – janeiro a junho (R\$ milhões)**

Estados/Regiões	Municípios		UF's		Total das transferências				Variação (%)	
	2013	2014	2013	2014	2013	Part %	2014	Part%	Nominal	Real <sup>1</sup>
	A	B			A + B		A + B			
Alagoas	63,15	56,91	34,34	32,26	97,49	2,20	89,17	2,04	-8,53	-13,79
Bahia	304,18	288,13	85,71	75,00	389,88	8,80	363,13	8,30	-6,86	-12,22
Ceará	200,48	194,25	60,03	77,80	260,51	5,88	272,06	6,22	4,43	-1,57
Maranhão	178,31	183,15	33,56	23,40	211,87	4,78	206,55	4,72	-2,51	-8,12
Paraíba	81,90	85,99	44,35	27,53	126,25	2,85	113,53	2,59	-10,08	-15,25
Pernambuco	189,14	151,94	84,62	57,47	273,76	6,18	209,40	4,78	-23,51	-27,91
Piauí	80,29	86,60	41,64	33,51	121,93	2,75	120,11	2,74	-1,49	-7,15
Rio Grande do Norte	68,16	59,37	35,56	23,23	103,72	2,34	82,60	1,89	-20,36	-24,94
Sergipe	40,81	35,09	14,83	22,13	55,64	1,26	57,22	1,31	2,85	-3,07
<b>Nordeste</b>	<b>1.206,42</b>	<b>1.141,43</b>	<b>434,64</b>	<b>372,34</b>	<b>1.641,06</b>	<b>37,03</b>	<b>1.513,77</b>	<b>34,59</b>	<b>-7,76</b>	<b>-13,06</b>
<b>Brasil</b>	<b>2.984,22</b>	<b>2.968,06</b>	<b>1.447,38</b>	<b>1.408,27</b>	<b>4.431,59</b>	<b>100,00</b>	<b>4.376,33</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,25</b>	<b>-6,93</b>

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, a partir de Brasil, 2014b.

Nota: Índice utilizado IPCA médio janeiro a junho de 2013 e 2014.

**Tabela 6 – Fluxos das transferências voluntárias dos principais Ministérios – janeiro a junho de 2014 (R\$ milhões)**

Região/Estados	Educação		DSCF <sup>1</sup>		Outros Ministérios		Total das transferências	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nordeste	1.082,60	100,00	335,60	100,00	95,50	100,00	1.513,70	100,00
Alagoas	58,00	5,36	26,30	7,84	4,90	5,13	89,20	5,89
Bahia	263,40	24,33	75,80	22,59	23,90	25,03	363,10	23,99
Ceará	173,90	16,06	62,30	18,56	35,90	37,59	272,10	17,98
Maranhão	160,80	14,85	41,20	12,28	4,50	4,71	206,50	13,64
Paraíba	82,70	7,64	26,00	7,75	4,80	5,03	113,50	7,50
Pernambuco	157,30	14,53	41,30	12,31	10,80	11,31	209,40	13,83
Piauí	92,60	8,55	25,00	7,45	2,50	2,62	120,10	7,93
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>56,20</b>	<b>5,19</b>	<b>21,00</b>	<b>6,26</b>	<b>5,40</b>	<b>5,65</b>	<b>82,60</b>	<b>5,46</b>
<b>Sergipe</b>	<b>37,70</b>	<b>3,48</b>	<b>16,70</b>	<b>4,98</b>	<b>2,80</b>	<b>2,93</b>	<b>57,20</b>	<b>3,78</b>

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, a partir de Brasil, 2014b.

Nota: (1) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

# 7 - INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

## 7.1 Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

**A**s informações extraídas do Banco Central do Brasil (2014a), apontam que o Sistema Financeiro Nacional<sup>42</sup> atingiu, no final de junho de 2014, o estoque total das operações de crédito, no montante de R\$ 2.829,6 bilhões, registrando uma elevação de 11,8%, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior.

O crescimento do crédito no Brasil vem sendo fundamentalmente influenciado nos últimos anos pelas operações financiadas com recursos direcionados. Nesse contexto, até o primeiro semestre de 2014, observou-se um crescimento da ordem de 20,2% para a referida variável, frente ao mesmo período de 2013, mais do triplo da expansão exibida pelas operações financiadas com recursos livres (5,4%). Vale salientar a trajetória ascendente da relação Crédito/PIB, que em dezembro último alcançou 56,3%, ante 55,0% registrado em junho de 2013. Embora esta relação venha apresentando avanços significativos, ainda é baixa quando comparada às economias avançadas.

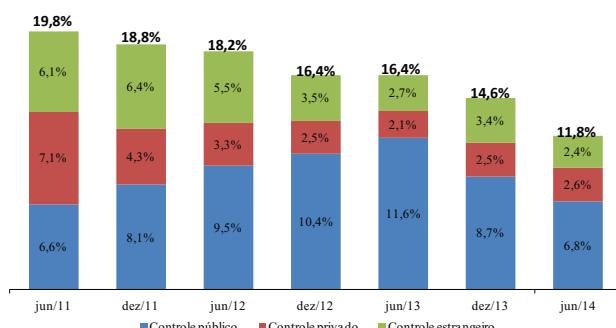
A desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito vem sendo observada desde o primeiro semestre de 2011, apresentando uma tendência mais sustentável de expansão da carteira no longo prazo. Neste contexto, os bancos públicos ganharam participação no crédito total, de maneira que no ano de 2013 superou a marca de 50% de participação de mercado,

42 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

entretanto, nos últimos meses de 2013 e início de 2014, observou-se uma mudança nessa tendência.

O crédito direcionado, que sustentou boa parte do crescimento do crédito nos últimos anos, deverá apresentar trajetória de redução na velocidade de expansão no ano de 2014, tendo em vista que Governo tem acenado com a redução dos aportes do Tesouro Nacional no BNDES. Vislumbra-se que o ímpeto dos bancos públicos deverá ser mais moderado, em razão do impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas.

**Gráfico 1 – Contribuição ao crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional por controle de capital – junho/2011 a junho/2014 (mês/mesmo mês do ano anterior)**



Fonte: Bacen, 2014a.

O crescimento mais moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional foi resultado, em grande medida, devido ao aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do nível de comprometimento renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros, quanto no âmbito externo, como a dificuldade de aceleração econômica global após a crise financeira de 2008, em especial na Zona do Euro.

**Tabela 1 – Brasil: saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – junho de 2013 e 2014 (R\$ milhões correntes)**

Discriminação	Junho 2013	Junho 2014	Variação nominal	Participação Jun/14, %	Crédito/PIB (1), em % jun/13	Crédito/PIB (1), em % jun/14
1 Destinação por Tomador	2.531.576	2.829.646	11,8	100,0	55,0	56,3
1.1 Pessoas Físicas	1.158.683	1.323.971	14,3	46,8	25,2	26,4
1.2 Pessoas Jurídicas	1.372.893	1.505.675	9,7	53,2	29,8	30,0
2 Fontes dos Recursos	2.531.576	2.829.646	11,8	100,0	55,0	56,3
2.1 Livres	1.444.939	1.523.330	5,4	53,8	31,4	30,3
2.2 Direcionados(2)	1.086.637	1.306.316	20,2	46,2	23,6	26,0
3 Controle de Capital	2.531.576	2.829.646	11,8	100,0	55,0	56,3
3.1 Inst. Fin. Públicas	1.272.606	1.490.085	17,1	52,7	27,7	29,7
3.2 Inst. Fin. Priv. Nacionais	864.324	920.712	6,5	32,5	18,8	18,3
3.3 Inst. Fin. Estrangeiras	394.646	418.849	6,1	14,8	8,6	8,3

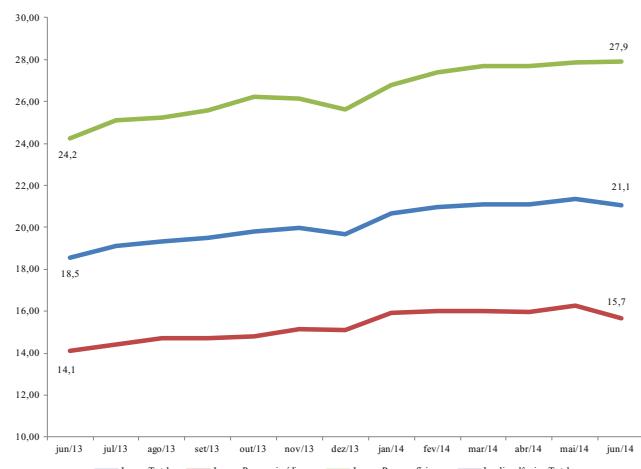
Fonte: Bacen, 2014b.

Notas:

(1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

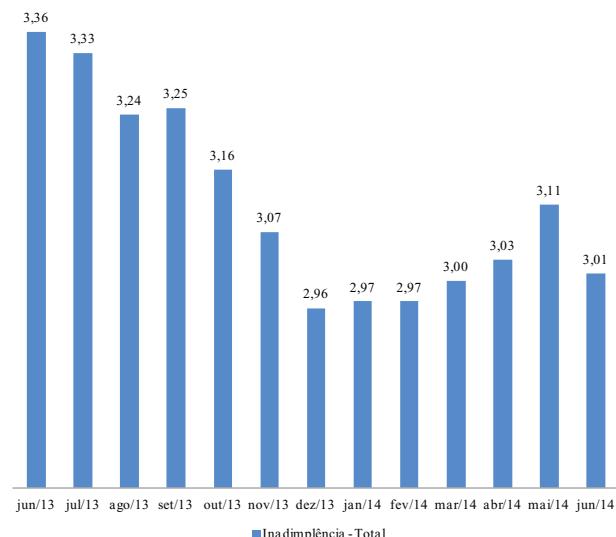
**Gráfico 2 – Taxas de Juros Total, Pessoas Físicas e Jurídicas**



Fonte: Bacen, 2014a.

Quanto às condições de concessão de crédito, observa-se uma melhora no período analisado, muito embora a taxa de juros para pessoa física (27,9%) e pessoa jurídica (15,7%) registrada em junho último, tenha apresentado elevação nos últimos meses. O prazo utilizado na concessão de crédito registrou uma melhora, pois houve um alongamento nos prazos de concessão, de 93,6 meses em junho de 2013, para 101,2 meses em junho último. A taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito) reduziu de 3,36%, em junho de 2013, para 3,01% (Gráfico 3), em junho de 2014, sobretudo devido à queda na taxa de inadimplência das famílias, de 4,99% para 4,29%. Em sentido contrário, a taxa de spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos) apresentou elevação de 10,9% para 12,7% no período considerado.

**Gráfico 3 – Taxa de Inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito)**



Fonte: Bacen, 2014a.

Conforme indica o Relatório de Estabilidade Financeira (BACEN, 2014e), o mercado de crédito brasileiro mantém a tendência observada nos períodos anteriores, de maneira que o crescimento do crédito está mais moderado, sendo a expansão das carteiras de empréstimos e financiamentos liderada pelos bancos públicos e por recursos direcionados. O relatório aponta ainda o baixo risco de liquidez e a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro. As análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN, demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, mesmo diante de possíveis mudanças bruscas de taxas de juros, câmbio e inadimplência, decorrentes de um possível cenário de deterioração da condição macroeconômica do País.

## 7.2 Saldo das Operações de Crédito e Depósitos do Sistema Financeiro Nordestino

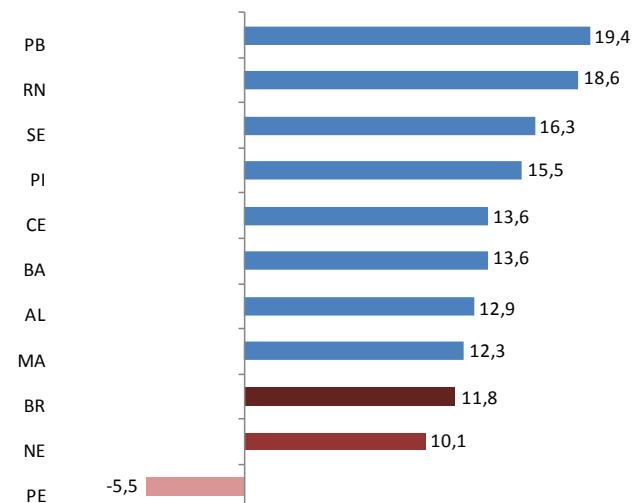
O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino atingiu R\$ 356,9 bilhões<sup>43</sup>, no final de junho de 2014, apontando um crescimento da ordem de 10,1%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo um pouco abaixo da média nacional (11,8%), segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2014b).

Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu na Paraíba (19,4%), acompanhado pelo Rio Grande do Norte (18,6%) e por Sergipe (16,3%). O único estado que registrou variação negativa foi Pernambuco (-5,5%), em grande medida, devido à transferência de saldo de crédito para outro estado da Federação, de natureza estritamente contábil. Vale salientar que, excluindo-se a transferência de saldo de crédito de Pernambuco, a Região Nordeste apresentou nas operações de crédito crescimento superior ao observado em nível nacional. Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o mesmo peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste (64,4%).

Em nível regional, o crescimento das operações de crédito realizadas com as pessoas físicas (16,6%) foi superior ao aumento exibido pelas empresas (3,1%). Em termos de participação, no final de junho de 2014, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (55,2%) do total, cabendo a parcela restante (44,8%) às empresas, estrutura um pouco diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (53,2%), comparativamente às famílias (46,8%).

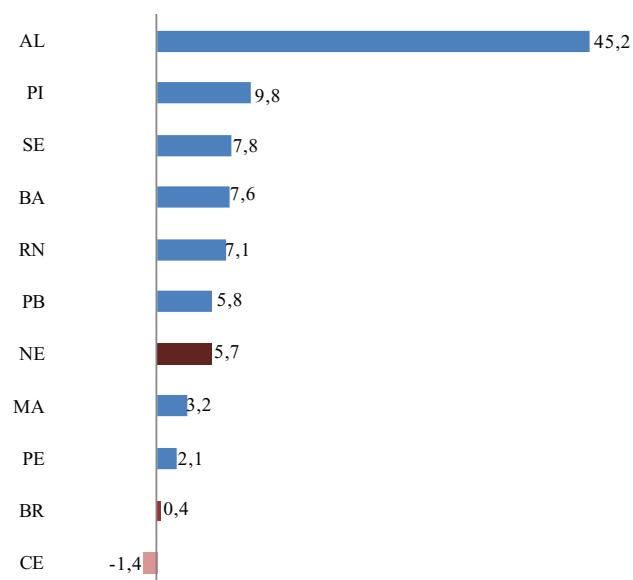
O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino atingiu R\$ 185,9 bilhões, em junho de 2014, apontando um crescimento de 5,7%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, sendo em nível acima da expansão verificada em nível nacional (0,4%), consoante informações fornecidas pelo Banco Central (2014e). A elevação no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se, sobretudo, aos resultados obtidos pelos estados de Alagoas (45,2%), maior em variação percentual, e pelo estado da Bahia (7,6%), que registrou a maior variação absoluta na captação de depósitos, R\$ 3,4 bilhões de reais.

**Gráfico 4A – Variação percentual do saldo das operações de crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste (jun. 2013/jun. 2014).**



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no Bacen (2014d).

**Gráfico 4B – Variação percentual do saldo dos depósitos bancários no Brasil e nos Estados do Nordeste (dez. 2012/dez. 2013).**



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no Bacen, 2014f.

<sup>43</sup> O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

**Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras: saldo das operações de crédito<sup>1</sup> e saldo dos depósitos do Sistema Financeiro. Posições em final de Junho de 2013 e 2014**

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Variação nominal (b)/ (a) em %	Partic. % jun/14	Saldo Depósitos. R\$ milhões		Variação nominal (d)/ (c) em %	Partic. % jun/14
	Junho 2013 (a)	Junho 2014 (b)			Junho 2013 (c)	Junho 2014 (d)		
Maranhão	28.813	32.343	12,3	9,1	10.536	10.868	3,2	5,8
Piauí	13.259	15.315	15,5	4,3	6.444	7.075	9,8	3,8
Ceará	46.650	52.989	13,6	14,8	38.750	38.189	-1,4	20,5
R.G. Norte	22.287	26.435	18,6	7,4	8.991	9.631	7,1	5,2
Paraíba	19.050	22.736	19,3	6,4	10.325	10.924	5,8	5,9
Pernambuco	71.055	67.182	-5,5	18,8	38.675	39.497	2,1	21,2
Alagoas	16.493	18.613	12,9	5,2	7.625	11.068	45,2	6,0
Sergipe	14.241	16.555	16,2	4,6	8.376	9.027	7,8	4,9
Bahia	92.251	104.766	13,6	29,4	46.199	49.693	7,6	26,7
<b>Nordeste</b>	<b>324.099</b>	<b>356.934</b>	<b>10,1</b>	<b>12,9</b>	<b>175.920</b>	<b>185.973</b>	<b>5,7</b>	<b>5,6</b>
Norte	95.036	107.499	13,1	3,9	40.809	45.121	10,6	1,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>234.921</b>	<b>281.110</b>	<b>19,7</b>	<b>10,2</b>	<b>370.507</b>	<b>374.313</b>	<b>1,0</b>	<b>11,3</b>
Sudeste	1.327.495	1.509.159	13,7	54,7	2.436.068	2.426.103	-0,4	73,5
Sul	447.220	505.442	13,0	18,3	263.451	269.098	2,1	8,2
<b>Total Regiões</b>	<b>2.428.771</b>	<b>2.760.144</b>	<b>11,8</b>	<b>100,0</b>	<b>3.286.755</b>	<b>3.300.608</b>	<b>0,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Bacen, 2014a, 2014e.

Nota: (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

### 7.3 BNB: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, principal órgão de fomento sediado na Região Nordeste, além da relevância no atendimento dos agentes produtivos no crédito de longo prazo, também tem se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros competitivos em relação aos praticados pelas instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado em pesquisa realizada pelo Banco Central (2014f), cobrindo o período de 24 a 30 de junho último, em que acompanhou a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito, junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a mais baixa taxa de juros no País nas operações de desconto de cheques. Foi também o oitavo colocado nos encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial e décimo quarto em crédito pessoal não consignado. Nas operações com as empresas, as taxas de juros cobradas pelo BNB nas operações de cheque especial foram as mais baixas entre os bancos pesquisados no País. Destaque-se também as operações de conta garantida, que estão na segunda colocação em termos de taxas de juros no rol dos bancos pesquisados. As operações de descontos de cheques ficaram entre as dez melhores

praticadas no mercado de crédito nacional. Nas operações de capital de giro, seja com prazos até 365 dias, ou superior a 365 dias, a taxa de juros cobrada pelo BNB foi a décima primeira mais baixa entre as instituições financeiras pesquisadas. Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas nas operações de crédito comercial foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

Sob a ótica da captação de recursos, no final de junho de 2014, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 10,7 bilhões, correspondendo à redução de 5,5% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (61,9%), vindo em seguida o depósito de poupança (16,2%) e os depósitos interfinanceiros (10,5%), para citar os mais relevantes. Entre os estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco do Nordeste, no período de doze meses, terminados no primeiro semestre de 2014, ocorreram na Paraíba (34,3%), Rio Grande do Norte (28,0%) e Maranhão (15,1%).

Em outra perspectiva, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, no primeiro semestre de 2014, alcançou R\$ 11,6 bilhões, registrando-se leve acréscimo (0,6%), em relação ao mesmo período do ano anterior. Os estados que apresentaram os melhores resultados foram: Espírito Santo (101,6%) e Rio Grande do Norte (47,4%). Por outro lado, verificou-se redução do saldo de crédito em São Paulo (-18,7%), Minas Gerais (-16,7%), Alagoas (-4,7%) e

Maranhão (-3,5%).

O estoque das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), do qual é operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 40,8 bilhões, em junho de 2014, correspondendo a um crescimento no saldo de 7,3% sobre igual posição do ano passado. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 52,5 bilhões, no acumulado do ano (posição: junho/2014), de maneira que o FNE participa com

77,7% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Até o final do primeiro semestre de 2014, foram realizadas contratações de 214,3 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos na área de atuação do BNB no montante de R\$ 4,0 bilhões.

No total contratado com recursos do FNE, a maior parcela foi para a agropecuária (41,0%), vindo em seguida a indústria (26,4%), comércio (16,3%) e serviços (16,3%). Por porte do tomador, a fatia maior

**Tabela 3 – Taxas efetivas de juros das operações de crédito: posição relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao mercado brasileiro de crédito. Período da pesquisa do Bacen: 24/06 a 30/06/2014**

Modalidade da Operação	Posição do BNB	BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)			No. Bancos Pesquisados
			Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	
<b>Pessoa Física</b>						
Desconto de cheques	1º	1,94	3,75	1,94	7,55	11
Cheque especial	8º	4,19	6,17	1,78	10,69	31
Crédito pessoal não consignado	14º	2,89	7,19	1,25	22,01	66
Crédito pessoal consignado INSS	20º	2,09	2,05	1,74	2,26	34
Crédito pessoal consignado privado	22º	2,25	2,51	0,41	6,40	51
<b>Pessoa Jurídica</b>						
Cheque especial	1º	3,04	6,82	3,04	10,81	19
Conta garantida	2º	1,40	2,84	0,91	8,27	36
Desconto de cheque	10º	2,29	2,63	1,67	4,97	27
Capital de giro prazo até 365 dias	11º	1,49	2,21	1,06	4,51	59
<b>Capital de giro prazo superior 365 dias</b>	<b>11º</b>	<b>1,57</b>	<b>1,99</b>	<b>0,55</b>	<b>3,57</b>	<b>37</b>

Fonte: Bacen (2014f).

Nota: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

**Tabela 4 – BNB: valor das contratações e participação dos Estados da área de atuação do BNB no FNE, CREDIAMIGO e PRONAF - acumulado no período janeiro-junho de 2014 – (R\$ milhões)**

Estados	FNE		Crediamigo		Pronaf	
	Contratações por UF/NE	Participação UF/CE (%)	Contratações por UF/NE	Participação UF/CE (%)	Contratações por UF/NE	Participação UF/CE (%)
Maranhão	426,7	10,7%	392,4	11,9%	91,4	11,1%
Piauí	453,5	11,3%	364,1	11,0%	75,6	9,2%
Ceará	395,5	9,9%	1005,0	30,4%	118,104	14,3%
Rio Grande do Norte	200,1	5,0%	205,7	6,2%	46,0	5,6%
Paraíba	207,1	5,2%	257,7	7,8%	64,7	7,9%
Pernambuco	885,9	22,1%	222,8	6,7%	95,0	11,5%
Alagoas	173,7	4,3%	172,8	5,2%	45,1	5,5%
Sergipe	224,4	5,6%	140,0	4,2%	37,1	4,5%
Bahia	825,8	20,6%	406,3	12,3%	166,3	20,2%
Espirito Santo	36,0	0,9%	9,4	0,3%	3,8	0,5%
Minas Gerais	175,0	4,4%	132,1	4,0%	80,0	9,7%
<b>Total</b>	<b>4.003,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.308,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>823,1</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: BNB, 2014a, 2014b.

foi destinada às grandes empresas (27,8%), sendo na sequência os mini produtores (25,3%), as pequenas empresas (22,6%), as médias (13,3%), pequeno-médio (8,1%) e as micro empresas (2,9%).

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no primeiro semestre de 2014, contratou 1.851,3 mil operações, envolvendo desembolso de recursos da ordem de R\$ 3.308,3 milhões, apresentando elevação de 24,0% nos valores contratados, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (67,0%), possuir um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.786,99) e exibir um reduzido índice de inadimplência (0,96%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (5,17%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que através do BNB contratou no período analisado, 200,3 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 823,1 milhões.

## Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito.** Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Economia e finanças: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito.** Brasília, DF, 2014b. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 16 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Estatística Bancária por Município – ESTBAN.** Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 23 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Nota para a Imprensa 26.08.2014:** política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2014d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 18 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Estabilidade Financeira, v. 13, n. 1, mar./2014.** Brasília, DF, 2014e. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201403>>. Acesso em: 16 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Sistema financeiro nacional: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito.** Brasília, DF, 2014f. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/taxcred/txjuros/Paginas/Historico.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Informações

da área de controle financeiro. Fortaleza, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo: caderno mensal de junho de 2014.** Fortaleza, 2014b.

\_\_\_\_\_. **BNB Conjuntura Mensal.** Fortaleza, ano 6, n. 8, ago.2014, 2014c.





**Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bloco A2 térreo, CEP.: 60.743-902, Fortaleza, Ceará. Fone: (85) 3299.3455, 3299.5544, 3251. 5544**